

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JESSICA LEME SANTOS

**OBRA SIMBÓLICA DO BRASIL NOVO: REPRESENTAÇÕES FOTOGRÁFICAS
DE GETÚLIO VARGAS NA “TERRA DOS PINHEIRAIS” EM 1944**

PONTA GROSSA

2017

JESSICA LEME SANTOS

**OBRA SIMBÓLICA DO BRASIL NOVO: REPRESENTAÇÕES FOTOGRÁFICAS
DE GETÚLIO VARGAS NA “TERRA DOS PINHEIRAIS” EM 1944**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG, para obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: História, Cultura & Identidades. Linha de Pesquisa: Discursos, representações: produção de sentidos).

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Stancik.

Co-orientador: Prof. Dr. Niltonci Batista Chaves

PONTA GROSSA

2017

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Santos, Jessica Leme

S237 Obra simbólica do Brasil Novo:
representações fotográficas de Getúlio
Vargas na "terra dos Pinheirais" em 1944/
Jessica Leme Santos. Ponta Grossa, 2017.
140f.

Dissertação (Mestrado em História,
cultura e identidades - Área de
Concentração: História, cultura e
identidades), Universidade Estadual de
Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio
Stancik.

Coorientador: Prof. Dr. Niltonci
Batista Chaves.

1.Getúlio Vargas. 2.Fotografia.
3.História do Paraná. 4.Representação.
I.Stancik, Marco Antonio. II. Chaves,
Niltonci Batista. III. Universidade
Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em
História, cultura e identidades. IV. T.

CDD: 770.981

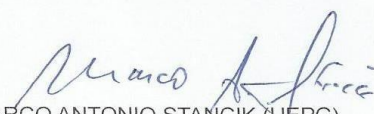


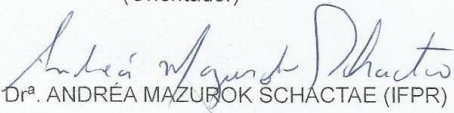
TERMO DE APROVAÇÃO

JESSICA LEME SANTOS

OBRA SIMBÓLICA DO BRASIL NOVO: REPRESENTAÇÕES FOTOGRÁFICAS DE GETÚLIO VARGAS NA "TERRA DOS PINHEIRAIS" EM 1944 .

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História – Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 24 de fevereiro de 2017, pela seguinte banca examinadora:


Prof. Dr. MARCO ANTONIO STANCIK (UEPG)
(Orientador)


Prof. Dr^a. ANDRÉA MAZUROK SCHACTAE (IFPR)


Prof. Dr. NILTONCI BATISTA CHAVES (UEPG)

Ponta Grossa, 24 de fevereiro de 2017.

DEDICATÓRIA

MÃE...
São três letras apenas,
As desse nome bendito:
Três letrinhas, nada mais...
E nelas cabe o infinito
E palavra tão pequena-confessam mesmo os ateus-
És do tamanho do céu
E apenas menor do que Deus!

Mario Quintana
Dedico esse trabalho aquela que sonhou comigo, isso e muito mais.

AGRADECIMENTOS

Meu pai, José pela ajuda financeira em momentos difíceis, a minha tia Rosa sempre disposta a ajudar quando tudo parecia impossível nas tantas viagens semanais à Ponta Grossa durante o período de disciplinas no mestrado. A minha irmã Lorena que sempre me incentivou a continuar estudando mesmo quando não acreditei que seria capaz de concluir o trabalho, ao meu irmão Luciano que sempre me distraía quando o estresse ultrapassava os limites.

Ao meu professor e amigo, Doutor Antonio Paulo Benatte, que carinhosamente me presenteou com a fonte dessa pesquisa, o Álbum Comemorativo da Visita do Presidente ao Paraná, com a ideia que dele deveria surgir minha pesquisa de mestrado. Obrigada por acreditar em mim quando todos me julgavam incapaz.

Ao meu professor orientador Doutor Marco Antonio Stancik pela impecável orientação em todo o decorrer do trabalho, sua gentileza, desprendimento e cuidado no trato comigo e meu trabalho fizeram dele possível, obrigada. Ao meu co-orientador professor Doutor Niltonci Batista Chaves pela importante contribuição à pesquisa.

As minhas amigas Caroline e Anne, assim como seus familiares, que me receberam semanalmente durante todo o período de aulas, me acolhendo como verdadeiras irmãs e incentivadoras desse trabalho, sem vocês eu não teria conseguido.

Aos meus amigos de turma, Chris Brand que dividiu comigo dias e dias na rodoviária, assim como a leitura de textos e seminários. A Maureen com a contribuição sobre a História do Paraná, ao Cássio, pelas leituras compartilhadas, correções, ideias, enfim pela grande ajuda em dias de ansiedade e confusão durante a pesquisa. Caroline de Lara pela ajuda nas correções e referências bibliográficas assim como apoio emocional nos momentos difíceis.

Aos meus amigos Itarareenses pela paciência e disponibilidade em sempre me incentivar Alessandra e Patrícia, sempre comigo nos dias que me sentia cansada e sem ânimo.

RESUMO

O Estado Novo que compreende os anos de (1937-1945), ficou marcado como o período de maior influência da propaganda política varguista. Com a criação do DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda sistematizou-se a divulgação e impressão da imagem de Getúlio Vargas. Diante disso essa pesquisa teve como objetivo analisar as imagens fotográficas do presidente Getúlio Vargas, durante a visita do mesmo ao estado do Paraná, no ano de 1944. Essas imagens fotográficas estão inseridas num Álbum Comemorativo da Visita do Presidente Vargas ao Paraná, 1944, material esse usado como propaganda política. Buscou-se analisar também os discursos inseridos no decorrer da publicação, os quais abordam diversos temas como, a Revolução de 1930, Paranismo, a industrialização do Paraná nos anos 30/40, como também aspectos da política governamental da época, por exemplo, imigração/reocupação do norte paranaense, a teoria eugênica entre outras. Para a análise das imagens aplica-se o uso da iconografia/iconologia, desmontando o signo fotográfico. Para a discussão acerca da representação do presidente Vargas, utiliza-se do conceito de representação de Chartier, onde quer se compreender os mecanismos usados para a construção da imagem do governante.

Palavras-chave: Getúlio Vargas; Fotografia; História do Paraná; Representação;

ABSTRACT

The New State, that includes the years of (1937-1945), was known as the longest period of influence of varguist political propaganda. With the creation of DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda (Department of Press and Propaganda), the divulgation and impression of Getúlio Vargas image has been systemized. About this, this research has as objective to analyze the photographical images of President Getúlio Vargas during his visit in Paraná state in 1944. These photographical images are inserted in a Commemorative Album of Visit of President Vargas, 1944, a material used as politic propaganda. Also, it sought to analyze the discourses during the publication, which has approached various themes as the 1930 Revolution, Paranism, Paraná industrialization in the 30's and 40's, as well government aspects, for example, immigration/reoccupation of Paraná's north, the eugenic theory, etc. To analyze the images, it applies the using of iconography/iconology, intending to dismount the photographic sign. To discuss about Vargas representation, it uses the representation concepts of Chartier, where intends to understand the mechanisms used to construct the president's image.

Keywords: Getúlio Vargas; Photography; History of Paraná; Representation.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - CAPA DO ÁLBUM	14
Figura 2 - IMAGEM OFICIAL DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS	38
Figura 3 GETÚLIO VARGAS PROFERINDO SEU DISCURSO NO JANTAR OFICIAL REALIZADO NO CÍCULO MILITAR DO PARANÁ.....	45
Figura 4GETÚLIO VARGAS ENTRE MILITARES DO PAVILHÃO DA MARINHA EM CURITIBA	48
Figura 5 DISCURSO DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL AO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS	49
Figura 6 TRECHO DA ESTRADA DA GRACIOSA – CURITIBA À PARANAGUÁ	57
Figura 7 TRECHO DA RODOVIA PONTA GROSSA À GUARAPUAVA	58
Figura 8 TRECHO DA ESTRADA DO CERNE.....	61
Figura 9 TRECHO DA RODOVIA PEDRA PRTA E CERRO AZUL.....	63
Figura 10 GETÚLIO VARGAS AO LADO DE MANOEL RIBAS, OFICIAIS MILITARES E BISPO DE CURITIBA	67
Figura 11 GETÚLIO VARGAS AO LADO DO INTERVENTOR DO ESTADO E O COMANDANTE DA REGIÃO	72
Figura 12 GETÚLIO VARGAS EM PALANQUE CONSTRUÍDP PARA VISUALIZAÇÃO DO DESFILE CÍVICO EM CURITIBA, RODEADO DE MILITARES E POLÍTICOS.....	75
Figura 13 DESFILE TRABALHISTA EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS.....	77
Figura 14 GETÚLIO VARGAS ACENA PARA TRABALHADORES DURANTE DESFILE CÍVICO	79
Figura 15 MULTIDÃO QUE OVACIONAVA O PRESIDENTE EM CURITIBA	80
Figura 16 RECEPÇÃO AO PRESIDENTE EM VISITA À CIDADE DE PONTA GROSSA	83
Figura 17 - CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO IGUAÇU	91
Figura 18 MOÇAS CARREGAM ESTANDARTES E BICICLETAS ORNAMENTADAS DURANTE A VISITA DE GETÚLIO VARGAS	109
Figura 19 JOVENS RECEBEM GETÚLIO VARGAS	111
Figura 20 GETÚLIO VARGAS E ALUNOS DA FAZENDA MONTE ALEGRE.....	112
Figura 21 GETÚLIO VARGAS E OS OPERÁRIOS	117
Figura 22 CHAMINÉ DA INDÚSTRIA KLABIN PAPEL E CELULOSE	120
Figura 23 GALPÕES DO PORTO DE PARANAGUÁ	124
Figura 24 BARRAGEM DE MAUÁ	127

Figura 25 BARRAGEM MAUÁ NA KLABIN	128
Figura 26 GETÚLIO VARGAS VISITA O RIO HARMONIA	130

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. PARANÁ, CENÁRIO DE ASCENSÃO AO PODER	24
1.1 REVOLUÇÃO DE 1930	24
1.2 ESTADO NOVO: A ASCENSÃO DO AUTORITARISMO NO GOVERNO VARGAS	32
1.3 PROPAGANDA POLÍTICA, FOTOGRAFIAS E TEXTOS: DISCURSOS POLÍTICOS DE VARGAS E MANOEL RIBAS NO ÁLBUM COMEMORATIVO DA VISITA DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS AO PARANÁ	37
2. VARGAS NO PARANÁ	53
2.1 O MOVIMENTO PARANISTA E A CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE REGIONAL: A TERRA DOS PINHEIRAIS.....	53
2.2 O PARANÁ PÓS-REVOLUÇÃO DE 1930: TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS	64
2.3 A CONSTRUÇÃO DE UM SÍMBOLO: DISCURSO, FOTOGRAFIA E AS FESTAS CÍVICAS NA FORMAÇÃO DO MITO GETÚLIO VARGAS	68
3. “CAMINHOS NOVOS PARA RIQUEZAS NOVAS: A CONQUISTA DO OESTE PARANAENSE”	87
3.1 A POLÍTICA DE (RE) POVOAMENTO DO OESTE PARANAENSE NO PERÍODO GETÚLIO VARGAS.....	87
3.2: A ENERGIA ELÉTRICA E O TURISMO COMO ENGRENAGEM DA ECONOMIA NO PARANÁ	93
3.3 A OCUPAÇÃO INDO-EUROPÉIA: EUGENIA COMO PROJETO DE ESTADO	99
3.4 “UNIDADE E CONFIANÇA: MANOEL RIBAS UM VALOR PARANAENSE” ...	103
3.5 DO JOVEM ESTUDANTE AO TRABALHADOR OBEDIENTE: ESTADO NOVO UM PROJETO DE DOCTRINAÇÃO	107
3.6 “O SURTO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO PARANÁ”	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS:	134

INTRODUÇÃO

A propaganda política durante o Estado Novo tende a apresentar características particulares de persuasão da massa, como por exemplo, o apelo emocional, característico de governos populistas. Durante o período de ditadura varguista, seu governo esteve alicerçado em grande suporte midiático, promovendo o enaltecimento de seu governo como de sua figura enquanto político e homem. Através da propaganda política varguista, pretendeu-se criar uma nova política de dominação das massas que envolveu todas as esferas de comunicação com o público, tendo sido implantada em rádios, jornais, revistas, periódicos assim como dentro da educação.

Para entendermos o poder ideológico da propaganda política analisamos as ideias propostas por Baczko (1994). Segundo o autor, convencionou-se associar-se a imaginação e a política, assim como os meios de comunicação têm disseminado a ideia de que é necessário ter imaginação social para se ter controle do futuro, e assim poder lidar com possíveis problemas ainda inéditos e conseqüentemente se adaptar a choques futuros. Os políticos são julgados não somente pelos atores políticos que são, mas, também pelo aquilo que a imaginação social atribui a eles.

Segundo (BACZKO, 1994, p. 297), “As ciências humanas punham em destaque o fato de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações coletivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico”. Quando se produz um sistema que reproduz e legitima a ordem estabelecida também surgem sistemas que guardam estes símbolos e representações. Com o domínio do imaginário social e, por conseguinte sua manipulação pelo poder político, a história do imaginário social começa a se aproximar também da história da propaganda. Desde os tempos de Platão e Aristóteles comenta-se determinados discursos com grande força de convencimento perante a sociedade. Maquiavel deixou clara as relações entre o poder e o imaginário na celebre frase: “Governar é fazer crer”. Citando Mirabeau,

assim o poder deve apoderar-se do controle dos meios que formam e guiam a imaginação coletiva. A fim de impregnar as mentalidades com novos valores e fortalecer a sua legitimidade, o poder tem designadamente de institucionalizar um simbolismo e um ritual novos. (MIRABEU, 1791), in: (BACZKO, 1994: 302).

As ideologias nascem das representações que determinada sociedade tem de si própria e das relações que ela tem com as sociedades antagônicas ao seu modelo. É através disso que as sociedades exprimem suas aspirações, justificam suas ações e moldam seu futuro. O discurso da classe dominante é veiculado à grande massa pelo Estado, Igreja, escola, e isso se dá por intermédio do domínio da propaganda e dos veículos de informação.

Para Backzo (1994), o imaginário social é uma força reguladora da vida coletiva. Os símbolos não somente indicam a qual sociedade o indivíduo pertence, mas também servem como uma alternativa muito eficaz de controle da vida coletiva, principalmente no exercício do poder, por isso fez parte das propagandas políticas do regime Vargas.

O imaginário tende a ter o sentido unificador extremamente forte, segundo Bazcko (1994) esse sentido é dado pelo misto de verdade, normatividade, informações e valores que se colocam através dos símbolos. O imaginário social não funciona de forma isolada; ele usa de várias fontes simbólicas do coletivo e em boa parte usa da simbologia sagrada para legitimar seu poder.

o nascimento e a difusão dos signos imaginados e dos ritos coletivos traduzem a necessidade de encontrar uma linguagem e um modo de expressão que correspondam a uma comunidade de imaginação social, garantindo às massas, que procuram reconhecer-se e afirmar-se nas suas ações, um modo de comunicação. Por outro lado, contudo, esse simbolismo e esse ritual fornecem um cenário e um suporte para os poderes que sucessivamente se instalam, tentando estabilizar-se. Com efeito, é significativo que as elites políticas se deem rapidamente conta do facto de o dispositivo simbólico ser um instrumento eficaz para influenciar e orientar a sensibilidade coletiva, em suma, para impressionar e eventualmente manipular as multidões. (BACZKO, 1994: s. p.)

Ainda acerca da construção da imagem de Vargas, devemos nos atentar as representações que foram criadas através do discurso do Estado e que se efetivaram através dos meandros da propaganda política. Nesse sentido Chartier (1991, p.17), nos fala como as representações do mundo social são forjadas a partir dos interesses do grupo que as criou. Para o autor, as percepções do social não são neutras e tendem a impor autoridade sobre aqueles os quais elas subordinam, buscando legitimar suas condutas. "As lutas de representações, tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio" (CHARTIER, 1991, p.17).

A representatividade de Getúlio Vargas na memória coletiva do Brasil teve suas raízes num processo político de culto da figura do mesmo, na legitimação de locais/lugares/objetos que tenham feito parte de algum momento positivo de sua trajetória ou até mesmo seu discurso e herança política. Segundo (CHARTIER 2009, p. 24), o saber histórico pode assim contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que durante um longo tempo desorientaram as memórias coletivas.

Segundo Chartier (2011), o uso da representação na historiografia se popularizou ao ponto de ela ser quase considerada a totalidade das produções em história cultural. A representação é produzida no meio coletivo podendo ser vinculada através do discurso e também, como no caso dessa pesquisa de imagens.

Em suma a representação faz referência a algo ou alguém que não está ali, Chartier (2002) nos dá um exemplo de representação do poder na figura do rei,

para que a representação do poder soberano não se atenha ao momento e ao local da presença efetiva da pessoa do rei, são necessários textos, imagens, capazes de tornar a figura pública a vida ritualizada do príncipe tal como o faziam relativamente à sua sagração, às suas entradas ou às suas exéquias. Em virtude desse fato, a celebração na corte do culto régio não pode ser considerada como sendo da ordem do privado, como não podem ser as regras e disciplinas impostas à corte, uma vez que estas tendem a definir, com um nível máximo de exigência, as relações que cada um, quem quer que seja, deve doravante manter com o soberano. (CHARTIER, 2002 p.195).

Assim se posicionando, o autor, faz referência ao poder dos reis, porém, ao falar de uma “cultura política” podemos trazer a discussão ao século XX. No caso de Getúlio Vargas, da mesma maneira em que os reis utilizaram das representações do poder monárquico através de textos, objetos, que tinham como intuito a modelação do pensamento da sociedade em favor à manutenção do poder dos príncipes. Vargas cria uma nova cultura política (BURKE, 2008), segundo o autor, no caso brasileiro houve uma preocupação muito grande com a cultura nacional, exemplificada no trabalho dos Ministérios e na arquitetura.

a relação de representação é desse modo, perturbada pela fraqueza da imaginação, que faz com que se tome o engodo pela verdade, que considera os signos visíveis como índices seguros de uma realidade que não o é. Assim desviada, a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso à força bruta: "Só os homens de guerra não estão disfarçados assim, porque na realidade a sua

parte é mais essencial: estabelecem-se pela força, ao passo que os outros o fazem pela aparência" (28). (CHARTIER, 1991 p.185,186).

Ao tratarmos especificamente das características da propaganda política no regime varguista, precisamos levar em consideração o período em que a mesma se insere, assim como a formação do próprio Getúlio Vargas. Segundo Capelato (1997, p.73), mesmo sem assumir relação com os governos nazi-fascistas que estavam no poder na Europa no período, muito das práticas de controle social usadas por aqueles regimes foram colocadas em prática nos meios de comunicação do Brasil. Sabe-se hoje que Vargas mantinha estreita relação com os governos autoritários na Europa, só rompendo com os mesmos ao colocar o Brasil na 2ª Guerra Mundial ao lado dos aliados.

a propaganda política em regimes dessa natureza atua a fim de aquecer as sensibilidades e tende a provocar paixões. Os sentimentos, fenômenos de longa duração, são manipulados de forma intensa pelas técnicas de propaganda com o objetivo de produzir forte emoção. Mas os móveis das paixões variam conforme o momento histórico (honra, riqueza, igualdade, liberdade, pátria, nação, etc) e, no caso das experiências totalitárias, alguns móveis são comuns (por exemplo, o amor ao chefe, a pátria/nação) e outros são específicos (como o anti-semitismo). (CAPELATO, 1997, p. 75).

Ainda segundo a autora os meios de comunicação podem influenciar as emoções, e assim usar de vários instrumentos para tal como o teatro, pintura, arquitetura, manifestações cívicas, festas, temas estes que serão abordados no presente trabalho.

Em todos os governos a propaganda política é utilizada como maneira de manter o poder de seus governantes, porém, em regimes autoritários ela se torna imprescindível.

o poder político, nesses casos, conjuga o monopólio da força física e simbólica. Tenta suprimir, dois imaginários sociais, toda representação de passado, presente e futuro coletivos, distintos dos que atestam sua legitimidade e caucionam seu controle sobre o conjunto da vida coletiva. (CAPELATO, 1997, p.76).

Segundo Capelato (1997), no Brasil o modelo de propaganda política nazista não foi seguido à risca, porém, as propagandas foram encarregadas de conduzir as massas através de mensagens políticas que trouxessem empolgação acerca do regime. “O efeito visado no Estado Novo era a conquista do apoio necessário à legitimação do novo poder, oriundo de um golpe” (CAPELATO, 1997, P.78).

Ainda segundo Capelato (1997, p.290), com o reforço da imagem de Vargas enquanto líder da sociedade, as representações sociais acerca do presidente tenderam a se formar como “patrono” e “guieiro do Brasil”. Para a autora, o uso desses termos teve o papel de apagar da memória coletiva as lutas de classes dos trabalhadores, suas reivindicações, e assim legitimar o trabalho do Estado nesse aspecto.

O Álbum Comemorativo da visita do Presidente Getúlio Vargas ao Paraná¹, impresso pela Tipografia Curitiba², foi feito em comemoração ao dia do trabalho, data a qual foi atribuída extrema importância dentro do Estado Novo, pois as festividades e desfiles cívicos promovidos em todo o país visavam a associar a imagem do presidente às conquistas trabalhistas, bem como à sociedade urbana/industrial.

A presente dissertação se articula com estudos produzidos durante a graduação, um deles intitulado “A Era Vargas no Paraná: análise historiográfica”³, relacionado às fotografias de Getúlio Vargas durante a Revolução de 1930 na cidade de Ponta Grossa. E um segundo trabalho intitulado, “O governo Getúlio Vargas: Aspectos refletidos dentro da música popular brasileira, novas formas para o ensino de História”⁴, onde músicas caipiras utilizadas na campanha eleitoral de Getúlio Vargas são analisadas⁵.

O Álbum é composto por, 26 fotografias, dentre elas imagens de Getúlio Vargas em comemorações, discursos, visitas a cidades do interior paranaense. Também existem fotografias de obras públicas como abertura de estradas, construção do porto de Paranaguá e paradas trabalhistas. Entre o material textual se encontra recortes de publicações jornalísticas sobre a visita do presidente ao estado, dentre elas o Jornal da Tarde, Gazeta e Jornal o Dia⁶. É apresentado na íntegra o discurso de Getúlio Vargas e Manoel Ribas sobre a visita e as transformações no estado ditado por eles, durante o Estado Novo.

¹ A partir desse momento do texto ao me referir ao Álbum Comemorativo da visita do Presidente Getúlio Vargas ao Paraná, usarei somente Álbum.

² Não foi encontrada nenhuma informação sobre a Tipografia Curitiba na atualidade;

³ Disponível em XIII Encontro Estadual de História- A Escrita da História Anais [do] XIII Encontro Estadual de História [livro eletrônico] v.2 p. 854-861. Londrina – PR, 2012, <http://www.pr.anpuh.org>.

⁴ Trabalho apresentado em forma de comunicação no VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História; III Encontro Internacional de Ensino de História; Ensino de História: memórias, sensibilidades e produção de saberes. Faculdade de Educação da UNICAMP. Campinas, 2012. <https://www.fe.unicamp.br/perspectivas/apresentacao.html>

⁵ O Álbum em questão produzido nos anos 1944, foi encontrado a venda em um sebo na cidade de São Paulo, comprado pelo professor Doutor Antonio Paulo Benatte, adjunto ao Departamento de História da Universidade de Ponta Grossa, para pesquisas particulares. Atento ao meu interesse mútuo sobre a figura política de Getúlio Vargas, bem como o grande interesse em estudar fotografias históricas, professor Antonio P. Benatte disponibilizou o Álbum, adquirido no comércio de livros usados.

⁶ O Jornal a Gazeta do povo foi lançado em 03/02/1919 por Benjamin Lins e Plácido e Silva.

Figura 1 - CAPA DO ÁLBUM



(ÁLBUM, 1944, p. 01)

Ainda em caráter textual é apresentada uma crônica sobre a figura do presidente e sua visita ao Paraná, escrita pelo poeta, jornalista e empresário Heitor Stockler⁷, que no período gozava de certo prestígio na sociedade paranaense como destaca a própria publicação. Também sendo ele um dos fundadores da Federação das Indústrias do Paraná, FIEP⁸ no estado.

Heitor Stockler, cronista de “Motivos da Cidade” seção diária que mantém no vitorioso vespertino “Diário da Tarde” de Curitiba, assim descreveu a apoteose, ao notável hóspede: Indescriível, porém, fora o desfile trabalhista em que patroes e empregados, tomados do ardor cívico e confiantes na grandeza do Brasil, lado a lado, na mais bela e impressionante demonstração de solidariedade da raça alva e forte, em marcha de vitória, certo vinte e mil, passaram resolutos e conscientes, pela frente do palanque guirlandado de flores, que acolhia para a festa do arífice incansável de aurora redentora, estruturada nos anseios condoreiros de um Brasil Novo. (ÁLBUM, 1944, p. 30).

Os demais textos que compõem a publicação não são de autoria revelada, trazem uma linearidade no discurso sobre o estado do Paraná durante o governo Vargas e Manoel Ribas, atenta-se a vários assuntos como educação, desenvolvimento viário, abertura de indústrias, onde naquele momento a futura indústria de papel Klabin⁹ já surge, como exemplo, de modernidade.

Da publicação serão analisadas o total das 26 fotografias que compõem o Álbum, essas imagens percorrem temas como industrialização, desenvolvimento do estado do Paraná, festividades cívicas, construções e obras públicas. Dentre o material textual discuto trechos do discurso político proferido por Getúlio Vargas e Manoel Ribas, estes discursos estão publicados na íntegra no corpo da publicação em questão, porém, para análise fiz o recorte correspondente ao que foi dito em relação ao estado do Paraná.

⁷ Natural de Palmeira – interior do Paraná – Heitor Stockler de França teve os seus estudos iniciais realizados em Curitiba. Ainda na capital paranaense, em 1941, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. Três anos depois, Heitor, através de um grupo de indústrias, fundou a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), instituição na qual presidiu entre 1946 e 1958. Durante a gestão, destaque para a fundação do SENAI e do SESI/PR, além da histórica proficiência e dedicação. Heitor também se destacou como escritor e poeta ao ter uma série de livros publicados e pelo fato de ter pertencido à Academia Paranaense de Letras. Heitor Stockler de França dá nome a um novo centro cultural de Curitiba. O Centro Cultural Sesi Heitor Stockler de França, localizado na Av. Marechal Floriano Peixoto, entre as Ruas André de Barros e Pedro Ivo, no centro de Curitiba, serviu como residência do comerciante paranaense. No local há diversas publicações que remetem à história da Fiep. Outra lembrança é através de uma rua localizada no Centro Cívico. Referências: FIEP/PR. Heitor Stockler de França. Disponível em < <http://www.fiepr.org.br>

⁸ Federação das Indústrias do Paraná.

⁹ Klabin, maior indústria de produção de papel da América Latina localizada no interior do Paraná, na cidade de Telêmaco Borba tendo sido construída nas terras da fazenda Monte Alegre. Saiba mais em <https://www.klabin.com.br/pt/a-klabin/memoria-klabin/linha-do-tempo/>

Este trabalho propõe contribuir para o debate da história do Paraná, que ainda tem muito a que ser explorada em diversas temporalidades, assim como para a análise fotográfica como possibilidade de pesquisa histórica, ainda pouco utilizada. Em sondagem acerca do tema e da abordagem dada a esta pesquisa, não foi encontrado nenhum trabalho que tenha usado o Álbum em questão como fonte histórica, bem como a utilização de suas imagens, total ou parcial. Sendo assim a pesquisa traz em si a possibilidade de uma nova leitura sobre o período em questão, problematizado de maneira nova dentro do tema que tem suscitado inúmeros estudos, como é o Estado Novo.

Para que se possa compreender o intuito da produção de um Álbum em comemoração à visita do presidente ao estado paranaense, é necessário que se faça uma releitura da conjuntura do país em relação à imagem do presidente durante o Estado Novo, bem como da cultura política da época.

A história política durante muitos anos foi a protagonista dos projetos de pesquisa e publicações, geralmente pautadas na construção de histórias nacionais, narrativas sobre sistemas de governo e revoluções. A partir da perspectiva esboçada pela escola dos Annales¹⁰, o historiador político deveria então passar a se preocupar não somente com a instituição política, mas também o poder que lhe é inerente.

Grande parte das críticas lançadas à produção da história política tinha como principal o fato de serem elitistas, de enaltecer determinados sujeitos, sua efemeridade e superficialidade de análise, sempre ligadas a curta duração histórica do acontecimento único.

ao privilegiar o particular, nacional, a história política privava-se, ao mesmo tempo, da possibilidade de comparações, no espaço e no tempo, e interditavam-se as generalizações e sínteses que, apenas elas, dão ao trabalho do historiador sua dimensão científica. (REMOND, 2003, p.17).

¹⁰ A Escola dos Annales, desde sua fundação pretendia trazer ao campo da História novas possibilidades de pesquisa assim como maior interdisciplinaridade dentro das ciências sociais. Segundo Burke (1992, p.23) Originalmente chamada Annales d'histoire économique et sociale, tendo por modelo os Annales de Géographie de Vidal de la Blache, a revista foi planejada, desde o seu início, para ser algo mais do que uma outra revista histórica. Pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. Seria o porta-voz, melhor dizendo, o alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história.

O primeiro número surgiu em 15 de janeiro de 1929. Trazia uma mensagem dos editores, na qual explicavam que a revista havia sido planejada muito tempo antes, e lamentavam as barreiras existentes entre historiadores e cientistas sociais, enfatizando a necessidade de intercâmbio intelectual³⁷. O comitê editorial incluía não somente historiadores, antigos e modernos, mas também um geógrafo (Albert Demangeon), um sociólogo (Maurice Halbwachs), um economista (Charles Rist), um cientista político (André Siegfried, um antigo discípulo de Vidal de la Blache), ver sobre em, BURKE, Peter. A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989). 2ª Edição Editora UNESP. Fundação para o Desenvolvimento Da UNESP São Paulo, 1992.

A história política, com sua tradição de criar heróis, legitimar governos e regimes de Estado, acabou permanecendo a mesma após as diversas revoluções que passaram a ameaçar continuamente governos pelo mundo, derrubando principalmente monarquias. A persistência em criar protagonistas tendeu a menosprezar o papel desempenhado pelas minorias, das massas, dos anônimos, dos atores esquecidos que estiveram à frente de tantas mudanças políticas.

factual, subjetivista, psicologizante, idealista, a história política reunia assim todos os defeitos do gênero da história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência. Se se imaginar ponto por ponto o contrário desse relato cruel, ter-se-á o essencial do programa que a história regenerada se atribuía. Estava portanto escrito que a história política arcaria com os custos da renovação da disciplina: história obsoleta, subjugada a uma concepção antiquada, que tinha tido o seu tempo. Havia chegado a hora de passar da história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades. (REMOND, 2003, p.18).

Segundo Angeli e Simões (2012), com o novo impulso da história cultural, a terceira geração dos Annales retoma a história política. Para os autores, até esse momento poucos historiadores como Peter Burke, Braudel e Febvre haviam se preocupado com a história política nacional. “A nova história política é diferente da anterior, pois ao estudar o político o historiador deve estar atento ao estudo dos comportamentos, visões, cultura, já que o político atinge várias estâncias” (ANGELI; SIMÕES, 2012, p.119).

Para Félix (1998) após as modificações no campo da história trazidas pela França no decorrer do século XX, o estudo da história política passa a ser mais amplo, no sentido de uma cultura política. Dessa maneira também surgem novas formas de análise, como o uso de pesquisas quantitativas acerca de eleições, por exemplo, a análise dos costumes, dessa maneira os objetos de estudo do político se renovaram.

Segundo Félix (1998) grande parte das críticas direcionadas a história política, se dava pela concepção de história narrativa, críticas essas vindas dos Annales. Ainda segundo o autor, outros movimentos posteriores aos Annales, como o Marxismo e o Estruturalismo, durante os anos 60, criticaram duramente a história política como uma produção linear, baseada em acontecimentos e narração de fatos.

Segundo Remond (2003, p.19), a história teve de se reinventar, enquanto a “velha” história política cuidava de criar datas comemorativas e ícones políticos, após as diversas

revoluções populares e governamentais ela teve de se voltar a esse novo público: “os esquecidos” como protagonista de suas pesquisas.

Marx e Freud, cada um à sua maneira e por vias diferentes contribuíram igualmente para acabar com o prestígio da história política. Um fazendo da luta de classes, ela mesma resultante do processo econômico, o motor da história, desclassificou o político. O outro, pondo em plena luz o papel do inconsciente e atribuindo à libido, às pulsões sexuais, grande parte da responsabilidade pelos comportamentos individuais, ocultou a ambição e o apetite pelo poder político. (REMOND, 2003, p. 20)

A história política pode ser interpretada por diversas temporalidades. Pode ser instantânea como se inserir nos processos de média e longa duração. No sentido da curta duração estão os acontecimentos em si; na média duração seria, por exemplo, o período de um governo, enquanto na longa poderíamos citar as estruturas ideológicas que ultrapassam gerações formando pensamentos e sentimentos políticos. No bojo dessas observações surge um novo conceito histórico chamado de cultura política, o que vem abranger e preencher lacunas deixadas pela história política: comportamentos familiares, hábitos, entre outros pormenores que influenciam direta ou indiretamente as atitudes e comportamentos políticos (REMOND, 2003, p.35).

Para KUSCHNIR; CARNEIRO (1999, p. 227), o conceito de cultura política é multidisciplinar, podendo envolver antropologia, psicologia e sociologia. Ainda segundo os autores o conceito fora criado por Almond e Verba¹¹ nos anos 1960, buscando incluir análises da política em sociedade de massas com uma abordagem do comportamento e escolha política das mesmas.

no nosso entender, a noção de cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores. (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 227).

Dentro de um sentido de cultura política trazido da antropologia, a cultura traz a concepção de que existem padrões de comportamento dentro de uma determinada sociedade enquanto a política é vista de forma autônoma, sendo passível de análise e avaliação (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 230).

Com novas teorias de análise o campo da cultura política se modificou e se ampliou, hoje o campo estuda as condições que afetam as instituições públicas, assim como o grau de eficiência no que se refere ao público (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1997, p. 235).

Segundo Peter Burke (2008), a cultura e a história política estão intimamente ligadas, porém, poucas pesquisas ainda foram desenvolvidas na área principalmente sobre períodos como o século XIX e XX. No caso brasileiro, a construção da cultura política no período Vargas utilizou de várias frentes dentro da propaganda política para criar um imaginário acerca do presidente Getúlio Vargas e de seu governo. O Álbum analisado nesse trabalho, traz a fotografia como elemento principal de persuasão do leitor, visto o ilusório caráter de realidade de que a mesma tende a se revestir.

Enquanto fonte de produção do conhecimento histórico, a fotografia ainda sofre certo descaso e preconceito quanto ao seu valor documental. Isso pode ter ligação com a tradição escrita tomada como um dos únicos meios provenientes de conhecimento e aprendizado, relegando a fotografia e as imagens em geral a um material a ser explorado com muitas restrições. Não obstante,

as fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tenta sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para a decifração de seus conteúdos e, por consequência, da realidade que os originou. (KOSSOY, 2001, p. 32)

Com o advento da fotografia o mundo se torna familiar ao homem que passou a ter acesso visual mais amplo de outras realidades que não aquelas que lhe eram mais próximas e familiares. A partir dela se tem uma nova forma de transmissão de conhecimento além da tradição oral e da escrita.

A fotografia é um mecanismo de representação de imagem apresentadas num suporte físico resultante da tecnologia utilizada para tal procedimento que a materializa. O original fotográfico é uma fonte primária. Seja o original, seja a reprodução, toda fotografia é um resíduo do passado. Através de uma fotografia antiga podemos refletir sobre sua trajetória, situando-a em contextos de maior ou menor grau.

O ato de fotografar traz questionamentos acerca de sua produção: o fotógrafo teve a intenção de fazê-la? O fotógrafo teve a incumbência de fazer a fotografia por ordem de terceiros? Também se questiona a tecnologia utilizada e a formação do indivíduo que a produziu, e quais os seus interesses, pontos de vista, ideologia, etc.

Na pesquisa histórica, através da fotografia o pesquisador vale-se da fonte como indícios da cena passada, portanto, um documento importante para o estudo desse mesmo

passado. Devemos sempre levar em consideração que a fotografia carrega consigo resíduos, sinais do passado e não a história “em si” deste passado. Mas a partir dela podemos levantar mais informações sobre determinados acontecimentos.

Por isso o exame das fontes fotográficas não poderá se realizar sem o apoio bibliográfico do “fato registrado” por outros meios, em geral escritos: informações estas encontradas em arquivos, acervos, na literatura, nas publicações da época e nas demais ciências vizinhas. Não podemos nos enganar quanto ao estudo da imagem acreditando que ela por si só nos dará as respostas que buscamos: o estudo iconográfico sempre estará ligado à escrita.

Sabe-se que a imagem de Getúlio Vargas atingiu praticamente todas as regiões do país, se fazendo presente em todas as repartições públicas, escolas e mesmo em instituições privadas que seguiam a recomendação de manter a imagem fotográfica do presidente sempre em evidência. Dessa maneira ao utilizarmos o recurso da memória no estudo da imagem de Vargas há de se levar em consideração que toda recordação do período traz consigo grande carga emocional.

Para Mauad (1996) a partir do momento em que os pesquisadores da área de história passaram a fazer uso de novas fontes de pesquisa, que fugiam as fontes escritas, arquivísticas entre outras, novas perguntas foram necessárias serem feitas para que se chegasse a um resultado satisfatório, e isso se aplica ao historiador que faz uso da imagem como fonte,

que unidades comporiam a grade de interpretação das imagens do passado? Mais uma vez, tal como no jogo infantil de encaixe, ao tirarmos uma caixa encontramos outra. Cabe, portanto, as perguntas: como interpretar as imagens produzidas no passado? qual a natureza da produção imagética? esta produção é invariável ou possui condicionantes históricos? será a imagem das pinturas, dos desenhos, da estatuária sagrada, dos vitrais das capelas medievais, da mesma natureza que as imagens técnicas, a exemplo das do cinema e da fotografia? Questões e mais questões que complicam e enriquecem o trabalho do historiador dedicado à análise de fontes não-verbais. Desta forma, como bem aponta Michel Vovelle, “as interrogações que hoje se colocam são antes uma prova de saúde do que de enfermidade”. (MAUAD, 1996, p.06).

A autora também nos fala da necessidade de um novo tipo de crítica por parte do historiador para com a fonte fotográfica, questionar para o que foi produzida aquela imagem, qual era a intenção ao se produzi-la, que tipo de representação ela nos traz, podendo este ser um estilo de vida, um traço cultural.

no entanto, parafraseando Jacques Le Goff, há que se considerar a fotografia, simultaneamente como imagem/documento e como imagem/monumento. No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado - condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo. (MAUAD, 1996, p.09).

Para Mauad (1996) a fotografia é composta por três elementos básicos, primeiramente o autor da mesma, o texto e o leitor. Os três elementos levam ao resultado final, a fotografia como produto cultural traz em si técnicas, saberes, assim como o autor da imagem é o fotógrafo que não é isento de opinião. Outro ponto importante destacado por Mauad (1996), é a dominação da técnica e materiais para produção de fotografias por meio da classe dominante até meados dos anos cinquenta do século XX, o que demonstra que a sociedade em si demorou mais tempo para ter acesso ao meio de produção fotográfico.

Também Mauad (1996) nos traz o questionamento da realidade fotográfica no período, mesmo no início da disseminação da tecnologia fotográfica já era possível serem feitas alterações nas imagens após sua revelação, paisagens, e até mesmo retoques em sujeitos na fotografia eram possíveis.

“...o fotógrafo amador-artista, geralmente ligado às associações fotoclubísticas, que defendia a fotografia como expressão artística, baseada nos mesmos cânones que a pintura (por isso, não poupava a imagem fotográfica de uma intervenção direta, tanto através do uso de filtros, quanto do retoque, entre outras técnicas)”. (MAUAD, 1996, p. 09).

Existem formas de leitura dos textos visuais que variam de acordo com a época em que foram produzidos: a forma como o foram criados, onde foram e como foi a sua circulação e consumo, perpassando pelos mecanismos de controle e disseminação da informação. A maneira como um texto visual vai ser lido não nasce da espontaneidade, são resultados da adequação às representações culturais daquela sociedade.

Por isso, segundo Mauad (1996), a leitura e recepção varia muito, levando em consideração o veículo que traz a imagem, assim como sua circulação e consumo. Nesse sentido as classes dominantes se sobressaem, como cita, “a cultura comunica, a ideologia estrutura a comunicação e a hegemonia estrutural social faz com que a classe dominante predomine, erigindo-se como modelo para as demais” (MAUAD, 1996, p.09).

Portanto, a análise fotográfica se coloca necessariamente no contexto do objeto fotografado, visto que a fotografia nada mais é que um recorte temporal de determinado momento histórico que possui em si seu próprio espaço cultural, objetos, pessoas que dão sentido ao momento fotografado. Todos estes elementos tem um sentido próprio que pode nos dizer muito sobre os costumes da sociedade em determinada época, etc. Para (MAUAD 1996, p.10), “Aí reside a competência daquele que analisa imagens do passado: no problema proposto e na construção do objeto de estudo. A imagem não fala por si só, é necessário que as perguntas sejam feitas”.

Para Mauad (1996), a fotografia é um produto cultural carregado de signos, deve se levar em consideração os meios de produção da mesma, dessa maneira a fotografia pode trazer novas representações e comportamentos, assim como podem ratificar comportamentos e promover o controle dos meios sociais através da educação do olhar.

a fotografia comunica através de mensagens não verbais, cujo signo constitutivo é a imagem. Portanto, sendo a produção da imagem um trabalho humano de comunicação, pauta-se, enquanto tal, em códigos convencionais socialmente, possuindo um caráter conotativo que remete às formas de ser e agir do contexto no qual estão inseridas como mensagens. (MAUAD, 1996, p.12).

Dessa maneira, Mauad (1996), ratifica a fotografia como objeto histórico, onde o papel do historiador é buscar a sua historicidade. Nesse trabalho onde divido-o em três capítulos, busco analisar as imagens em paralelo ao ambiente histórico em que foram criadas, procurando desmontar o signo fotográfico que eleva a imagem de Getúlio Vargas enquanto presidente do Brasil.

O primeiro capítulo intitula-se Paraná, cenário de ascensão ao poder, traz uma discussão acerca da participação do estado do Paraná na Revolução de 1930, onde os regimentos militares tiveram importância significativa na realização da revolta dentro do Estado Paranaense. Assim como também discute a implementação do Estado Novo e consequentemente a produção de propaganda política ideológica, transpassada na publicação aqui estudada diante da análise das imagens fotográficas e dos discursos políticos nela representados.

No segundo capítulo intitulado, Vargas no Paraná, faz se uma discussão sobre o movimento paranista como um dos elementos formadores da identidade paranaense no período, através de propostas pensadas por intelectuais e artistas paranaenses, tendo sido

expressado através de obras arquitetônicas, publicações, políticas e obras de arte. Ainda nesse capítulo busca se discutir as possíveis mudanças ocorridas no estado do Paraná após a Revolução de 1930 no âmbito político e social, assim como estabelece se a análise da imagem de Getúlio Vargas como elemento simbólico dentro do Estado Novo, através do estudo das festas cívicas, utilizando se das fotografias acerca do tema trazidas no Álbum analisado.

No terceiro capítulo, com o título de “Caminhos novos para riquezas novas: a conquista do oeste paranaense”, trago a análise da ocupação ou como denomina a bibliografia re-ocupação do estado paranaense na região oeste, durante o período do Estado Novo. Essa ocupação levou em consideração diversos fatores como a necessidade de povoamento de uma região onde haviam os chamados “vazios” populacionais que davam margem a invasão estrangeira. Discussão também de relevância no contexto de repovoamento é a utilização de práticas eugênicas na política de imigração expostas no discurso do Álbum.

Outras discussões do corpo textual do Álbum trazidas nesse capítulo, são elementos que co-existiram no período considerado pelo texto da publicação como de maior desenvolvimento do estado paranaense, destacando a implementação de barragens em busca de produção energética e exploração do potencial turístico. Também é debatido a figura política de Manoel Ribas, onde o mesmo é retratado pelo discurso do Álbum, como exemplo de homem paranaense, com virtudes tais quais de trabalhador, honesto entre outras. Do mesmo modo, é debatido o tocante a educação, trabalho e industrialização. Nesses três tópicos discuto acerca do modelo de educação implementado pelo regime varguista, onde existia a ênfase no sentimento nacionalista assim como o cidadão era formado dentro dos valores de um futuro trabalhador, atendendo aos critérios de ordem, obediência, entre outros. Diante disso a publicação nos traz em seu texto, a questão da instalação da indústria Klabin, como exemplo, de progresso industrial no estado do Paraná.

“Getúlio não é fascista
nem também usurpador
e se deu aquele golpe
que lhe fez um ditador
foi para salvar a pátria
da miséria do terror...”¹¹

1. PARANÁ, CENÁRIO DE ASCENSÃO AO PODER

1.1 REVOLUÇÃO DE 1930

O Brasil na década de 1920, segundo Fausto (1998, p.305) era um país que havia passado por mudanças socioeconômicas, assim como após a Primeira Guerra Mundial, tinha na classe média um despertar de interesses políticos. Ainda segundo o autor, essa parcela da população buscava um governo que promovesse o liberalismo, de maneira que “praticasse com eficácia a Constituição, que promovesse eleições limpas e respeito aos direitos individuais. Falava-se numa reforma social, educação para o povo¹², voto secreto...” (FAUSTO, 1998, p.305).

A organização da Primeira República se caracterizava pela política feita pelas oligarquias do país, principalmente nos eixos Rio, São Paulo e Minas Gerais. Essa política já não agradava principalmente a quem dela se beneficiava e acabou por se esfacelar quando, a partir da indicação do então presidente Washington Luís, o paulista Júlio Prestes¹³ ocuparia a presidência do Brasil. Nesse mesmo período no ano de 1929 inicia-se a crise econômica mundial que apesar de ter atingido a economia cafeeira pouco influenciou no descontentamento da classe agrária com o governo estabelecido.

Diante da crise, produtores de café buscaram no governo novos financiamentos e moratórias para suas dívidas, Washington Luís não querendo mexer em seu plano econômico negou a proposta (FAUSTO, 1983, p. 321).

¹¹ Trecho do poema de cordel (LESSA, 1982).

¹² Segundo Bomeny (1999, p.139), no projeto Capanema, o preparo das elites teve prioridade sobre a alfabetização intensiva das massas. O ensino primário sequer foi tocado. O ministro estava convencido de que com verdadeiras elites se resolveria não somente o problema do ensino primário, mas o da mobilização de elementos capazes de movimentar, desenvolver, dirigir e aperfeiçoar todo o mecanismo de nossa civilização. (PANDOLFI, 1990).

¹³ Júlio Prestes de Albuquerque natural de Itapetininga (SP) nasceu em 1882. Formou-se em Direito, fez carreira como deputado em São Paulo pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Em 1929, foi indicado por Washington Luís como candidato a presidência. Mais considerações a respeito em Dicionário (2001).

a campanha eleitoral às eleições presidenciais de março de 1929 abriu-se em fins de julho de 1929, com o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas e a formação da Aliança Liberal. A iniciativa partiu de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que se opuseram à chapa governista Julio Prestes-Vital Soares, com a posterior adesão da Paraíba. (FAUSTO, 1983, p.29).

O cenário político brasileiro a partir das ações tenentistas¹⁴, bem como de novas alianças políticas começa a se remodelar e a trazer à tona novos nomes que marcariam a política nacional nas próximas décadas, como foi o caso de Getúlio Vargas. Até então político de carreira no Rio Grande do Sul com pouca expressividade na política nacional, surge como forte candidato a presidência do Brasil.

As ações políticas contrárias à indicação do presidente em exercício começaram a ocorrer a partir de Minas Gerais que se uniu ao Rio Grande do Sul na chamada Aliança Liberal¹⁵, lançando Getúlio Vargas à presidência do Brasil tendo como seu vice o governador da Paraíba, João Pessoa. As propostas engendradas pela oposição continham, segundo Fausto (1998), cunho social como a extensão das aposentadorias a outras classes ainda não contempladas, regulamentação de setores trabalhistas como menores de idade e mulheres, isso tudo em contraposição as declarações de Washington Luís que se referia a questão social como “caso de polícia”.

Mesmo com a crise de 1929 colocando o governo de Washington Luís em descrédito com os cafeicultores e velhos oligarcas, Júlio Prestes vence a eleição no ano de 1930. Segundo Fausto (1998) o Rio Grande do Sul através da fala de seu governante Borges de Medeiros¹⁶ reconhecia a vitória do oponente e estaria disposto a colaborar com o novo presidente caso lhes fosse oferecido oportunidade.

¹⁴ O Movimento Tenentista surgiu a partir do grande descontentamento de oficiais com a situação do Exército durante o início da década de 1920. No governo do presidente Epitácio Pessoa, faltavam armamentos, medicamentos, infra-estrutura para formação de militares. Além disso, havia muita demora para elevação de patentes, assim como os salários permaneciam baixos e sem sinal de melhora. Neste contexto quem toma a frente em busca de mudanças são os oficiais mais jovens, em sua grande maioria tenentes, daí surge o termo “tenentismo”. Segundo o CPDOC, Foi nesse quadro de crescente insatisfação, com as condições do Exército e com a política do governo, que eclodiram diversos levantes militares. A presença significativa de tenentes na condução desses movimentos deu origem ao termo “tenentismo”. Os principais movimentos tenentistas da década de 1920 foram os 18 do Forte, os levantes de 1924, e a Coluna Prestes. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/MovimentoTenentista>

¹⁵ Coligação oposicionista de âmbito nacional formada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa respectivamente à presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/AliancaLiberal>

¹⁶ Antônio Augusto Borges de Medeiros nasceu em Caçapava do Sul (RS), em 1863. Formou-se em Direito, exerceu longa carreira política/militar no sul do país desde o ano de 1890. No decorrer de 1929, as articulações em torno das eleições presidenciais do ano seguinte levaram à ruptura entre mineiros e paulistas que, de acordo com a chamada “política do café com leite”, vinham detendo a hegemonia sobre a política nacional nas décadas anteriores. Contrariados pela indicação do paulista Júlio Prestes como candidato situacionista à sucessão do também paulista Washington Luís, os mineiros decidiram articular uma chapa de oposição encabeçada por um

Em contrapartida Skidmore (2010, p. 37) afirma que a Aliança Liberal rejeitou de forma furiosa o resultado das eleições. Segundo o autor eleições anteriores já haviam sofrido questionamentos acerca da contagem dos votos e de possíveis fraudes nos resultados, por isso por um breve momento acreditou-se que a oposição se limitaria a apenas denunciar as críticas à veracidade do resultado da eleição.

em 30 de maio, Vargas divulgou um manifesto denunciando as “fraudes e compressões” praticadas pelos cabos eleitorais “cujos truques e ardis a mesma legislação eleitoral estimula e propicia”. Mas o candidato derrotado temperou seu ataque dizendo ainda acreditar que a necessária modificação de “nossos hábitos e costumes políticos” fosse feita “dentro da ordem e do regime”. (SKIDMORE, 2010, p. 37).

Porém, nem todos os estavam de acordo com essa posição e alguns jovens radicais como Osvaldo Aranha¹⁷, Lindolfo Collor¹⁸, buscaram na Aliança Liberal maneiras de agir através da revolta armada.

gaúcho - Borges de Medeiros ou Getúlio Vargas. O próprio Borges, entretanto, optou pelo nome de Vargas. Formou-se, então, a Aliança Liberal. A campanha eleitoral foi a mais concorrida da República Velha, com grandes comícios sendo realizados em várias capitais brasileiras. Realizado o pleito em março de 1930, Júlio Prestes foi declarado vencedor. Borges pronunciou-se a favor do reconhecimento do resultado, declarando-se contrário qualquer tentativa de questioná-lo pelas armas. Dentro da Aliança Liberal, contudo, ganhavam força os elementos favoráveis a uma solução armada, destacadamente os seus membros mais jovens e os militares oriundos do movimento tenentista da década anterior, que desde a campanha eleitoral haviam, na sua quase totalidade, dado apoio a Vargas. Borges só decidiu apoiar os revolucionários dias antes do movimento contra Washington Luís ser deflagrado.

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/borges_de_medeiros

17 Oswaldo Euclides de Souza Aranha nasceu em Alegrete (RS), em 1884. A princípio, foi escalado por Vargas para representá-lo junto ao próprio presidente; em seguida, foi um dos principais articuladores da Aliança Liberal, coligação que lançou a candidatura de Vargas, com apoio dos grupos dirigentes do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, além dos setores oposicionistas dos demais estados. Após a derrota de Vargas na eleição realizada em março de 1930, Aranha esteve entre os mais decididos defensores de uma insurreição armada que depusesse Washington Luís e evitasse a posse de Júlio Prestes, o candidato eleito. A solução armada, por sinal, era admitida por ele mesmo antes do pleito ser definido. Seu posicionamento radical no interior da Aliança Liberal, em favor da ruptura armada com a ordem legal, fez com ele fosse procurado pelos "tenentes", interessados em viabilizar o seu antigo projeto de assumir o poder no país através de um movimento revolucionário. Luís Carlos Prestes, o principal líder tenentista da década anterior, recusou, porém, o convite que lhe foi formulado por Aranha para assumir a chefia militar da revolução, negando-se a participar de um movimento por ele classificado como uma mera disputa entre oligarquias. Durante as articulações para a deflagração do movimento, Aranha chegou a se demitir da Secretaria de Justiça em protesto contra a falta de empenho de Vargas e outros líderes da Aliança Liberal na preparação da insurreição. O assassinato de João Pessoa, porém, ocorrido no mês de julho, voltou a estimular os preparativos para a insurreição, que finalmente foi deflagrada em outubro, tendo Oswaldo Aranha participado das operações militares em Porto Alegre. O sucesso do movimento levou à deposição de Washington Luís através de um golpe militar promovido por oficiais das Forças Armadas lotados na capital federal, que assumiram o poder. Aranha deslocou-se, então, ao Rio de Janeiro para negociar a transferência do poder a Vargas, o que acabou se realizando no início do mês seguinte. Empossado o novo governo, coube a Aranha a pasta da Justiça e Negócios Interiores. Fez parte também do "gabinete negro", designação dada pela imprensa ao reduzido grupo que se reunia todas as noites com Vargas no Palácio Guanabara para debater os rumos da revolução. Foi incentivador da Legião de Outubro e do Clube 3 de Outubro, organizações que objetivavam conferir maior coesão à atuação dos elementos comprometidos com a nova ordem, colocando-se contrário à imediata reconstitucionalização do país. Não demoraria, porém, em romper com essas organizações, alegando divergências políticas. Paralelamente,

Para Fausto (1998) as aspirações para uma possível ação pelas armas andavam a passos lentos e só tomaram fôlego a partir do assassinato de João Pessoa em 26 de julho de 1930. O crime ocorreu por razões particulares e políticas, esta última foi utilizada para dar sentido ao movimento revolucionário e transformar a vítima em mártir.

Para Prestes (2008, p. 29) alguns dos “tenentes” aderiram a Aliança Liberal para auxiliar Getúlio Vargas no levante em 1930. Após a tomada do poder passaram a construir um plano de governo articulado entre Estado e Exército, onde cresceram as tendências autoritárias e centralizadoras.

a conspiração recebeu apoio de políticos da Aliança Liberal, e de um grupo de jovens oficiais revolucionários (tenentes). Se a força dos rebeldes se limitasse a isso, eles teriam constituído ameaça séria, mas não mortal para o governo vigente. Com o respaldo dos militares, o presidente Washington Luiz poderia ter imposto seu novo presidente ao país, como haviam feito regimes anteriores, a despeito de severos protestos da oposição, em 1910 e 1922. Mas enquanto os rebeldes marchavam para o Rio de Janeiro pelo Sul (Rio Grande do Sul), pelo norte (Paraíba) e pelo oeste (Minas Gerais), Washington Luiz descobriu que não tinha apoio militar. (SKIDMORE, 2010, p. 38).

Iniciam-se conjurações para a Revolução, Góes Monteiro¹⁹ é escolhido como chefe revolucionário, e como nas palavras do próprio Getúlio Vargas “O Rio Grande de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heroico! ” (SKIDMORE, 2010, p38). Ainda segundo Neto (2012), Getúlio Vargas em seu texto de manifesto revolucionário disse:

entreguei ao povo a decisão da contenda, e este, cansado de sofrer, rebela-se contra os seus opressores. Não poderei deixar de acompanhá-lo, correndo,

desenvolvia intensos contatos nos meios políticos e buscava interferir nas disputas estaduais, principalmente em Minas Gerais e São Paulo, além do Rio Grande do Sul.

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/oswaldo_aranha

¹⁸ Lindolfo Leopoldo Boekel Collor nasceu em São Leopoldo (RS), em 1890. Foi articulador destacado da chapa oposicionista da Aliança Liberal, que lançou o nome de Getúlio Vargas para concorrer nas eleições presidenciais de 1930. Redigiu o manifesto da Aliança e dirigiu o jornal A Pátria, porta-voz oficial da coligação. Com a derrota eleitoral de Vargas, teve participação importante nos preparativos revolucionários. Foi o encarregado de buscar o apoio militar da guarnição sediada no Distrito Federal, tendo obtido a promessa de neutralidade da alta cúpula militar. Participou do desencadeamento do movimento em Porto Alegre e foi a Buenos Aires adquirir armamentos. Após a deposição de Washington Luís por uma junta militar, dirigiu-se, em companhia de Oswaldo Aranha e Hercolino Cascardo, ao Rio de Janeiro para negociar a transferência do poder para as mãos dos revolucionários. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lindolfo_collor

¹⁹ Pedro Aurélio de Góes Monteiro nasceu em 1889, em São Luís do Quitunde (AL). Em 1930, assumiu o comando militar do movimento revolucionário articulado para depor o presidente Washington Luís, já que Luís Carlos Prestes havia recusado o convite que lhe fora feito nesse sentido pelos líderes da conspiração, Getúlio Vargas à frente. Dirigia, então, o 3º Regimento de Cavalaria Independente, em São Luís das Missões (RS). Após participar do início do movimento em Porto Alegre, comandou o deslocamento das tropas revolucionárias em direção à capital federal, tendo recebido a notícia da deposição de Washington Luís quando se preparava para penetrar no estado de São Paulo, principal reduto situacionista.

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/goes_monteiro

todos os riscos em que a vida será o menor dos bens que lhe posso oferecer. (NETO, 2012, p.468).

Dentro da capital gaúcha a Revolução se fez vitoriosa de maneira rápida, os poucos locais onde houve resistência logo foram tomados. De acordo com Neto (2012) dentro do estado rio-grandense outras guarnições militares também caíram, assim como toda a comunicação foi censurada para que nada que estava ocorrendo fosse divulgado em outros territórios do Brasil o que naturalmente colocaria todo o governo em ação contra o levante.

Ainda de acordo com Neto (2012) durante o andamento da Revolução que já se alastrava pelos estados de Santa Catarina e Paraná, Getúlio Vargas teve que contar com a ajuda do cardeal D. João Becker para esclarecer boatos lançados pelo governo de Washington Luís de que a Revolução seria um movimento comunista, por conta das bandeiras vermelhas hasteadas pela cidade de Porto Alegre. Segundo a mensagem distribuída em todo Brasil nas palavras do cardeal “A Revolução no estado do Rio Grande do Sul tem caráter puramente político e está completamente alheia ao comunismo, cujas doutrinas e perversas práticas repele com energia”.

A fala de Getúlio Vargas ainda sugere que o movimento é de caráter conservador,

Não é propriamente uma revolução o que fizemos. É, antes, uma contra-revolução. A revolução já tinha sido feita pelos poderes públicos federais, a quem cumpria o dever de manter a ordem e respeitar a lei. (NETO, 2012 p.488).

No contexto paranaense, em Curitiba, a revolta começa em 05 de outubro tendo a participação do Major Plínio Alves Monteiro Tourinho²⁰ com adesão do 15º Batalhão de Caçadores, do 9º Regimento de Artilharia Montada, IV/5RCD Esquadrão de Cavalaria e do 5º Grupo de Artilharia Montada. A Força Militar do Estado, o Corpo de Bombeiros e a Guarda Cívica não ofereceram resistência sob a alegação de poupar a vida de civis (COSTA, 1994, p. 303). De modo geral, como diz Boris Fausto,

a Revolução de 1930 não foi feita por representantes de uma suposta nova classe social: a classe média ou a burguesa industrial. A classe média deu lastro à Aliança Liberal, mas era por demais heterogênea e dependente das forças agrárias para que, no plano político, se formulasse um programa em seu nome. (FAUSTO, 1998, p.325).

²⁰ Oficial Engenheiro do Exército, professor de astronomia da Universidade do Paraná.

Nesse episódio o Paraná contribuiu facilitando manobras do grupo revolucionário. O desfecho do movimento rio-grandense se fez no Paraná, com a união do Exército paranaense. O governo de Affonso de Camargo foi derrubado, a cidade de Curitiba viveu dias de festejo e de organização de grupos para integrar o contingente revolucionário.

em 1930, a Revolução contou com grande apoio do Paraná. Forças militares federais sediadas no estado deram significativo apoio ao movimento. A participação e o envolvimento de importantes grupos de apoio no estado do Paraná, ao lado da grande movimentação política nacional, colaboraram na vitória do movimento revolucionário. (OLIVEIRA, 1997, p. 47)

Ainda segundo Oliveira (1997) no Paraná os revoltosos não tinham entraves a não ser na região de Castro. Com a estrada de ferro livre a viagem se tornou mais simples e ágil. Na cidade de Itararé, já no estado de São Paulo, os soldados se beneficiaram da geografia de escarpas para avançarem no território. Outras duas frentes seguiam uma pelo Vale do Ribeira, outra pelo litoral.

o Paraná teve um grande papel estratégico muito destacado na vitória da Revolução. A rota ferroviária para São Paulo estava aberta. As extensas pontes sobre os rios Iguaçu e Negro estava incólumes. Se fossem destruídas, poderiam atrasar em meses o deslocamento logístico e militar das tropas gaúchas da 3ª Região Militar, dando grande fôlego para a resistência no Catete. Os legalistas contavam apenas com o apoio do 5º Regimento de Cavalaria Divisionária de Castro, sem um esquadrão que ficava em Curitiba e apoiava o movimento. Em Florianópolis o General Nepomuceno Costa, enviado pelo Catete para comandar a RM, desembarcou tropas de Fuzileiros Navais que deveriam garantir a situação legal no litoral catarinense. (OLIVEIRA, 1997, p. 16).

Com dificuldade de articulação de soldados e agentes para a Revolução na região do Rio Grande do Sul por conta da distância entre São Paulo, a Revolução se organizou a partir dos regimentos militares do Paraná.

No início do levante o presidente Washington Luís acreditava, apoiado em seu ministro da Guerra Sezefredo de Passos, que as forças armadas enfrentariam os rebeldes. Já o Exército temia uma possível guerra civil, pois o movimento revolucionário já havia ganhado grandes proporções no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Segundo Skidmore (2010), os oficiais dissidentes comandados por Tasso Fragoso, chefe do Estado-Maior do Exército, ao perceberem o avanço da marcha dos rebeldes fizeram com que o Exército se encaminhasse para tomar a presidência ainda no dia 24 de outubro, antes que segundo ele a “agitação nacional” tomasse maiores delineamentos.

Na leitura de Fausto (1983), o Exército teve um importante papel na vitória da Revolução de 1930, porém, a participação das Forças Armadas não foi homogênea, visto que a força motivadora militar estava na figura dos tenentes, que se encontravam fora do aparelho militar do Estado. Já os militares de alta patente só se colocaram a serviço do levante no momento em que este já se lhes mostrava favorável, visando o papel de poder moderador numa possível mudança.

Antes da chegada de Vargas ao Rio de Janeiro formou-se uma junta provisória de governo composta pelos militares, que governaram o país. Mesmo que os militares tivessem pretensão em permanecer no poder a pressão popular inflada pelos rebeldes não permitiu que isso acontecesse. Getúlio Vargas então tomou posse, devidamente trajado como um rio-grandense, em três de novembro de 1930.

uma junta militar governou o Rio de Janeiro de pleno direito durante dez dias, até afinal entregar o poder, em 3 de novembro, a Getúlio Vargas, líder incontestado do movimento de oposição. Qualquer inclinação que tivesse a junta para perpetuar-se no poder fora anulada pela crescente pressão dos rebeldes, cujas forças militares se aproximavam da capital. Em discurso proferido na posse de Vargas como “chefe do Governo Provisório”, o general Tasso Fragoso disse que os militares tinham decidido intervir para que “os brasileiros não continuassem derramando o seu sangue pela vitória de uma causa que não era a da consciência nacional”. Como em 1889, quando a República substituiu o Império, a cúpula militar assumiu o controle num momento crítico, transferindo-o em seguida a um grupo de líderes políticos. Em 1930, os comandantes do Exército e da Marinha se viram numa posição que se tornaria cada vez mais familiar na história subsequente do Brasil: o papel de árbitro da política nacional. (SKIDMORE, 2010, p. 39).

Levine (2001) ressalta que, apesar do apoio do Exército na posse irregular de Getúlio à presidência, a instituição tinha receio quanto ao governo que iria se estabelecer.

nos bastidores, as forças armadas continuaram a pressionar Vargas, a quem haviam posto no poder. Muitos desses militares desconfiavam de seu programa político, mas o consideravam maleável. É de se supor que tenham aprovado o fato de Vargas estar usando seu velho uniforme do exército nas primeiras fotografias a aparecer na imprensa. (LEVINE, 2001, p.43).

Em seu discurso de posse, Getúlio fala sobre o apoio que afirmava ter obtido tanto dos soldados gaúchos quanto da população do Sul enquanto percorria o caminho até o Rio de Janeiro para a tomada da presidência. Também menciona as primeiras resoluções de seu governo, que inclui uma reforma no processo eleitoral, destacando que a nação seria consultada sobre a escolha de seus presidentes. Sobre a participação dos paranaenses, afirma

Getúlio Vargas: “O povo Paranaense nos abriu as portas do triunfo. Não fora essa decisão heróica, sabe Deus quando chegaríamos ao fim.” (DUELCY, s. d., p. 3).

Para Decca (1981), o episódio anula a participação de determinadas classes sociais enfatizando o lugar de cada um na história. Ainda segundo o autor,

o termo revolução realiza essa operação no nível do discurso do poder ao ocultar o processo da luta de classes e ao generalizar para o conjunto do social a própria origem desse poder, a partir de um marco válido para todos – a revolução de trinta. Assim como fazer da política sob a ótica do poder, a ideia de revolução de trinta refaz a história do Brasil como se tudo acabasse e se criasse a partir de um único marco. Nessa memória histórica sobrelevam-se apenas alguns agentes sociais ao passo que os outros são de uma vez por todas suprimidos, não se tornando estranho, tanto para a ótica do poder constituído nos anos trinta como para a historiografia, a inexistência da ação política dos dominados durante esse período histórico. (DECCA, 1981, p.75.76).

Grande parte da produção histórica acerca da Revolução de 1930 revela a pouca discussão sobre o termo “Revolução”, empregado ao que na verdade se mostra como um golpe político aplicado a um governo eleito a partir de um modelo democrático. Percebe-se que além de vários personagens que participaram ativamente dessas mudanças na conjuntura política do país e ficou à margem da história como afirma Decca (1981), também pouco se buscou questionar a atitude de Getúlio e seus aliados.

Para Decca (1981), a memória da Revolução 30 criada no interior da luta de classes, surgiu como a quebra com a oligarquia.

a memória histórica da revolução de trinta como o imaginário de uma sociedade que, instituída sob o signo da divisão, colocou como imperativo uma “revolução redentora” e, nesta luta cega, procurando dissimular o conflito entre o capital e o trabalho, fez de sua “vontade” uma contabilidade geral em favor das classes dominantes. (DECCA, 1981 p.108).

Ainda segundo o autor, toda a história até a Revolução de 30 estava dividida entre dois atores, os rebeldes e a oligarquia. Na memória histórica os primeiros sempre são lembrados como vitoriosos enquanto os outros são considerados inimigos da revolução.

1.2 ESTADO NOVO: A ASCENSÃO DO AUTORITARISMO NO GOVERNO VARGAS

Após a vitória do levante nos anos 1930 Getúlio Vargas teve de enfrentar diversos problemas no início de seu governo. No ano de 1932 o presidente teve seu primeiro grande desafio diante da sociedade paulistana que se colocou em armas em busca de uma nova Constituição. O fato conhecido como Revolução Constitucionalista²¹ feito pela sociedade paulista com o apoio do interventor do estado Pedro Toledo, indicado por Vargas, foi um exemplo de descontentamento com a presidência.

a revolução de 1932 uniu diferentes setores sociais, da cafeicultura brasileira à classe média, passando pelos industriais. A luta pela constitucionalização do país, os temas da autonomia, da superioridade de São Paulo _ “essa locomotiva que carregava vinte vagões vazios” _ eletrizavam a população. O rádio _ “utilizado pela primeira vez em larga escala no país, a imprensa os oradores inflamados, contribuíram para avolumar o ódio contra Getúlio, o execrável “Gegê”, ditador que pisoteara São Paulo com as botas militares e traía os ideais democráticos. (FAUSTO, 2006 p. 63).

Apesar da grande resistência paulista a guerra que durou por volta de três meses saiu vitoriosa para o governo.

²¹Com a vitória da Revolução o Estado de São Paulo um dos maiores representantes da chamada Primeira República passa a ser comandado por um militar o tenente João Alberto Lins de Barros. Nesse momento fica clara a diferença dos projetos políticos dos tenentes em relação a dos políticos paulistas gerando instabilidade. Em fevereiro de 1932 a situação se agravou. O PD rompeu com Vargas e seu governo, ao mesmo tempo que se aproximou dos antigos adversários do PRP, formando a Frente Única Paulista (FUP), que se tornou a porta-voz das reivindicações de reconstitucionalização e de autonomia administrativa para o estado de São Paulo. Mais do que isso, a FUP passou a articular, junto aos meios militares e a algumas das principais entidades de classe do patronato paulista, a preparação de um movimento armado contra o Governo Provisório. Vargas, por seu lado, procurando contornar a situação, optou pela nomeação de Pedro de Toledo para a interventoria paulista, quase ao mesmo tempo em que apresentava o novo Código Eleitoral (ambas as medidas de fevereiro de 1932) e marcava eleições para 1933 (em maio). Esse recuo, no entanto, não conseguiu estancar a exaltação da FUP e dos paulistas em geral, apesar de o PD, a essa altura, já controlar o secretariado do novo interventor. A morte de estudantes em um confronto com forças legais acabou introduzindo no cenário político o ingrediente que faltava: mártires. Suas iniciais – Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo – passaram a designar a sociedade secreta MMDC, interessada em articular a derrubada de Vargas. A 9 de julho de 1932 eclodiu na capital paulista a Revolução Constitucionalista, liderada pelo general Isidoro Dias Lopes, o mesmo do levante de 1924. Contando com a participação de vários remanescentes do movimento de 1930, como os militares Bertoldo Klinger e Euclides Figueiredo, a revolução contou com amplo apoio dos mais diversos segmentos das camadas médias paulistas. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932>

“Em nove de julho de 1932, São Paulo se levantou numa revolta armada. A rebelião foi imediatamente batizada de Revolução Constitucionalista e a cidade de São Paulo se mobilizou para uma guerra civil total. Fábricas foram logo adaptadas à produção de armamento rústico. Donas de casa de classe média doavam jóias numa “Campanha do ouro”, para financiar o esforço de guerra, enquanto os filhos se apresentavam para servir nas trincheiras. A classe operária, porém, permaneceu relativamente indiferente ao apelo das armas”.(SKIDMORE, 2010,p.50).

Segundo Fausto (2006) no ano de 1933 o governo começava a mostrar-se mais preocupado com as insurgências sociais, assim como com as publicações nacionais e estrangeiras, criando para fiscalizá-las a chamada Polícia Especial, Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS). Nesse período o mundo ainda vinha sofrendo com os efeitos da crise de 1929 e passou a buscar em governos autoritários e totalitários características fortes, força essa expressa na figura chefe do Executivo. Ainda segundo o autor, esse tipo de governabilidade impedia a crença na diversidade de opiniões assim como essa liberdade deveria ser sumariamente combatida.

Ainda citando Fausto (2006) o governo de Vargas apesar de ter se inspirado em moldes da Alemanha Nazista, Itália Fascista sempre teve sua tônica própria seguindo um modelo autoritário-pragmático. Nos anos de 1932 são criadas no Brasil duas frentes contrárias a esse modelo de governo, primeiramente a Ação Integralista Brasileira, AIB²² e o Partido Comunista Brasileiro, PCB²³. Ambos contrários à política instalada e em busca do partido único. Os comunistas conseguiram angariar muitos adeptos por terem seus ideais progressistas que incluíam a emancipação feminina. Já os integralistas eram um movimento de características mais culturais do que econômicas, com peculiaridades que atraíram principalmente integrantes da classe média inclusive com doutrinas acerca do antissemitismo no Brasil.

Em meados de 1935 o governo já com ares mais conservadores e repressivos lança a Lei de Segurança Nacional que dava ao governo direito de reprimir qualquer atitude que fosse considerada subversiva. Desse modo, de acordo com Skidmore (2010), a lei foi usada no episódio em que Luís Carlos Prestes proferiu um discurso de revolta contra o governo instaurado. Em menos de 10 dias a sede da Aliança Nacional Libertadora foi invadida tendo

²² A Ação Integralista Brasileira foi fundada em São Paulo no dia 7 de outubro de 1932, com a publicação do “Manifesto de Outubro”, pelo escritor e jornalista Plínio Salgado. Apesar de sua atuação política ter durado seis anos, é considerada “a mais importante organização fascista na história do Brasil” e a maior fora da Europa; foi também o primeiro partido político de massas do país e reuniu, segundo as estimativas mais modestas, de 500 a 800 mil adeptos. (MAIO; CYTRYNOWICZ, 2003, p. 42) (ATHAIDES, 2013, P.01).

²³ O Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC) foi fundado num Congresso realizado nos dias 25,26 e 27 de março de 1922. As duas primeiras sessões tiveram lugar na cidade do Rio, no Sindicato dos Alfaiates e dos Metalúrgicos, e a reunião final foi realizada na residência da família de Astrojildo Pereira, na rua Visconde do Rio Branco, 651, em Niterói. Do evento de fundação participaram apenas nove delegados, representando os agrupamentos comunistas existentes no Distrito Federal, Niterói, São Paulo, Recife, Cruzeiro e Porto Alegre. (PANDOLFI, 1995, p.70). O objetivo daqueles nove militantes que fundaram o Partido Comunista era muito claro: conquistar o poder político pelo proletariado e transformar a sociedade capitalista em comunista. O partido da classe operária brasileira deveria, também lutar e agir pela compreensão mútua internacional dos trabalhadores. Aliás, esta foi a razão de ser dos demais partidos comunistas criados em vários países após a Revolução Russa. (PANDOLFI, 1995, p. 71).

documentos apreendidos e a confirmação de que a organização era financiada por estrangeiros, no caso, comunistas.

Embasado na Lei de Segurança Nacional o PCB foi colocado na ilegalidade, assim como líderes e pessoas ligadas ao partido ou simpatizantes esquerdistas passaram a ser perseguidos. Acuadas, as frentes esquerdistas se uniram para o levante armado sem imaginarem, como ressalta Skidmore (2010), que a ação estaria dando a Vargas aquilo que ele precisava para causar um medo generalizado na população em relação a uma possível revolução comunista e assim agir de forma arbitrária sem ser questionado. Ainda segundo o autor, no final de novembro de 1935 a Aliança Nacional Libertadora, juntamente com militares revoltosos iniciam uma revolta em guarnições do Nordeste. Por falta de articulação as guarnições do Sul não se rebelaram, quando o movimento estoura na cidade do Rio de Janeiro o governo já havia sido alertado da movimentação. Vargas enfim teve seu álibi para declarar em poucos dias o estado de sítio no país.

No ano de 1936 novos decretos foram lançados pelo governo em prol de maiores poderes de repressão e continuaram até que foi aprovado pelo Congresso um Tribunal de Segurança Nacional, instrumento altamente repressivo. Segundo Skidmore (2010), mesmo com todo o aparato de autoritarismo iniciou-se a movimentação para as eleições de 1938, visto que segundo a Constituição de 1934 a reeleição era proibida. Houve o surgimento de dois candidatos para o governo, aos quais Vargas se negou a apoiar.

na realidade, o apoio a algum tipo de “continuismo” era generalizado entre as elites militares e políticas. Vargas precisou de pouco encorajamento para se acreditar indispensável. Desde a revolta comunista em 1935 ele pensava na possibilidade de um golpe. A facilidade com que o Congresso lhe concedera poderes de emergência estimulava pensamentos de um regime autoritário que eliminasse as forças políticas divididas e desse ao presidente carta branca para dar impulso a “reorganização” do Brasil como lhe aprouvesse. (SKIDMORE, 2010 p. 57).

Vários setores políticos queriam a continuidade de Vargas no poder, porém, era necessário um motivo para que tudo o que estava estabelecido dentro da Constituição fosse rejeitado dando margem a uma nova configuração política. Nesse sentido Fausto (1997) nos fala sobre o controverso Plano Cohen, segundo o autor até hoje existem aspectos obscuros sobre o mesmo, onde um oficial integralista o capitão Olímpio Mourão Filho teria sido surpreendido escrevendo um plano de levante comunista em 1937, onde o autor seria um homem com o nome Cohen, de origem judaica.

Aparentemente, o “plano” era uma fantasia a ser publicada em um boletim da Ação Integralista Brasileira, mostrando como seria uma insurreição comunista e como reagiriam os integralistas diante dela. A insurreição provocaria massacres, saques e depredações, desrespeito aos lares, incêndios de igrejas, etc. (FAUSTO, 1997, p.363).

Dessa maneira uma obra de ficção foi parar nas mãos do Exército, que tratou de transformá-la em realidade tendo sido transmitida pela “Hora do Brasil”²⁴ e publicada em alguns jornais. O efeito direto foi imediato provocando um estado de guerra no país suspendendo a Constituição por noventa dias. O golpe seguiu adiante com a dissolução da Câmara e Senado, enquanto a oposição não conseguiu se organizar a tempo.

Para Levine (2001) o presidente optou pelo golpe de Estado para continuar na presidência, pois acreditava firmemente que somete ele poderia conduzir a nação à integração nacional.

Durante o período do Estado novo que se estendeu de 1937 até 1945, com a deposição de Vargas, várias leis e decretos cercearam a vida dos brasileiros. No caso específico nos interessa entender o funcionamento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado no período e responsável pela censura dos meios de comunicação da época, bem como produtor de propaganda governamental pró Vargas.

Para Capelato (1997), a propaganda política brasileira no período Vargas tinha inspiração europeia. Com referência ao nazi-fascismo, que como ressalta a autora tinha características particulares no que se referia a propaganda, como o uso de insinuações, ideias simplificadas para atingir uma parcela da população menos culta, promessas de benefícios materiais ao povo, discurso de unificação nacional e fortalecimento da nação.

No caso brasileiro as técnicas de manipulação não foram usadas somente para provocar mudanças de sensibilidade, mas também a organização e planejamento dos órgãos ligados à produção da propaganda política tinham afinidade com a propaganda nazista Capelato (1997).

²⁴ “... em 1934, com a criação da Hora do Brasil com a proposta oficial de ser informativo, cultural e cívico. Assim, ao som da ópera O Guarani de Carlos Gomes, foi aberto o primeiro Hora do Brasil, transmitido da Rádio Guanabara. Com um formato bem diferente do atual, foi inicialmente retransmitido por apenas oito emissoras 65. De acordo com Lia Calabre (2002a, p.20), “foi somente em 1939, com a criação do DIP, que o programa nacional do governo passou a ser irradiado para todo o país”. (OLIVEIRA, 2006,p.92). Em rede nacional, além da parte informativa de interesse do governo, também deveriam ser difundidas música, literatura, cultura e uma crônica com temas de interesse coletivo. Através do programa eram irradiados discursos do presidente de formas direta e indireta, assim como de seus auxiliares. (OLIVEIRA, 2006, p.93).

DIP exerceu amplas funções, utilizando e controlando o cinema, o rádio, o teatro, a imprensa, a literatura social e política. No esforço de sanear as mentes e calar os inimigos do regime, proibiu-se a entrada no país de publicações “nocivas aos interesses brasileiros”, agiu-se junto à imprensa estrangeira no sentido de evitar que fossem divulgadas informações “nocivas ao crédito e à cultura do país”. O DIP censurou desde músicas carnavalescas até a grande imprensa, subornou jornalistas, subvencionou jornais, dirigiu a transmissão radiofônica diária da *Hora do Brasil*, etc. As ações repressivas combinavam-se com as afirmativas. Os valores mais caros ao Estado Novo - o nacionalismo, a valorização do trabalho- foram promovidos de inúmeras formas, utilizando desde textos escritos até o incentivo a compositores de música popular. (FAUSTO, 2006 p.116 e 117).

Além de praticar a censura nos meios de comunicação segundo Capelato (1997) o DIP produziu livros, programas de rádio, fotografias, documentários e demais formas de propaganda. Nesse sentido também, os discursos políticos não só do presidente, mas de todos os políticos a ele ligados deveriam reforçar e legitimar o discurso governista.

Diversos jornais e revistas da época tiveram seu direito de produção e publicação cassados por não admitirem a revogação da liberdade, ao tentar ainda produzir material com opiniões próprias acabaram por serem suprimidas. Dessa maneira o aparelhamento do Estado conseguiu que através da propaganda política e o controle do governo sobre os meios de comunicação se mantivesse “a ordem”.

o chefe do Estado Novo propôs-se a estabelecer relação direta com as massas e a levar em conta suas aspirações para ganhar-lhes o apoio. Norteador por essa preocupação, o governo erigiu a imprensa em órgão de consulta dos anseios populares. Durante o regime autoritário, os meios de comunicação cumpriram esse papel: além disso, divulgaram as atividades e qualidades do chefe e de seus auxiliares com o objetivo de quem fossem tomados como modelo de virtudes pelos cidadãos. (CAPELATO, 1997 p.86).

A força do controle estatal em relação à mídia era muito grande Capelato (1997) escreve que por volta de 60% das matérias publicadas eram produzidas pela Agência Estatal, nesse mesmo sentido havia determinadas propagandas que eram incentivadas pelo governo visto que se adequavam aos interesses do Estado. Não somente houve censura dos jornais como a de assuntos que pudessem ferir a imagem do governo como fraudes, acidentes, catástrofes, corrupção, suborno, enfim toda e qualquer notícia que pudesse de alguma maneira levar ao questionamento do governo era proibida de ser noticiada.

por um lado, o autoritarismo do Estado Novo explica a adesão e o silêncio de jornalistas; por outro lado, não se pode deixar de considerar que a política conciliatória de Getúlio Vargas aliada à “troca de favores” também surtiu efeito entre os “homens de imprensa”. (CAPELATO, 1997 p.87).

Nesse sentido o *Álbum Comemorativo da visita do Presidente Getúlio Vargas ao Paraná*, analisado nessa pesquisa traz várias das características comuns às produções governamentais da época focando o nacionalismo, a figura quase que mítica do presidente e a participação popular nas imagens de maneira a representar o povo brasileiro no aspecto trabalhador e ordeiro.

1.3 PROPAGANDA POLÍTICA, FOTOGRAFIAS E TEXTOS: DISCURSOS POLÍTICOS DE VARGAS E MANOEL RIBAS NO ÁLBUM COMEMORATIVO DA VISITA DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS AO PARANÁ

As imagens fotográficas assim como de textos jornalísticos e discursos políticos produzidos durante a visita de Getúlio Vargas ao Paraná no ano de 1944, trazem consigo o ideal de Estado/Nação, sempre exaltando a figura do líder assim como as ações do governo paranaense na busca do crescimento nacional.

Essa produção voltada a ser um instrumento de propaganda política de Estado detém vários elementos usados em todo o decorrer do Estado Novo como instrumento ideológico. A fotografia foi utilizada em larga escala por se tratar de um elemento de leitura imediata podendo ser interpretada por todos. Em meio às imagens fotográficas o *Álbum* traz textos que complementam a leitura das imagens, extraídos de jornais, discursos proferidos em razão da visita presidencial, e muitas observações e comentários enaltecendo o pretenso crescimento do estado do Paraná durante o governo Vargas.

Todas as fotografias inseridas na publicação trazem o teor propagandístico do governo Vargas através de símbolos já muito utilizados até então, festividades trabalhistas, construções monumentais, obras do governo, abertura de estradas, a presença militar sempre ao redor do presidente, tudo descrito como grandioso. Em todas as situações o presidente é fotografado de forma a sempre mostrar uma imagem positiva de sua visita ao Paraná.

Figura 2 - IMAGEM OFICIAL DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS



(ÁLBUM, 1944, p. 02)

Na imagem 02, que abre o *Álbum* temos o presidente aparentemente mais jovem se comparado às fotografias do período da visita ao Paraná, mostradas no desenrolar da publicação. Vestindo um smoking e gravata branca conotando distinção social, seu olhar e semblante sério nos deixa transparecer concentração em um período onde políticos deveriam ser retratados de maneira a passar a imagem de compromisso com o cargo político.

Vargas, embora se apresentasse nas fotografias sempre sorrindo (por isso recebeu o epíteto de “Presidente Sorriso”), era descrito, por seus biógrafos, como uma personalidade que se destacava por autoridade, austeridade, moderação, equilíbrio, bom senso; esses traços não se coadunam com a exaltação de sentimentos. (CAPELATO, 1997 p. 276).

Na cultura ocidental, segundo Burke (2004) várias ações em conjunto formam a figura do governante como um “super-homem”, sua imagem sempre é retratada de forma a parecer triunfante. Outra característica ressaltada na imagem dos líderes no período democrático era de ressaltar a virilidade, o corpo físico de porte atlético, a juventude. Ainda segundo o autor,

tais imagens fazem parte do que pode ser chamado um estilo “demótico” de governo. Esse estilo também pode ser ilustrado por fotografias de visitas à fábricas nas quais o chefe de Estado conversa com trabalhadores comuns e lhes aperta a mão, ou imagens de “banho de povo” em que políticos beijam bebês, ou ainda pinturas demonstrando o quão acessível é o governante. (BURKE, 2004, p. 88).

Com os novos meios de comunicação surgidos no século XX, à imagem e a voz dos governantes ganharam novas formas e mais presença, Burke (2004), cita Hitler, Mussolini e Stalin como líderes que usufruíram de cartazes e do rádio para disseminar sua imagem. No Brasil Getúlio Vargas também lançou mão desses recursos, sendo o *Álbum* em análise nesse trabalho um exemplo disso, outra característica citada por Burke (2004) na imagem de governantes no século XX, e presente na figura de Vargas, é o uso do uniforme militar como vestimenta, conotando o nacionalismo e a forte presença do Exército.

Ainda sobre as representações de líderes no século XX, Burke (2004), nos fala sobre a tendência a retratar o líder como um santo, usando de poses notoriamente relacionadas a divindades como anjos, santos, ou até mesmo Jesus Cristo, para mostrar o governante como um mártir. Retratos como esses eram usados como ícones em passeatas e momentos festivos, esse tipo de representação ficou conhecida como “arte totalitária”. Para o autor, a produção de impressos com imagens políticas no período em que também surge a oposição ao governo, à propaganda política então, seria destinada a informar ou persuadir os não letrados.

não obstante, o uso político de imagens não deve ser reduzido à tentativas de manipulação da opinião pública. Entre a invenção do jornal e da invenção da televisão, por exemplo, caricaturas e desenhos ofereceram uma contribuição fundamental ao debate político, desmistificando o poder e incentivando o envolvimento de pessoas comuns nos assuntos de Estado. Realizaram tais tarefas apresentando assuntos controversos de uma maneira simples, concreta e notável e os principais atores no palco político como mortais e não heroicos e passíveis de erro. (BURKE, 2004, p. 98).

Burke (2004) sugere que os historiadores não devem se limitar ao uso das evidências superficiais e sim buscar o impacto que determinada imagem causou na memória histórica. Ainda segundo o autor as imagens podem nos fornecer mais informações até do que aquilo que foi escrito, porém, em raros casos. O problema é que a representação é sempre menos realista e distorce boa parte daquilo que era na verdade realidade onde devemos levar em consideração as intenções de pintores e fotógrafos, mas, o processo de distorção da realidade é o que interessa ao historiador, a imagem material é uma boa evidência desse passado mental, ou seja, de imaginários e representações então construídos sobre determinado fato.

De acordo com Burke (2001), quando olhamos para uma imagem fotográfica temos a impressão de realidade que segundo ele ocorre devido à sociedade do instantâneo em que vivemos, através da nossa própria prática em fotografar nosso cotidiano com o intuito de construir e guardar uma memória.

O governo Vargas teve grande apelo propagandístico e a imagem do presidente foi amplamente explorada em diversos sentidos, buscando legitimidade em imagens que o ilustrassem por vezes como patrão e operários, em outros momentos como chefe da nação e também como pai dos pobres. No Brasil o recurso da fotografia foi o mais utilizado levando-se em consideração a grande quantidade de analfabetos naquele momento no país. Dessa maneira a leitura das imagens era o melhor meio de comunicar, instruir e persuadir a massa.

Para Santana (2010), a propaganda política do Estado, buscava criar sentimentos que ligassem o povo ao país. Ainda segundo a autora, as posições de Getúlio Vargas nas fotografias como sua centralização tinha o intuito de demonstrar a centralização do poder na sua figura. A leitura das imagens ocorre a partir dos códigos culturais que os receptores dessas imagens detinham, essa interpretação se dava então não só pelo posicionamento, mas também pela vestimenta, local da imagem, pela escolha daqueles que iriam aparecer nas fotografias.

As fotografias de eventos e atos políticos ocorrem em maior quantidade no início do governo Vargas, só após a criação das leis trabalhistas em 1934, é que o trabalhador vai passar a figurar as imagens do governo.

as fotos oficiais demonstram a necessidade de legitimação e uma ruptura com o passado oligárquico em busca do futuro da modernidade e da industrialização. Elas deveriam mostrar aspectos de novos processos que influíram sobre a sociedade: retratando Vargas em inaugurações, em comícios, a bordo de aviões e navios e desfiles cívicos organizados pelo Estado. (SANTANA, 2010, s.p.).

As ideologias e os projetos políticos eram a base para a produção fotográfica, segundo Santana (2010), a propaganda de Estado buscava incutir o nacionalismo, usando de cenários que pretendiam modernizar a imagem do país, deixando para trás aspectos da política oligárquica. Para isso, usaram-se de fotografias de inaugurações, desfiles cívicos, e demais eventos desse porte. “No agrupamento de diversos temas, imagens e legendas, o DIP esforçou-se para persuadir os populares construindo discursos e usando a imagem como prova do trabalho de Vargas e de seu governo” (SANTANA, 2010, s.p.).

há, nestas fotomontagens, uma bricolagem de fotos para mostrar o presidente como um chefe atento aos acontecimentos a sua volta, supervisionando e participando efetivamente do desenvolvimento da nação. Sua figura transmite um ar de seriedade, observância, uma mão forte para a construção de um futuro glorioso. Mais uma vez, o departamento tenta imprimir na fotografia um caráter de fidelidade aos eventos, de registro, mas é importante considerar que não se discute a veracidade com que foram representados, mas sim a intencionalidade desta construção. (SANTANA, 2010, s.p.).

Para Capelato (1997) além da propaganda política brasileira do período ter se inspirado nos regimes totalitários da Europa, os quais visavam uma avalanche de imagens recobertas de simbologia, Getúlio Vargas, tinha sua formação intelectual pautada no positivismo.

Segundo Carvalho (1990), o positivismo foi responsável pela manipulação do imaginário republicano. Inicialmente influenciado pelo imaginário de Comte, que buscava substituir a utopia da Igreja Católica pelo pensamento positivista. A filosofia comtiniana, teria se transformado numa religião da humanidade, tendo seus ritos e teologia. Ainda para Carvalho (1990, p.130) “Os santos da nova religião eram os grandes homens da humanidade, os rituais eram festas cívicas, a teologia era sua filosofia e sua política, os novos sacerdotes eram os positivistas”.

Para Carvalho (1990) no pensamento positivista o convencimento vinha através do uso de símbolos. A escrita e a fala vinham em primeiro lugar, publicando livros, revistas, jornais, porém, imagens também foram muito usadas tendo como alvo principal dois setores da sociedade, as mulheres e os operários.

o uso privilegiado das imagens fotográficas no Brasil revela uma preferência pela representação mais objetiva da realidade, que talvez possa ser explicada como um traço da cultura política brasileira, fortemente marcada pelo positivismo. (CAPELATO, 1997 p.55).

Segundo Leal (2006), os positivistas estimulavam atividades fora dos Templos Positivistas, na forma de festividades cívicas. Isso implicava na construção de estátuas, monumentos, que lembrassem grandes nomes da humanidade.

a vida pública e coletiva, que estimulasse a lembrança do passado da Pátria e as diferentes formas de celebrá-lo, integrava também o culto da Humanidade. Essa proposta de vida social e cultural visava criar uma unidade simbólica entre os cidadãos. Era o conhecimento do passado, da história, que uniria os homens, e a arte era um dos caminhos para isto. (LEAL, 2006, p. 66).

A autora ainda comenta que o uso de símbolos positivistas nas festividades cívicas brasileiras, não conota que o Brasil tenha assumido a religião positivista, na verdade apenas poucos brasileiros na realidade participaram desses cultos. Para Leal (2006), os positivistas acreditavam que o Brasil republicano precisava de um direcionamento civilizatório e o positivismo ofereceria isso. Os positivistas no Brasil usaram de obras de arte e de inserções na política. Na concepção de Comte a educação positivista era voltada para os operários, já no Brasil segundo Leal (2006), os positivistas brasileiros se voltaram para uma classe mais intelectualizada, porém, a sensibilização através das imagens e símbolos foi à mesma.

Ao falar sobre a aparência do presidente Vargas no período de instauração do Estado Novo, o estudante de jornalismo Joel Silveira, faz uma descrição de como via Getúlio Vargas, esta citada por Levine (2001), segundo ele um homem de porte pequeno, já envelhecido, com mãos pequenas, fortes e cabeludas como as de um operário.

Nesse sentido ao analisarmos as imagens do presidente contidas no *Álbum*, estas divergem da imagem que abre a publicação, nos mostrando um presidente com aparência mais velha, sorridente em grande parte das fotografias. Em dados momentos também se apresenta com a vestimenta comum à época, assim como podemos destacar imagens que trazem consigo aspectos da representação do presidente durante o Estado Novo, onde se buscava afirmar a imagem de um presidente com aspectos de pai.

Para Machado (2013), a imagem de Getúlio Vargas foi potencializada pela imprensa, o autor também sugere que o apoio popular lhe rendeu o rótulo de “pai dos pobres”,

fotografias documentais, teatralizadas ou não, as imagens do presidente de República, que se manteve no cargo de 1930 a 1945 e retornaria mais tarde,

de 1951 a 1954, se apresentam como recursos visuais repletos de signos que merecem a atenção do pesquisador das imagens (MACADO, 2013, p. 51).

Desta maneira, para o autor, a imagem do presidente foi se transformando em icônica tornando-se a representação do poder, o que caracterizou na memória nacional o nome Getúlio Vargas, indissociável da história política brasileira.

A seleção de escritos contidos no *Álbum* contempla publicações jornalísticas acerca da visita do presidente e seus desdobramentos como também discursos políticos, nesse momento da análise cabem-nos observar a maneira como a historiografia e os discursos se configuram em grande parte de forma desigual.

O discurso de Getúlio Vargas proferido em Curitiba na ocasião de sua visita, no Círculo Militar do Paraná, tem como título dado pela publicação “*O discurso do presidente no banquete realizado no Círculo Militar do Paraná*”. O mesmo inicia sua fala exaltando mais uma vez a participação do Paraná na Revolução de 1930, por ele destacada como “imprescindível”. Logo após uma série de elogios sobre o crescimento do Estado, fala sobre a sua dificuldade em ter tempo para novamente encontrar o povo paranaense, segundo ele o trabalho no governo lhe sugava todo o tempo. “Acompanhei de longe, com carinhosa solicitude, o vosso crescente progresso, oferecendo todos os meios indispensáveis ao seu desenvolvimento, dependentes direta ou indiretamente do Governo Nacional”. (ÁLBUM, 1944, p.24).

Para Fonseca (2001), o discurso político tem por finalidade intervir no meio ao qual ele se dirige, por isso deve ser entendido de acordo com o meio onde foi proferido. O autor ainda destaca a formação positivista de Vargas, o que teria influenciado muito em seu vocabulário como o uso recorrente de palavras como, evolução, progresso, ordem, ciência.

em largos traços, o trabalhismo, tal qual apareceu nos discursos de Vargas, recebeu influência de três correntes de ideias: o positivismo, a Doutrina Social Cristã e o socialismo, principalmente através de sua vertente social-democrata. A mescla de três *ethos* conflitantes pode, à primeira vista, sugerir pobreza ideológica, ou mesmo um ecletismo sem sentido mais profundo; todavia, também, sob outro ângulo, reafirma a autenticidade e a criatividade, associadas à busca de procurar um modelo próprio, adaptado à realidade do país, como já estava na base do pensamento autoritário da década de 1930. Esta proposta materializava-se, no discurso de Vargas, em um certo nacionalismo, pois negava a cópia de ideologias estrangeiras. (FONSECA, 2001, p. 11).

O autor ainda comenta a influência iluminista de Vargas na concepção de seus discursos, “Vargas tem uma profunda influência iluminista, mais precisamente por advogar a

consciência de *fazer história*, propor-se como interventor, ou seja, entendendo o homem como livre, no sentido hegeliano, para agir e mudar o curso dos acontecimentos”. (FONSECA, 2001, p. 13).

Assim como os discursos diferem-se da historiografia em várias situações, na imagem 03 já podemos perceber que o presidente se revela diferente daquela que abre o *Álbum* no ano de 1944. Se na fotografia inicial vemos um homem com ar jovem na segunda imagem torna-se mais perceptível o peso da idade do presidente, transparecido nas rugas, no sobrepeso, assim como os óculos também passam a fazer parte da indumentária. O discurso proferido é ouvido atentamente pelos que ali estão na mesa de jantar podendo ser percebido pela expressão do homem que está em pé ao seu lado também atento ao discurso em suas mãos.

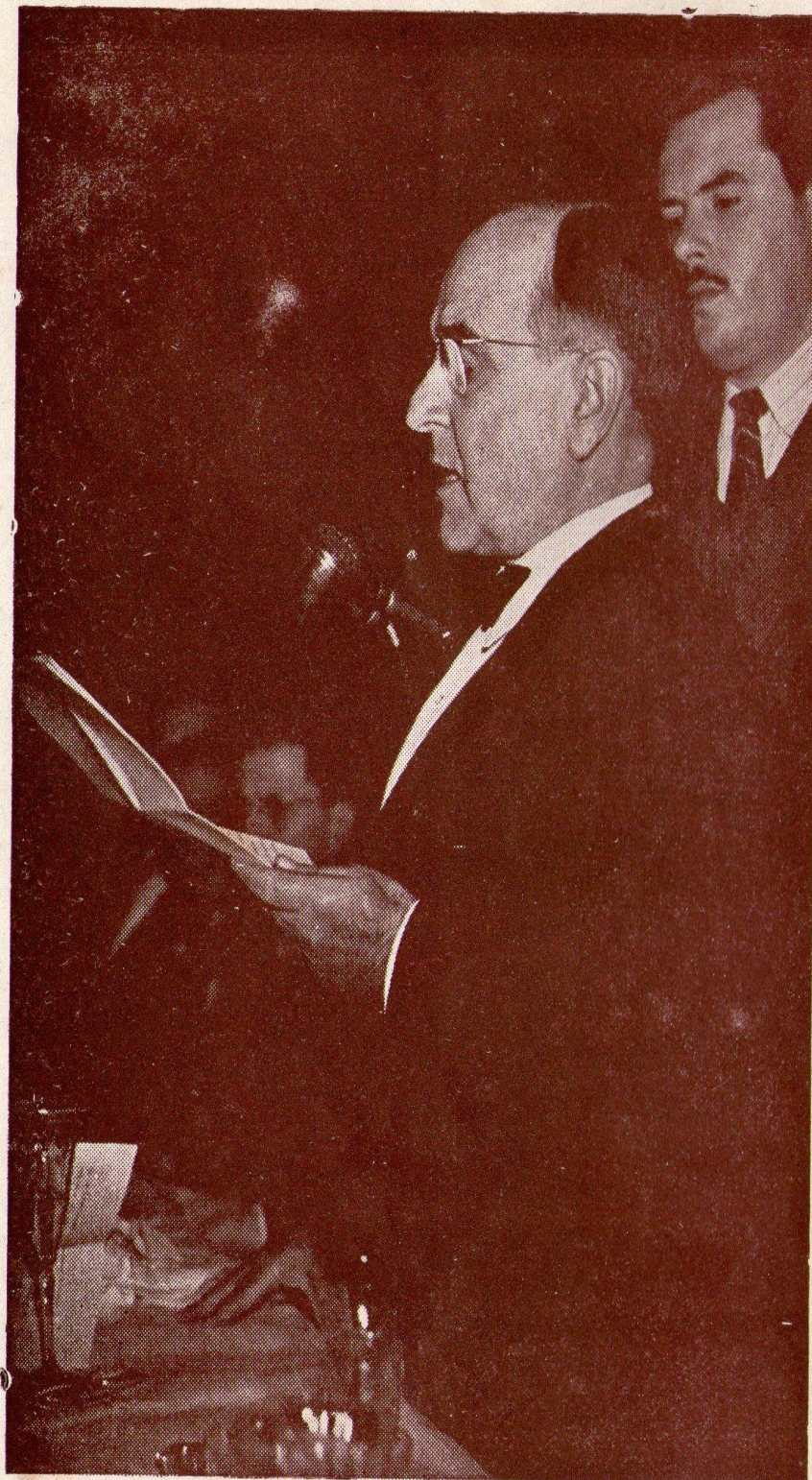
Demais homens aparecem em segundo plano, sentados à mesa. A legenda utilizada pela publicação já denota o discurso do presidente como “memorável”, numa maneira de instruir o leitor da imagem a idealizar a leitura do discurso.

Getúlio exalta em seu discurso o feito paranaense em 1930, bem como não se esquece de dar o tom de unidade nacional em sua fala, quando reitera que, todos os estados da nação para ele tem, o mesmo valor. A seguir o trecho do discurso citado:

como chefe do governo não costumo distinguir no Brasil, regiões ou zonas, Estados grandes ou pequenos. A todos equiparo na minha estima e nos cuidados da administração. Tenho percorrido o país em diversas direções, visitando os principais centros de atividade, e no contato com suas populações, sempre me orgulhei, tanto como aqui, de ser brasileiro e de trabalhar pelo engrandecimento da Pátria. A vossa terra, porém, nunca me saiu da memória, de tal forma permanece ligada às mais caras lembranças de minha vida pública. Não poderei esquecer a vossa vibração cívica, o vosso destemor, naqueles memoráveis dias de Outubro. O Paraná foi dos mais denotados combatentes da primeira hora, integrando-se de corpo e alma no empolgante movimento que abalou o país e viria a abrir novos rumos ao seu progresso material e à reforma dos costumes políticos. Vencemos, e estou seguro que a Revolução não vos decepcionou. (ÁLBUM, 1944 p.24).

Nesse trecho selecionado do discurso do presidente, o nacionalismo implícito em seu governo transparece quando em sua fala ele destaca que enquanto presidente não distingue nenhuma região do país sendo ela grande ou pequena. Segundo Fausto (2006) o nacionalismo getulista, tinha a característica de ocupação do território nacional na tentativa de evitar qualquer especulação estrangeira. Nesse momento o sentido de ocupação se baseava no aumento populacional de regiões ainda pouco exploradas e habitadas do país o que também era o caso do Paraná. Tão grande foi o movimento de ocupação de espaços ainda livres no país que este processo recebeu o nome de Marcha para o Oeste brasileiro, assunto a ser retomado mais adiante.

Figura 3 GETÚLIO VARGAS PROFERINDO SEU DISCURSO NO JANTAR OFICIAL REALIZADO NO CÍCULO MILITAR DO PARANÁ



S. Excia. o Sr. Getúlio Vargas, ao pronunciar o seu memorável discurso.

(ÁLBUM, 1944, p.23)

Ainda sobre a fala do presidente sobre a Revolução de 1930, ele que apesar de reconhecer o papel do estado no episódio demonstra em poucas palavras sua gratidão e ainda termina por fazer uma leve indagação quando se diz seguro quanto aos resultados da revolução no Paraná. No mesmo sentido temos o discurso de Manoel Ribas, que também destaca em sua fala a participação paranaense durante o desenrolar político de 1930, também de forma sucinta, mas ressaltando que a participação paranaense proporcionou ao então presidente a oportunidade de trazer ao país uma “era de renovações”.

A memória cívica dos seus concidadãos faz refulgir, nos dias de hoje, os feitos históricos de Trinta, quando os legionários do Brasil meridional, confraternizaram, nos mesmos propósitos, com esta gente ativa e nobre, para a reabilitação dos destinos nacionais, então, desvirtuados do seu significado civilizador. E Vossa Excelência o supremo Chefe, o condutor sereno e esclarecido, encontrou aqui, na decisão de seus homens, no impulso de sua mocidade, a cooperação e renúncia necessária para o advento da era renovadora que Vossa Excelência superiormente preside. (ÁLBUM, 1944, p. 27).

O *Álbum* foi produzido logo após a visita do presidente que se deu no ano de 1944, no caso o penúltimo do primeiro governo Vargas, dessa maneira podemos entender que os assuntos em pauta naquele momento eram as obras públicas e os direitos trabalhistas, enquanto a Revolução de 1930 já adquirira um caráter lendário entre os brasileiros.

O presente texto inserido num material de propaganda de estado, naturalmente traz um discurso extremamente efusivo em relação ao Paraná e ao Brasil como um todo, sempre levando em consideração o desejo de vender a ideia de um país unido e harmônico, para Capelato:

o discurso do chefe era elaborado com base em técnicas de linguagem: usava slogans, palavras-chave, frases de efeito e repetições ao se dirigir às massas. Os meios de comunicação reforçavam a imagem do líder com frases do tipo “a generosa e humanitária política social do presidente Vargas”, “reiteradas e expressivas provas de carinho ao presidente Vargas”, “a popularidade do presidente Vargas”, “homenagem de respeito e testemunho de gratidão ao presidente Vargas”. Esse tipo de linguagem, como bem mostra Armand Robin, presta-se a eliminação das oposições porque, ao se apresentar como a fala do todo, não admite contestação e seu poder de convencimento é muito eficaz. (CAPELATO, 1997 p.78).

Dando sequência a sua visita à capital Curitiba, na imagem 04 o presidente visita à Exposição do Pavilhão da Marinha, novamente as figuras militares norteiam a presença do mesmo. Na imagem, os militares demonstram um objeto provavelmente pertencente a

operações da Marinha, onde o presidente parece ouvir atentamente, enquanto os demais homens e uma única mulher na imagem dividem sua atenção entre o objeto e as reações do presidente.

Na imagem de número 05, também em Curitiba o presidente é recebido por membros da Associação Comercial, onde Rivadavia Macedo, então presidente da organização no período, discorre fala em homenagem a Getúlio Vargas, o qual não aparece nessa imagem. A fotografia é composta somente por homens, podemos supor que o ambiente era de encontro de empresários de Curitiba, visto que esse tipo de organização não engloba os trabalhadores assalariados.

Segundo Burke (2004) as imagens produzidas dentro de regimes nacionalistas sempre buscavam mostrar a natureza, a cultura assim como buscava exaltar os maiores feitos da nação.

Os meios de comunicação ao se massificarem durante o governo Vargas seja no rádio ou o meio impresso, infringiram na população uma nova cultura de imagem. Desse modo, de acordo com Lissovsky e Jaguaribe (2006), a fotografia teve papel importante nesse sentido por não somente representar o visível, mas sim ao tornar algo realmente visível.

neste sentido, desde os seus primórdios, a experiência da fotografia não esteve apenas associada ao passado, como retenção do fluxo temporal e do movimento, mas que se inclinava igualmente em relação ao futuro, como expectativa do que a imagem viesse a figurar. Com a difusão da cultura do instantâneo, ao longo do século XX, esta característica acentuou-se. (LISSOVSKY, 2006.p.89).

Ao analisar o *Álbum* podemos fazer um comparativo com várias características encontradas na obra *Getuliana*²⁵, analisada por Lissovsky e Jaguaribe (2006). Ambas as publicações são fruto do governo Vargas, assim como tem em seu intuito a promoção do mesmo. O autor ressalta que em todo decorrer da obra *Getuliana*, predomina-se características como a modernidade implantada por Vargas no país, seja pelo processo de industrialização ou pelas construções futuristas implantadas nas grandes cidades, assim como também a disciplina dos desfiles cívicos, a sacralização da figura do presidente e a figura do trabalhador.

²⁵ Fotografias de propagandas políticas realizadas pelo Estado Novo. (Lissovsky e Jaguaribe, 2006, p.89) Disponível em ECO-PÓS- v.9, n.2, agosto-dezembro 2006, pp.88-109.

Figura 4 GETÚLIO VARGAS ENTRE MILITARES DO PAVILHÃO DA MARINHA EM CURITIBA



O Sr. Presidente em visita ao Pavilhão da Marinha, na II.ª Grande Exposição de Curitiba

(ÁLBUM, 1944, p.21)

**Figura 5 DISCURSO DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL AO
PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS**



No Pavilhão das Américas, recinto da II.^a Grande Exposição de Curitiba, saúda o Chefe do Governo, em nome das classes produtoras do Estado, o Snr. Rivadavia Macedo, presidente da Associação Comercial.

(ÁLBUM, 1944, p.22)

o domínio do invisível, antes associado ao oculto, ao misterioso e ao mágico, torna-se um território desencantado, virtualmente anexável ao visível graças ao desenvolvimento da ciência e da técnica. Desde o século XIX, a fotografia desempenhou um papel importante neste desvelamento do mundo, pois foi logo percebida, à diferença de outras imagens, não apenas como um meio de “representar o mundo visível”, mas de “tornar o mundo visível”. Neste sentido, desde os seus primórdios, a experiência da fotografia não esteve apenas associada ao passado, como retenção do fluxo temporal e do movimento, mas que se inclinava igualmente em relação ao futuro, como expectativa do que a imagem viesse a figurar. Com a difusão da cultura do instantâneo, ao longo do século XX, esta característica acentuou-se. (LISSOVSKY, JAGUARIBE, 2006, p. 89).

Desse modo o autor nos fala sobre a “pedagogia do olhar”, que acreditava na capacidade educativa da fotografia tendo o papel de mostrar e ensinar a ver ao mesmo tempo. Segundo Lissovsky e Jaguaribe (2006) a fotografia deveria mostrar não mais aspectos da nação como a natureza, língua, território e sim aspectos do Estado, onde a inteligência a ordem deveriam transparecer nas imagens.

o papel da fotografia ultrapassa aqui, portanto, o de simples registro documental das realizações governamentais. Ela deve ser fática, chamar a atenção sobre si como mediadora técnica do visível. Só assim pode ser portadora das evidências do que é atual e, igualmente, dos signos do que há de vir. (LISSOVSKY, JAGUARIBE, 2006, p. 91).

Segundo Lissovsky e Jaguaribe (2006) a Obra Getuliana traz em si aspectos como a ausência da cultura popular brasileira, a miscigenação da sociedade, ignora a religiosidade ao mesmo tempo em que equipara a vida social com os deveres cívicos. No *Álbum*, tanto em seu corpo textual quanto visual, aponta-se somente aspectos condizentes com a cultura estadonovista, como manifestações trabalhistas, a ordem sendo representada sempre pela presença constante de militares em todos os eventos políticos, fotografias que só apontam obras públicas e não manifestações culturais.

Assim como na Obra Getuliana os aspectos a serem ressaltados no *Álbum* buscam enfatizar a ideia de modernidade e desenvolvimento, enfatiza em seus textos e imagens, um novo Paraná, chamado de “Obra Simbólica do Brasil Novo” numa clara alusão às ideias de mudança pregadas pelo Estado Novo.

a fotografia testemunha sobretudo o triunfo da vontade que comanda, orchestra e organiza todos os brasileiros, impondo a produtividade e a disciplina inclusive sobre o panorama exuberante dos trópicos. Estas imagens do sublime estatal, da utopia realizada, dão testemunho, no rigor formal que as configuram, da remoção dos obstáculos ao progresso da nação

e de seu povo: um futuro límpido, liberto do passado que entrava e do acaso que desagrega. (LISSOVSKY, JAGUARIBE, 2006, p. 92).

Dentro do *Álbum* as mensagens textuais que buscam descrever a figura do presidente sempre o colocam como um homem de pulso firme, que embora haja em determinadas situações de maneira enérgica, está apenas em busca de estabelecer a ordem no país o que traria segundo sua política desenvolvimento.

Dentro da Obra Getuliana, assim como já comentando nesse trabalho acerca da discussão da ideia de liderança que se buscava criar para Vargas, trazia em seu discurso a figura de Getúlio Vargas não como um herdeiro dos coronéis da Primeira República, mas buscava formar no líder uma figura de chefe da nação. Dessa maneira Lissovisky e Jaguaribe (2006), comentam que a figura do chefe era construída através da junção dos vários aspectos do povo brasileiro, como se numa única figura da nação, todas essas características se personificassem.

Getúlio possuiria, ainda que em grau superlativo, as virtudes comuns do povo brasileiro. Ele é o “homem nacional por excelência”, o “homem que ri”, “personificação dos caracteres essenciais do povo”: do Norte, a “inteligência viva, aguda”; do Sul, a “coragem indômita”; do paulista, a “vontade e capacidade de transformar o ideal em realidade histórica”; finalmente, o tato, um dos seus atributos fundamentais, demonstra o “parentesco espiritual com os mineiros”. (LISSOVSKY, JAGUARIBE, 2006, p. 95).

Nesse sentido Lissovisky (2014) entende que a fotografia estava ali para simultaneamente mostrar e ensinar a ver aquilo que interessava ao governo. Em ambas produções seja na *Getuliana* ou como no *Álbum* analisado em questão deve se atentar para aquilo que deixou de ser retratado como, festividades populares, religiosidade diversa, pobreza, falta de saneamento público, problemas ainda latentes no período em questão no Brasil.

o panorama do Brasil que descreve, para quem contempla hoje suas imagens, surpreende mais pelo o que deixa de mostrar do que por aquilo que exhibe. Oblitera a vida privada, cancela a religiosidade e as celebrações seculares, renega o hibridismo cultural e racial e estabelece a equivalência entre vida social e deveres cívicos. (LISSOVSKY, 2014 p. 97).

As publicações do Estado Novo sempre demonstravam Getúlio como um homem bom e generoso, característica da política de massas. Nesse período, segundo Capelato (1997) incentivou-se a população a amar o Brasil da mesma maneira como se ama a própria família,

o governo induzia à população a pensar e agir dessa forma em busca de uma conformidade identitária nacional.

No trecho a seguir que faz parte do texto inserido no *Álbum*, com o título de “O presidente no Paraná”, material esse produzido pelo próprio DIP, diferente de demais textos que foram produzidos pelos jornais da época e que também compõem a publicação demonstra a característica de descrever o presidente como um homem de gestos simples, discretos, mas que sempre carrega um bom humor e disposição para distribuir sorrisos e escancorar o coração.

o presidente Vargas, homem de julgamento frio “o estadista taciturno de mão ao queixo e de olhos no pensamento alheio, mas pronto a sorrir e a escancorar o coração”, voltou emocionado. Não o escondeu de amigos, na descrição do que observara, no louvor ao governo que deu ao Paraná e na afirmada simpatia pelo povo que se manteve fiel aos princípios de 1930 e sem quebra de integral solidariedade ao Presidente que, primeiro que todos, aclamou. (*ÁLBUM*, 1944, p. 08).

Ainda segundo Capelato (1997) o Estado Novo buscou conhecer e reconhecer o Brasil, e as fotografias tiveram papel importante nesse sentido, pois foram transformadas em material de propaganda política levando ao povo conhecimento sobre o trabalho do Estado em relação ao crescimento do país, exemplo, no *Álbum* grande parte das fotografias são retratos provenientes das obras públicas produzidas no estado do Paraná.

2. VARGAS NO PARANÁ

2.1 O MOVIMENTO PARANISTA E A CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE REGIONAL: A TERRA DOS PINHEIRAIS

Nos anos vinte no Paraná, surgiu um movimento formado pela elite intelectual e artística paranaense, a fim de moldar uma personalidade para o homem da região, para Peters (2005), isso ocorreu através das transformações urbanas no Paraná que iam desde a construção de praças, como a mudança de nomes nas ruas. Segundo a autora essa ação ocorreu a fim de influenciar o imaginário da população, havia o interesse em fazer-se lembrar do nome dos novos heróis da pátria.

Segundo a autora, nesse momento surge o chamado Movimento Paranista, onde o seu papel central era o de construir uma identidade regional para o Estado naquele momento. O movimento buscava símbolos e formas que demonstrassem a cultura do Paraná e seu povo, nesse sentido construções arquitetônicas e a modernização dos transportes, a produção de obras artísticas, que retratassem a cultura paranaense ganharam força. Segundo Bahls,

toda essa transformação visual de comportamento e de costumes contribuiu para que a identidade que estava se querendo forjar naquela ocasião se apresentasse fortemente impregnada dos ideais de modernidade e de desenvolvimento social, que marcaram os anos da I República. Lopes Pereira, ao referir-se aos propugnadores da nova imagem do Paraná que se pensava em projetar ao restante do Brasil, comenta: "... acreditavam que o país estaria se modernizando e com ele Curitiba e o Paraná". É, portanto, integrado a esse conjunto de acontecimentos que o Movimento Paranista se desenvolveu e, teve tal amplitude, que obteve a adesão de intelectuais, artistas e políticos. (BALHS, 2007 p. 68).

Para a autora, grande parte dessa produção intelectual criada em busca da construção de uma identidade paranaense era disseminada na forma de publicações como revistas. Segundo Bahls (2007), as transformações no Paraná, principalmente na capital Curitiba, surgiram através de obras de urbanização, arquitetura, a vinda de exposições de artes e concertos.

Segundo Peters (2005), as manifestações regionalistas se tornaram fortes naquele período no estado do Paraná, por possuir apenas poucas cidades de maior porte como Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa. Dessa maneira essas cidades acabavam por dominar a cultura do Estado enquanto o interior começava a se desenvolver, a autora ainda reforça que

também teve papel nesse regionalismo os estudos históricos geográficos produzidos por Romário Martins, naquele período.

sendo o Paranismo mais um sentimento que se manifestou em pessoas sensíveis à atmosfera da época, preocupadas em preservar sua identidade cultural, uma de suas características foi acolher emissores que, nacionais ou estrangeiros, não estavam ligados a terra pelo seu nascimento. Foi um movimento que não teve a consistência de um manifesto, de uma escola, ou de uma estruturação teórica ou acadêmica. (PETERS, 2005, p. 265).

Peters (2005) afirma que o papel do Paranismo foi o de construir o paranaense num momento em que o Estado havia acabado de perder uma parcela do seu território para Santa Catarina no episódio da Guerra do Contestado. Para a autora, o Movimento Paranista nos ajuda a entender a formação da identidade paranaense, “... para que se possa entender as particularidades do Paraná, não apenas em sua relação periférica com o governo central, mas particularmente em seu republicanismo marcadamente positivista e anticlerical, na fase da erva-mate...” (PETERS, 2005, p. 266).

Toda a intelectualidade paranaense já buscava uma identidade regional para o Estado, Peters (2005), cita a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná no ano de 1900, tendo sido o órgão responsável por aglutinar as culturas diversas trazidas pelas várias etnias que compuseram a população do Estado.

o ideal paranista surgiu numa conjuntura de construção da democracia brasileira em que concepções de nacionalidade e territorialidade estavam sendo redefinidas. Por extensão, estavam ligadas à definição da propriedade de terra, grande questão do século XX. (PRESTES, 2005, p.267).

Bahls (2007) destaca que o lema “clima, terra e homem”, eram recorrentes já desde a emancipação do estado, e este deu fôlego ao “Movimento Paranista”. Segundo a autora, Romário Martins²⁶ foi o responsável por dar uma definição ao que seria o movimento paranista, tendo fundado o Centro de Pesquisa Paranista, ressaltou de forma simples que todo aquele que tinha afeição sincera ao Paraná, que lavrou essa terra, que construiu nela algo, era um paranista.

²⁶ “... foi com a publicação de História do Paraná (1899) que seu nome se vinculou ao título de historiador. Esta obra lhe proporcionou uma abertura de oportunidades que permitiu um reconhecimento entre as instituições intelectuais brasileiras e até mesmo internacionais. Este livro foi caracterizado, por Brasil Pinheiro Machado, como o fundador de uma história regional que abrangia a “história de uma comunidade [...] de um grupo humano nas suas relações com o meio geográfico”⁶. Como consequência desta publicação, Romário Martins foi aceito como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e se sentiu estimulado a fundar, ao lado de outros companheiros, o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGPR) em maio de 1900”. (JAVORSKI, Maureen Elina. 2015, p.03).

A intelectualidade paranaense buscava nos símbolos do estado algo que servisse de identificação para todos, passaram a buscar no meio natural, visto que desde séculos passados a região era considerada por viajantes um paraíso terrestre. “O clima também era outro elemento que garantiria a situação privilegiada do Estado. O ar puro, restaurador e fortificante era tratado como motivo de orgulho, não obstante se tenha ignorado, nesse caso, as diversas moléstias contraídas pelos estrangeiros...” (BAHLS, 2007, p. 70-71).

Além de todas essas premissas mencionadas em busca de uma identidade coletiva para o Paraná, a arte se fez presente através de pinturas, esculturas, maneiras estas de trazer esse pensamento mais próximo da sociedade. Nesse momento uma das figuras que passa a se evidenciar é a do pinheiro.

dessa maneira, na “Ilustração Paranaense” são constantes as exaltações à Curitiba, ligadas ao pinheiro. “Curitiba! Rainha da montanha, com uma guarda nobre e fidelíssima: o pinheiro! (...) Curitiba: que Deus te conserve sempre assim: Ingênua e boa, como uma noiva, toucada de flores, cercada de pinheiros”. (BAHLS, 2007, p.72).

Assim como os demais símbolos paranaenses criados no contexto, como a bandeira, a escultura do semeador, o pinheiro veio representado em capas de revistas, em objetos de decoração, em móveis, obras de arte. Segundo Peters (2005), os paranistas trouxeram novas interpretações sobre os mitos indígenas acerca do pinheiro, transformando as lendas em histórias cosmopolitas, pois o pinheiro deveria representar não somente o paranaense do futuro, mas também o próprio Estado do Paraná.

Para exemplificar a utilização das lendas sobre o pinheiro paranaense na criação do símbolo, a autora nos traz uma citação da revista Ilustração Paranaense, escrita por Romário Martins,

“... E se foi o pinheiro a árvore providencial de nossos primeiros dias, é ainda aquela do solo, e assim, a figura será também para a população de todas as origens que aqui habita o símbolo integrador do passado ao presente e alvorada promissora de nossa atualidade e esse futuro que há de ser fatalmente grandioso, porque grandiosos também são as linhas da estrutura física e moral da nossa terra e da nossa gente”. (PETERS, 2005, p. 273).

O pinheiro se tornou um símbolo para o povo paranaense no sentido de grandeza, força, levando em consideração sua suntuosidade em meio à vegetação da floresta. Ainda segundo a autora.

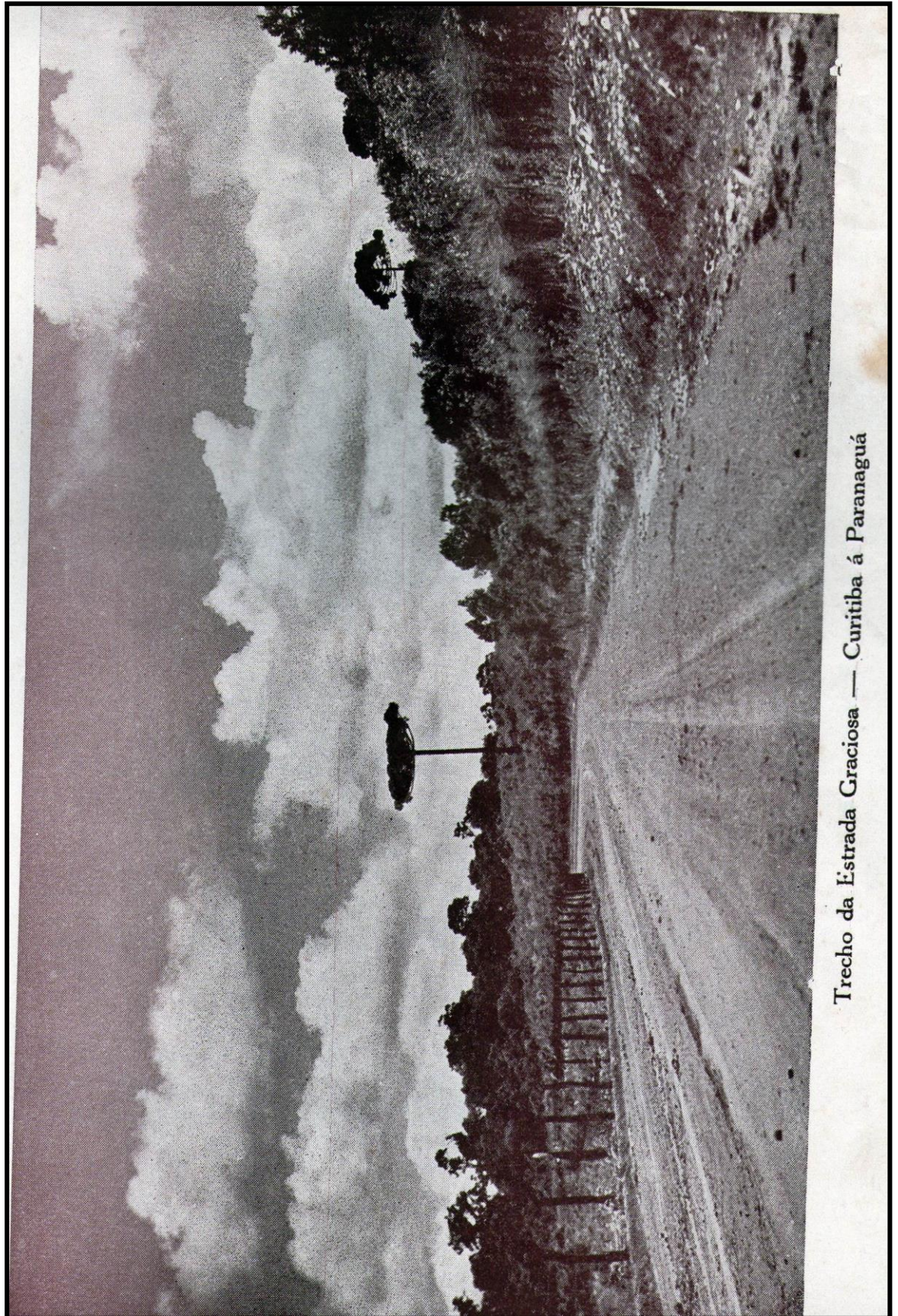
o sentido do pinheiro para o Paraná foi descrito pelo artista Lange de Morretes, nos anos 1920. Para ele, o porte gigantesco o diferenciava das demais árvores, sendo chamado pelos artistas de “rei da floresta”. Embora a descrição do artista morretense esteja imbuída de sentimentos de apego e consideração ao Estado, por meio dela é possível analisar o ideal paranista expresso pelo pinheiro: o homem paranaense do futuro seria vigoroso, de porte gigantesco; teria uma identidade cultural própria, distinta dos demais estados brasileiros. (BAHLS, 2007, p.72).

Na imagem 06, podemos ver elementos da política do governo Vargas, a abertura da Estrada da Graciosa que ligaria a capital Curitiba ao maior porto do estado, Paranaguá. Esta fotografia nos mostra o pinheiro do Paraná ou araucária, elemento como já mencionamos, escolhido como símbolo do estado pelo Movimento Paranista, situado no centro da imagem provavelmente buscando dialogar com a representação simbólica do mesmo. O fotógrafo posiciona a lente da objetiva de maneira que o pinheiro fica centralizado na imagem, grande e imponente diante da vegetação rasteira que lhe cerca. A estrada ainda rústica, com sinais de pouco tempo de abertura é símbolo de um governo que pretendia interligar os rincões do país aos grandes centros.

Na imagem 07, temos novamente a imagem de pinheiros às margens da estrada, agora da rodovia que ligava Ponta Grossa à Guarapuava. Ao observar a abertura da estrada preservando as araucárias, pode-se ver que um dos pinheiros fica bem a margem da estrada fora da cerca que delimita o espaço de uso da mesma, talvez essa atitude pode ter relação com a tentativa de preservar a árvore símbolo do Estado. A tomada da imagem demonstra a intenção do fotógrafo de contemplar o máximo possível da paisagem, quem sabe com o intuito de trazer grandiosidade à obra.

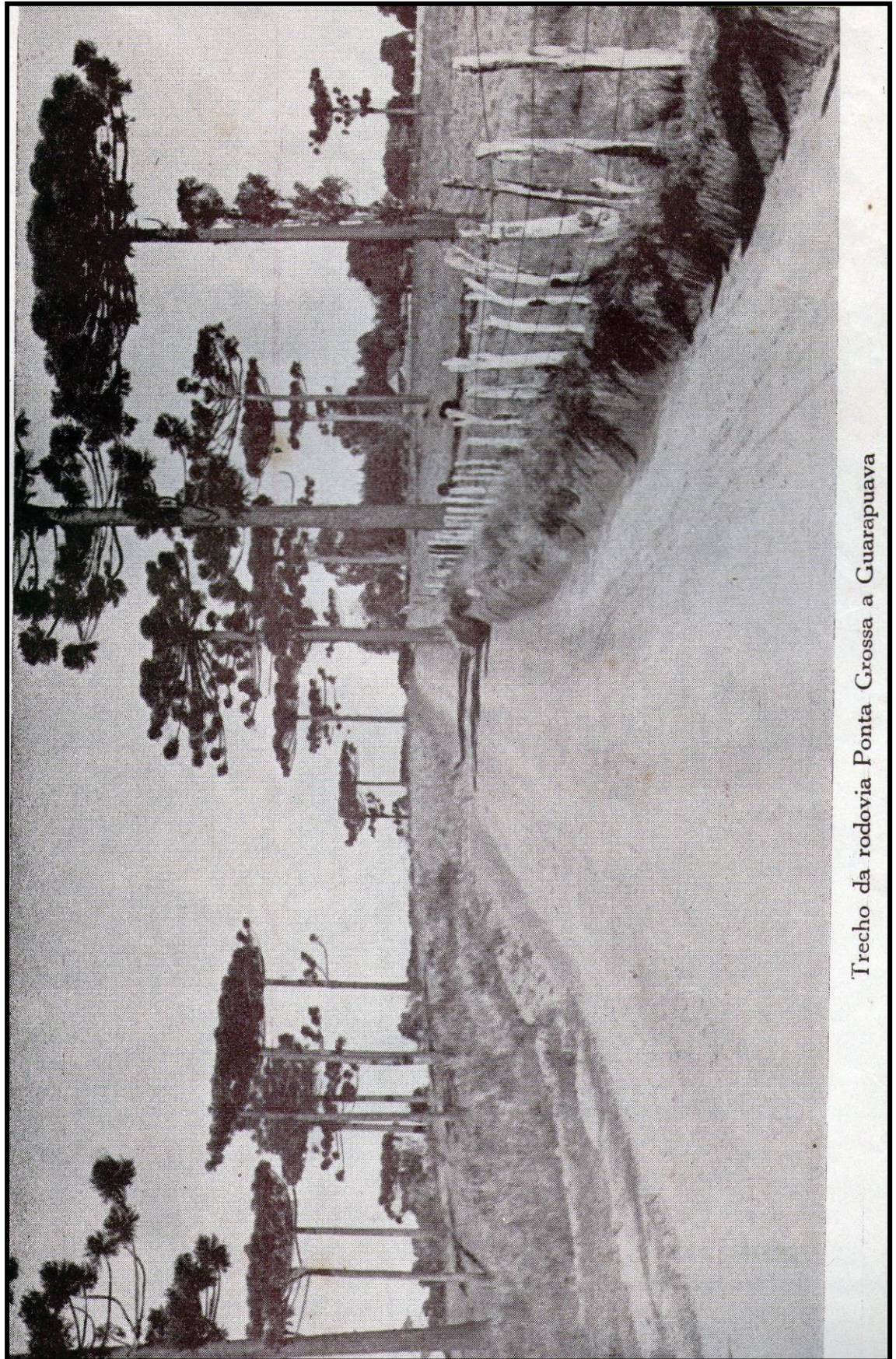
O pinheiro foi usado para a identificação do povo paranaense e por isso passaram a figurar em todos os símbolos e imagens que pretendiam fazer alusão ao estado. Dentro da publicação do *Álbum*, o pinheiro é retratado como um sobrevivente em meio às transformações físicas do espaço natural, Bahls (2007) propõe que o pinheiro era relacionado à imagem que se pretendia associar ao homem paranaense.

Figura 6 TRECHO DA ESTRADA DA GRACIOSA – CURITIBA À PARANAGUÁ



(ÁLBUM, 1944, p.39)

Figura 7 TRECHO DA RODOVIA PONTA GROSSA À GUARAPUAVA



Trecho da rodovia Ponta Grossa a Guarapuava

(ÁLBUM, 1944, p.42)

Para Peters (2005), o pinheiro era a representação da integração dos povos presentes no Estado, ele marcava o progresso do Paraná, perpassando gerações representando o passado até as gerações futuras. A autora ainda revela que no caso do pinheiro a arte esteve muito presente na construção desse imaginário, desde o nome da cidade de Curitiba que deriva de *curii* (pinheiro, pinha, pinhão) e *tiba* que indica abundância, ou seja, o nome da capital paranaense tem o significado de pinheiral.

Outro aspecto observado em imagens contidas no *Álbum*, que valem nossa atenção são as fotografias que se prestam a ilustrar o desenvolvimento industrial, bem como as que ilustram aberturas de estradas, elas possuem tomadas fotográficas que contemplam o horizonte. Em todas elas a natureza é mostrada de forma a dar a entender sua magnitude, e as obras surgem em seu meio como o tão sonhado progresso.

Segundo Pereira (1996), o Paraná durante a primeira república vivia um surto não só de modernização e desenvolvimento das artes, mas também da ciência que vinha assessorada pelo pensamento positivista. Para os republicanos da época o desenvolvimento do Brasil e do Paraná dependia das máquinas, do anticlericalismo e da ciência.

Ainda segundo o autor, neste período o Paraná promovia feiras que traziam tudo que havia de mais moderno à época em questão de máquinas, e eletrônicos. O pensamento positivista aliado à política republicana trazia a ideia de que o desenvolvimento estava acontecendo por todo o país e havia chegado a Curitiba.

Curitiba, portanto, crescia, urbanizava-se e passava a ter uma forte atividade cultural propiciada pelo já relatado surto econômico da erva mate, que permitia uma série de avanços destacados pelo já citado o periódico paranista como a instalação da Fundação Marumby, da Indústria de Mate Matarazzo, do Frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva e da Fábrica de tecidos de Juta São José (fundada pelo paranista Manoel de Macedo), cuja matéria traz a foto da moderníssima machina para confeccionamento de saccos de viagem. (PEREIRA, 1996, p.67).

Segundo Pereira (2006), o estado do Paraná tinha dificuldades em estabelecer a noção de Estado no pensamento da população, por diversos motivos como, o pensamento de nação numa totalidade que era pregado durante a monarquia. Além desse pensamento ainda ligado a monarquia, o estado tinha em sua formação um contingente muito grande de povos que para lá haviam imigrado o que dificultava o sentido de unidade, o que por outro lado não promovia a extinção de alguma forma de unidade anterior, visto que não existia. (PEREIRA, 1996, p. 69).

como se pode perceber o *Movimento Paranista* terá o sonho de inventar o Paraná, de criar um sentimento de pertencimento a uma terra que até então não possuía sequer a garantia física de seu território. Para tal vai se valer não somente de sua boa relação com o Governo local, mas particularmente terá o apoio e engajamento de toda a intelectualidade paranaense do período, seja ela dos jornalistas, historiadores, poetas, artistas plásticos etc. (PEREIRA, 1996, p.76).

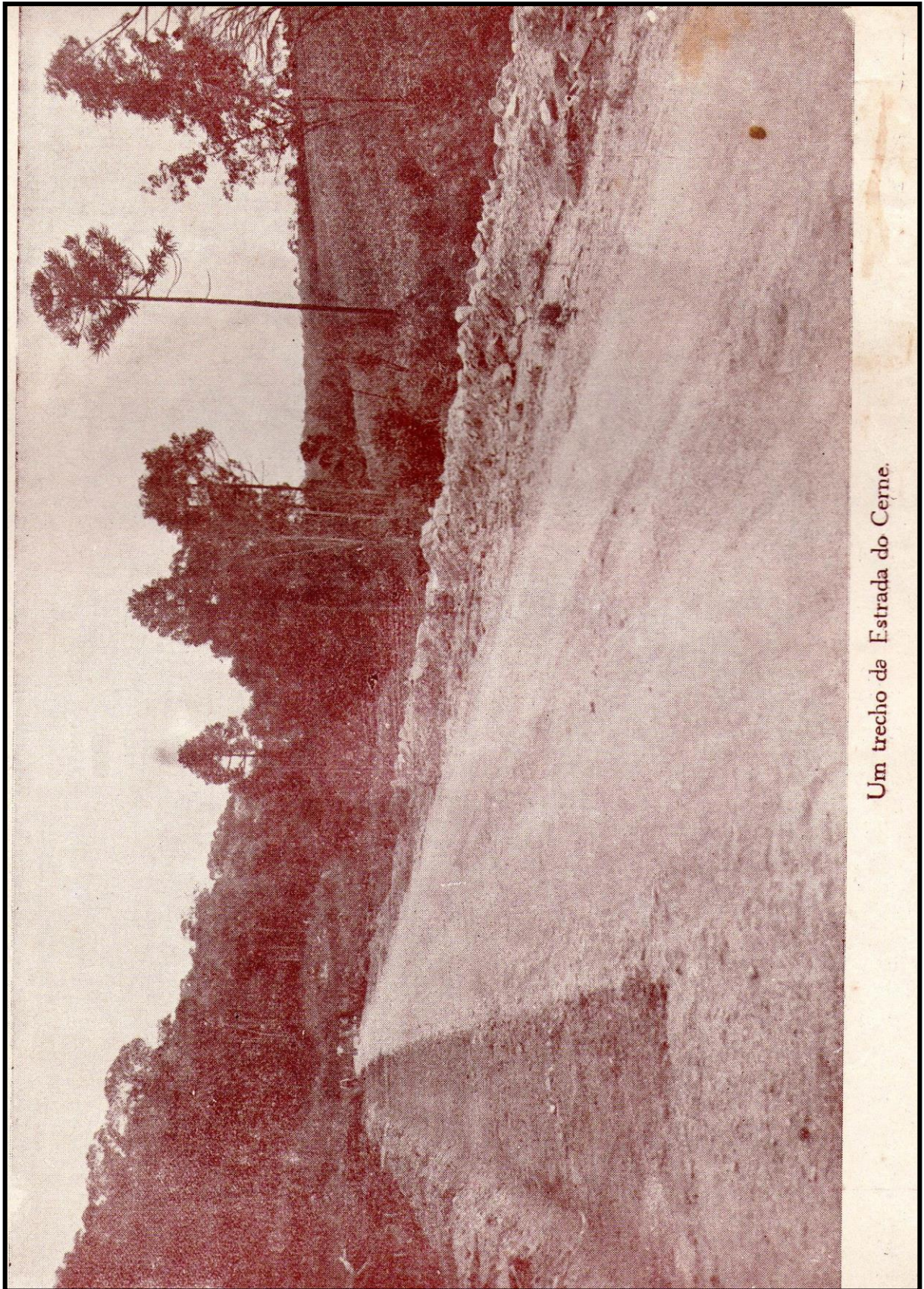
Assim como o Movimento Paranista buscou integrar culturalmente o Estado paranaense, as imagens e o discurso do *Álbum* buscam incutir no leitor a ideia de desenvolvimento do estado através da abertura de novas estradas, assim como a construção de pontes, como demonstrações práticas da busca da integração do homem do interior aos centros urbanos mais expressivos. Na imagem 08, podemos ver um trecho da chamada Estrada do Cerne, aberta durante o governo de Manoel Ribas. No princípio essa estrada tinha como objetivo escoar a produção cafeeira do Norte Paranaense com mais facilidade para o Porto de Paranaguá. A fotografia nos mostra uma paisagem ainda pouco explorada, conservando boa parte da vegetação nativa, não demonstrando uso racional da terra para atividades agrícolas e pastoris, ou seja, não demonstra traços de plantio de agricultura comercial ou de exploração de madeira em moldes comerciais.

Segundo Albuquerque (1994), a Estrada do Cerne é um símbolo da abertura de estradas para as regiões rurais do Estado. A orientação do governo federal era de total integração, visando unir os “vazios”. O autor ainda destaca, “... que todo movimento de terra era feito manualmente usando a velha picareta, temos de admitir tratar-se de uma obra grandiosa...” (ALBUQUERQUE, 1994, p. 71).

O autor ainda nos traz as observações do jornal Folha de Londrina na data de vinte e nove de agosto de 1984 sobre a construção da Estrada do Cerne,

“ao contrário da Rodovia do Café, a do Cerne tem mais comunidades às suas margens, a cada 25 quilômetros, em média, uma cidade ou vila: Assaí, Santa Cecília do Pavão, Santa Bárbara, São Jerônimo da Serra, Sapopema, Curiúva, Alecrim, Barro Preto, Ventania e, deste distrito, a “estricada” mais longa até Piraí. A tendência da Rodovia do Cerne é de ganhar maior movimento a partir de Curiúva, pelo fluxo de outras. Estão para ser pavimentados os trechos Figueira – Curiúva e Ibatí – Ventania, e esta pronto o de Arapoti até o eixo da Rodovia do Cerne. Estas ligações vão aliviar a PR-092, que terá parte do tráfego desviado para a Rodovia do Cerne. Ao longo do novo trecho, postos de serviços e lanchonetes começam a ser instalados, na expectativa de um movimento que aumentará gradativamente. Em Ventania, os ônibus aumentaram de 10 horários para 25, sendo quatro de linha Curitiba-Londrina, pela Viação Ouro Branco, A Princesa dos Campos e a Jóia são as outras empresas operando, uma delas oferecendo um horário para São Paulo. (ALBUQUERQUE, 1994, p. 71).

**Figura 8 TRECHO DA ESTRADA DO
CERNE**



Um trecho da Estrada do Cerne.

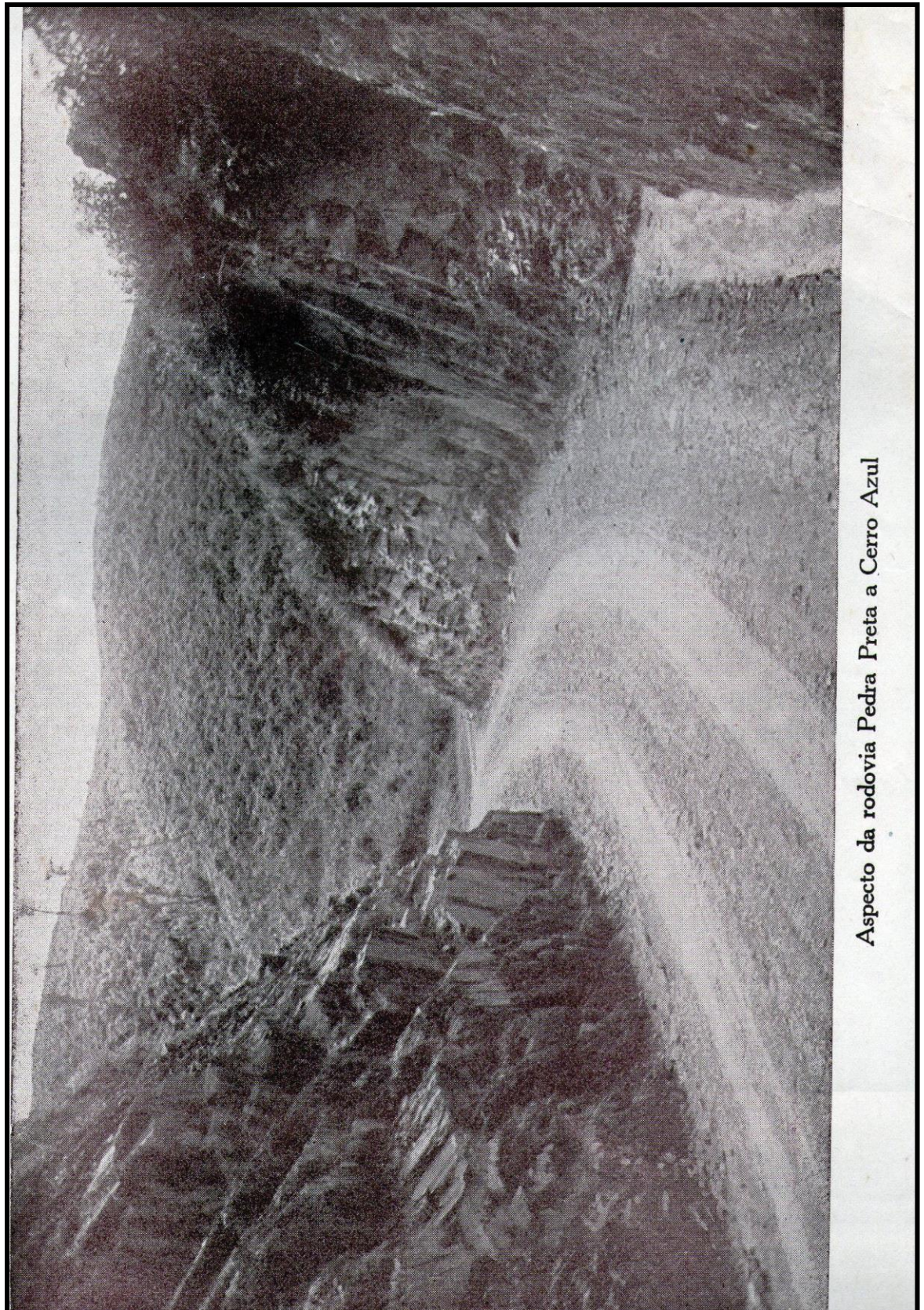
(ÁLBUM, 1944 p. 40)

Através dessa citação o autor busca demonstrar a importância da abertura da estrada mesmo num momento tão posterior como mostra a data do jornal. Ainda segundo Albuquerque (1994) a abertura da estrada se deu entre os anos de 1934 e 1935, e que segundo ele na memória dos contemporâneos era lembrada da seguinte forma, “A estrada do Cerne foi feita por um homem de apelido Mané Facão, com carrocinha, picareta e enxadão” (ALBUQUERQUE, 1994, p. 72).

Durante o governo Vargas, o Estado do Paraná teve a abertura de grandes estradas que ligavam regiões ainda não exploradas do Estado até aquele momento, visto que durante esse período a região norte do Paraná começa a ter um maior crescimento, bem como o aumento do setor industrial que a partir disso precisava de uma melhor infraestrutura.

Na imagem 09, temos a tomada de uma das curvas da estrada que liga a atual cidade de Tunas do Paraná à cidade de Cerro Azul. A fotografia nos demonstra a formação rochosa das encostas recortadas para a abertura do caminho. A estrada teve sua abertura influenciada pela extração da madeira que teve grande crescimento nos anos de 1930, estimulada inclusive pelo governo Manoel Ribas.

Figura 9 TRECHO DA RODOVIA PEDRA PRETA E CERRO AZUL



Aspecto da rodovia Pedra Preta a Cerro Azul

(ÁLBUM, 1944, p. 41)

2.2 O PARANÁ PÓS-REVOLUÇÃO DE 1930: TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS

A partir dos anos 1930 o Paraná, assim como todos os demais estados da nação, sofreu diversas mudanças dentro de seus quadros políticos já no início do governo getulista. O Estado vinha sendo comandado por uma mesma elite desde o século XIX, somente com alternância de poder entre as famílias tradicionais do Estado. Com a chegada de Vargas muitos dos que comandavam o Estado foram marginalizados ou sumariamente retirados da política.

Estabelecido o governo proveniente da Revolução de 1930, o Paraná teve um novo representante para o governo, provisoriamente quem assumiu o cargo de governador no Paraná foi o general Mario Tourinho irmão do comandante Plínio Tourinho²⁷ articulador dos regimentos militares do Paraná.

Após pouco mais de um ano, o interventor renunciou, um dos motivos para o abandono do cargo segundo Oliveira (1997), teria sido os conflitos entre revolucionários e paranaenses e até mesmo com o Exército, que surgiram após a revolução. O general Mário Tourinho deixou a João Davi Pernetta²⁸, político de carreira no Paraná o cargo como governador do Estado, este permanece menos tempo ainda diante do governo e logo um novo interventor seria pensado pelo presidente Vargas.

Segundo Oliveira (1997), Manoel Ribas, o novo nome escolhido para o governo era um homem de extrema confiança de Getúlio Vargas assim como agradava boa parte da população paranaense. Embora houvesse nascido no Paraná, há muito Ribas vivia no Rio Grande do Sul onde iniciou a sua carreira política sendo prefeito da cidade onde residia, Santa Maria, município em que atuou como um dos organizadores de uma Cooperativa de ferroviários. Chegando ao Paraná sendo membro de uma família muito abastada e de grande influência na região dos Campos Gerais, permaneceu durante todo o governo Vargas a frente do governo paranaense.

Manoel Ribas trouxe consigo um arcebispo da cidade de Santa Maria Dom Ático de origem baiana, conhecido tanto dele quanto de Getúlio Vargas. Era imprescindível a ligação

²⁷ Oficial Engenheiro do Exército, professor de Astronomia da Universidade Federal do Paraná;

²⁸ De 29 de dezembro de 1931 a 30 de janeiro de 1932 assumiu o cargo de interventor interino no Paraná, entre os governos de Mário Tourinho e Manuel Ribas. Ao longo de sua trajetória foi também deputado estadual e secretário do governo paranaense. Como engenheiro, organizou a planta cadastral da capital paranaense. Atuou ainda como professor, lecionando as disciplinas de álgebra, geometria e arquitetura civil, entre outras. Seu nome consta como um dos fundadores do Centro de Propaganda Positivista do Paraná. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PERNETTA,%20Jo%C3%A3o%20Davi.pdf>

da política com a religião para dar mais endosso a ideia de ordem. Em 1935 após as eleições a Assembleia Constituinte se polarizou entre os que eram favoráveis ao governo Ribas/Vargas, pertencentes ao PSD (Partido Social Democrático) e os contrários liderados por Plínio Tourinho (chefe da Revolução que havia se colocado contrário ao governo Vargas), com a sigla partidária PSN (Partido Social Naturalista). Toda a bancada política composta pelos partidos majoritários PSD, PSN e URP (União Republicana Paranaense) era composta pela parcela da elite paranaense.

Segundo Dagostim (2008), provavelmente a aceitação de Manoel Ribas se deu mais facilmente por ele já ser integrante das elites locais e também por já possuir uma trajetória política mesmo que essa feita no Rio Grande do Sul. Mesmo assim seu início de governo não deixou de sofrer críticas.

O presidente Getúlio Vargas buscava através da política de interventorias manter seu controle sobre os estados através de chefes políticos ligados à sua pessoa e que fossem de extrema confiança. Vários estados do país tiveram alteração de seus interventores, alguns por diversas vezes, porém, somente o Paraná manteve Manoel Ribas até o final do governo Vargas, conotado como braço direito do presidente na região Sul, segundo Dagostim,

Manoel Ribas descendia das famílias históricas do Paraná, base social da classe dominante do Estado em sua formação. Pertencia, também ao “núcleo duro, o centro de gravidade da classe dominante do Paraná”, um reduzido grupo que contava com três troncos genealógicos dentre as sete grandes formações genealógicas das quais emergiu o poder político do Estado em sua formação. Embora fizesse parte da elite campeira, Manoel Ribas era também representante dessa classe política dominante cujos herdeiros políticos de 1930 até o final do século XX ainda saíram de suas fileiras. (DAGOSTIM, 2008, p.34).

Na biografia acerca da vida política de Manoel Ribas, Albuquerque (1994) faz referência à situação que o Estado do Paraná se encontrava. Segundo o autor o estado possuía dívidas internas e externas que o colocava em situação de calamidade. Com relação à implantação do Estado Novo, o Paraná de Ribas se posicionou favorável à nova forma de governo, iniciando também a caçada aos trabalhadores que se colocavam como esquerdistas bem como a vigilância para com os imigrantes.

Dentro da publicação, a imagem de Manuel Ribas aparece apenas em três fotografias, sempre ao lado de Getúlio Vargas. Diferente da imagem política de Vargas sempre sorridente, o interventor aparecia sempre sisudo, atento, porém, sério.

Na imagem 10, temos o jantar que foi servido ao presidente Vargas em Curitiba, o interventor ao lado de Getúlio, enquanto as figuras do Exército como sempre se perfilavam ao lado. Nesta imagem temos a presença de um religioso, o bispo católico Dom Ático Euzébio da Rocha²⁹, com o que se pretendia evidenciar o apoio que o governo tinha da igreja. Sabe-se que a formação intelectual de Getúlio Vargas era positivista, bem como ele não se considerava um homem religioso, porém, se colocar contra os dogmas da igreja era o mesmo que ser mal visto perante a sociedade da época.

A suntuosidade da qual a mesa se mostra ornamentada, demonstra a importância do momento para o governo local. A imagem também nos deixa a impressão de que Getúlio Vargas estava a proferir um discurso, seu semblante nos dá a entender que estava falando, enquanto os demais presentes se mantêm sérios e com olhar atento.

Durante o governo de Getúlio Vargas a classe política paranaense pouco se modificou, permanecendo nomes dentro do governo que já faziam parte da classe política no estado a gerações. Nesse período, porém, houve a inserção de oficiais do Exército na política, bem como o fenômeno conhecido como gauchismo, influenciado não só pelo presidente mais também pelo interventor Manoel Ribas.

A política estadonovista que previa a nacionalização e a modernização trouxe ao Paraná um arrocho orçamentário, vários órgãos foram criados nesse período como Secretaria de Agricultura, o Instituto de Identificação da Polícia Civil, o Departamento Estadual de Estatística e o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, (BAHLS, 2007, p.160). Porém, devido à crise em que o estado se encontrava o interventor Ribas, inicia uma reforma no funcionalismo paranaense onde muitos foram literalmente “cortados” de seus postos de trabalho, segundo Albuquerque (1994), isso lhe teria rendido o apelido de “maneco facão”.

Segundo Bahls (2007) as propostas de modernização trazidas pelo governo Vargas vinham inseridas no que se chamava de “nova democracia”, que além de mudanças políticas buscava a implementação de obras relacionadas à infraestrutura. No Paraná isso se deu na construção de estradas e no processo de industrialização.

²⁹ Dom Ático Euzébio da Rocha eleito a 17 de dezembro de 1928, pelo Papa, Pio XI e transferido da Diocese de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Sua posse se deu a 9 de junho de 1929. Durante seu governo diocesano foram criadas as seguintes paróquias: Garça, Vera Cruz, São Bento (Marília), Santa Isabel da Hungria (Catedral de Cafelândia), Guaíçara, Guararapes (Imaculada Conceição) e Bento de Abreu. Elevado à dignidade de Arcebispo de Curitiba, Dom Ático foi substituído por Dom Henrique César Fernandes Mourão. Disponível em http://www.diocesedelins.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=77

Figura 10 GETÚLIO VARGAS AO LADO DE MANOEL RIBAS, OFICIAIS MILITARES E BISPO DE CURITIBA



(ÁLBUM, 1944, p. 29)

2.3 A CONSTRUÇÃO DE UM SÍMBOLO: DISCURSO, FOTOGRAFIA E AS FESTAS CÍVICAS NA FORMAÇÃO DO MITO GETÚLIO VARGAS

Nos anos de 1930 inicia-se a construção da imagem do “homem Getúlio Vargas”, no mesmo momento buscou-se criar para o país uma nova identidade que se desligava da ideia de país rural, de gente descrita como matuta e caipira, para um novo aspecto que procurava alinhar-se com as ideias propostas como modernistas urbanas e industriais, onde a imagem do homem brasileiro deveria alinhar-se com aspectos de operário urbano.

Segundo Oliveira (2011), entre os diversos aspectos que figuraram no período Vargas, para a construção do mesmo enquanto símbolo, a fotografia teve papel de destaque. Ainda para Oliveira (2011), segundo Morin (1970), a riqueza da fotografia está naquilo que nós projetamos e fixamos nela.

Após a Revolução de 1930, para Oliveira (2011) Vargas inaugurou um novo aspecto da política brasileira, no sentido de buscar o apoio popular para seu governo, utilizando-se da fotografia e do rádio.

contando com o apoio financeiro do governador de São Paulo retratos de Getúlio eram distribuídos por todo país. Segundo Maria Celina D’Araújo (1997) a imagem de estadista foi construída lentamente, mas é possível identificar, pelos escritos deixados por Vargas e pelos depoimentos de terceiros, que ele cultivava a autoridade, o poder e, sem sombra de dúvidas, o culto a sua personalidade. Para ela Vargas, juntamente com os ideólogos do regime, criou com bastante sucesso a imagem de pai dos pobres e de chefe trabalhista que se interessava pelas necessidades dos trabalhadores e, mais que isso, procurava encaminhar soluções para os problemas que afligiam a população. (OLIVEIRA. 2011, p. 1028).

Durante a Primeira República os políticos governavam para si mesmos, nesse sentido a classe trabalhadora não era chamada às discussões. Segundo Oliveira (2011), durante o Estado Novo o povo foi contemplado de alguma forma.

o trabalhador brasileiro era o cidadão da democracia social e o homem da comunidade nacional. Trazido para o centro das atividades políticas, o trabalhador e sua atividade, o trabalho, perderam os contornos que carregavam do passado escravocrata. O trabalho, visto como atividade pouco nobre, passara a ser reconhecido e valorizado como fundamental na construção da nação. (OLIVEIRA, 2011, p.1028).

Segundo Oliveira (2011), dessa maneira, com o trabalhador sendo o centro de seu governo Getúlio Vargas passa a usar a data do dia do trabalho para expor alguma novidade no

campo trabalhista, usando o momento como um artifício em benefício próprio e retirando dela o caráter de luta trabalhista.

O primeiro de maio se tornou uma data em que a figura de Getúlio Vargas se fazia presente nos desfiles, aos quais os trabalhadores participam em acordo com as empresas e o Ministério do Trabalho. “As fotografias geralmente eram feitas usando planos abertos, de modo que era possível abranger o grande número de participantes das comemorações. A única exceção era feita ao presidente” (OLIVEIRA, 2011, p. 1030).

Segundo Oliveira (2011), as fotografias sempre mostravam Getúlio Vargas como elemento central, no intuito de retrata-lo como um político capaz de conduzir a nação. A figura dos trabalhadores também era fotografada, porém, sempre de maneira ordeira, como será possível vermos nas fotografias do *Álbum*.

o trabalhador, importante personagem das comemorações, também recebia atenção das lentes fotográficas. Geralmente era retratado em poses ordeiras e alegres, com roupas domingueiras corroborando o discurso oficial de que a data era uma comemoração. Os dizeres das faixas estampavam apoio ao presidente ou às diretrizes do governo. Embora haja predominância de homens, é possível identificar mulheres e crianças, o que reforça o aspecto comemorativo, ordeiro, pacífico e familiar das comemorações oficiais. (OLIVEIRA, 2011, p. 1031).

Este aspecto de ordenação por parte dos trabalhadores representados nas fotografias oficiais do Estado, podem ser vistas nas publicações do período, onde os operários eram registrados com tomadas amplas pelas lentes fotográficas, a fim de mostrar a grandiosidade dos desfiles trabalhistas e também como demonstração de ordem.

Para Souza (2014), o governo durante o Estado Novo buscou através de novas formas construir novos significados, estimulando a ritualização das práticas sociais, disciplinarizando as condutas. O autor ainda comenta sobre os símbolos que são exaustivamente colocados diante dos sujeitos, com a intenção de orientar os sentidos,

assim, parece ser sintomático que em tempos de repressão e autoritarismo – como aquele do período estado-novista brasileiro – os sentidos estejam sendo limitados por um número reduzido de símbolos, imagens e experiências, e que, ao mesmo tempo, estejam sendo esses mesmos símbolos, imagens e experiências apropriados, monopolizados, uniformizados e exaustivamente expostos e reproduzidos. Por isso, orientar os sentidos dos sujeitos em razão de uma realidade sequestrada ou fabricada por objetos e imagens carregados de sentido e intencionalidade é um processo de imenso alcance a serviço dos regimes totalitários. (SOUZA, 2014, p. 402).

Para manter a sociedade brasileira no período do Estado Novo na mesma dinâmica, como cita Souza (2014), foram necessários mais que artifícios de propaganda e sim a repetição de imagens e narrativas. Desta maneira os indivíduos se tornavam cúmplices do empreendimento por estarem atrelados a crença de que todos deveriam propagandear aquilo que todos deveriam consumir. "Toda a arquitetura sensitiva do Estado Novo, ao evocar os sentidos, quis tornar os sujeitos consumidores e reprodutores de uma representação de mundo, de uma crença em relação à identidade nacional brasileira" (SOUZA, 2014, p. 404).

A partir dessa perspectiva para o sujeito sentir-se verdadeiramente brasileiro, ele deveria participar do simbolismo promovido pelo Estado Novo. As imagens, as manifestações cívicas e trabalhistas tinham o papel de sensibilizar emocionalmente o indivíduo trazendo aspectos de satisfação com o governo, alegria e nenhuma crítica em relação ao mesmo.

Segundo Souza (2014) para que esse comportamento se mantenha é necessário que as ações sejam ritualizadas e repetidas sempre, para o autor, a prática do ritual faz parte do jogo de poder assim como o domínio social, é a partir dela que ocorre a domesticação e onde se esboçam as imagens que devem ser inseridas no imaginário coletivo, buscando promover a unidade.

nesse sentido, os ritos públicos de caráter geralmente cívico-religioso, mais que criar uma ética a ser assumida no espaço social comum, inventaram e fabricaram imagens que referenciavam uma ética uniforme a ser válida também para os sujeitos no espaço privado e naquele mesmo espaço público que deixou de sofrer a intervenção direta do rito. (SOUZA, 2014, p. 405).

Para Souza (2014) o que o Estado buscava era um sentido único de brasilidade, num país onde a regionalidade, a grande diversidade étnica assim como a falta de igualdade econômica, dificultava essa dinâmica. Dessa maneira disciplinar, vigiar, punir faziam parte do sistema estado-novista.

O autor também comenta sobre o quanto o processo de disciplinação se fez presente mesmo dentro dos ambientes não formais, visto que no período se popularizaram imagens que representavam o Estado Novo em lugares públicos como bares, museus, e até mesmo dentro dos lares brasileiros.

Assim como as imagens, a narrativa estadonovista teve papel importante na formação da conduta do imaginário acerca do governo neste período, no texto de abertura do *Álbum* o tom da escrita já eleva a importância da visita do presidente ao estado do Paraná fazendo alusão às diversas modificações, que segundo a publicação se afirmavam ocorridas não somente no Paraná, mas em todo o Brasil. O texto informava ainda que, por conta da visita,

ficou estabelecido feriado no dia 24 de janeiro de 1944. A notícia logo percorreu todas as publicações mais importantes da época, jornais, revistas e publicações ligadas a setores sociais e empresariais do estado. Constatase que era inerente a todos o sentido patriótico atribuído a visita do presidente.

No trecho da publicação do Jornal *O Dia*, inserido no *Álbum*, o qual era redigido na capital do estado, Curitiba, temos o discurso pró -guerra, e reitera os esforços do governo na vitória do conflito num esforço nacional de união para o combate.

a intensificação do auxílio ao esforço de guerra do país, a edificação do seu progresso, a contribuição na execução das medidas de salvaguarda e defesa da soberania do Brasil e a canalização de energias para os supremos objetivos da reconstrução nacional, constituem aspectos de relevo na participação dos paranaenses nas tarefas que mais de perto dizem respeito à segurança do país à unidade nacional, ao equilíbrio econômico e político e ao esforço da frente interna de luta. (ÁLBUM, 1944, p. 04).

Na imagem 11, temos um registro da chegada do presidente ao Estado na Base Aérea do Bacacheri em Curitiba, ao lado dele seguem - se o prefeito de Curitiba, Arnaldo Izidoro Becker, o Interventor Federal Manoel Ribas e o Comandante da Região. Getúlio Vargas, expressa enorme sorriso ao conversar com Manoel Ribas, os militares também expressam semblantes com sorriso. Além dessas figuras diretamente ligadas ao governo, vemos alguns homens da sociedade paranaense ao redor da comitiva presidencial.

No trecho do jornal *A Gazeta*, também de Curitiba, inserido na publicação, comentava-se que após uma evolução acidentada na história política do país, onde anteriormente passava-se por uma grande dificuldade, vem se a ter uma organização racionalizada de trabalho com o novo governo, segundo o jornal a única forma de obter algo construtivo. Faz-se um breve comentário sobre a participação do estado na vitória da Revolução de 1930, o que coloca o estado em destaque perante o governo. De certa forma o discurso do jornal pretende relegar ao estado paranaense o total êxito pelo levante revolucionário.

e, naqueles instantes remotos da vida do Brasil, quando a incerteza e a dúvida pairavam sobre céus da pátria, quando a opinião pública se encontrava dividida e o país se arrastava na precariedade de uma guerra civil, quando os interesses superiores da nação se achavam mergulhados na confusão, quando o crédito moral do país não tinha assento no concerto das nações independentes, um nome e um homem empolgavam as convicções na sua totalidade, dominavam as consciências na sua inteireza, e o Paraná se incluía nesse coro, com a participação completa que a história registra. (ÁLBUM, 1944, p. 05).

**Figura 11 GETÚLIO VARGAS AO LADO DO INTERVENTOR DO ESTADO E O
COMANDANTE DA REGIÃO**



C Snr. Presidente em Curitiba. — S. Excia. na Base Aérea do Bacacheri, logo após o seu desembarque, ladeado pelos snrs. Interventor Federal e Cal. Comandante da Região.

(ÁLBUM, 1944, p.07)

Ainda segundo a Gazeta, que faz comentários sobre a realidade da época após as corridas partidárias os políticos não mais se importavam em buscar empresas, em cuidar da economia, e por conta disso o cenário oferecia espaço para dissidências e pensamentos negativos. Durante o período Vargas, sindicatos, partidos, ideologias políticas como o comunismo e o anarquismo foram proibidas, passaram a ser criminalizadas. No entender do jornal, um trabalhador sem ocupação teria tempo para se interessar por tais assuntos.

Segundo a publicação a experiência da época mostrava que o Estado neutro não funcionava e o modelo ideal seria um estado de encarnação, que este sim levaria ao crescimento. Nesse sentido percebesse que o discurso da época estava em acordo com o discurso governista, que através da prática e da propaganda política, incutiu na mentalidade da época um sentido de que Getúlio agia como um pai, que sabia “corrigir” seus filhos, mas que fazia isso por amor à nação e em prol de seu desenvolvimento.

a experiência internacional com efeito, estava a mostrar, aos estadistas de visão, a insuficiência do Estado-sentinela, a incapacidade do Estado-neutro para corresponder aos imperativos da época. (ÁLBUM, 1944, p. 06).

Segundo o jornal, com a posse de Getúlio essa encarnação efetivamente teria ocorrido e trazido à verdadeira liberdade para a nação pelo pulso firme de seu chefe, que com essa atitude garantiria a integridade e liberdade do povo. Podemos compreender melhor essa ideia de estado de pulso firme, amparados nas reflexões de Capelato:

os ideólogos do Estado Novo partiram do princípio que o dever precede o direito, pois a nação é anterior a entidade superior aos indivíduos. Nessa perspectiva, os deveres fundavam os direitos na sociedade política, a representação de caráter orgânico anulava a noção de direitos políticos em favor da prestação de deveres e funções obrigatórias prescritas pelo Estado. A cidadania foi concebida com base nessas premissas, mas a originalidade do caso brasileiro residia na relação cidadania/trabalho. (CAPELATO, 1997, p. 179).

Além da mensagem textual o *Álbum* nos traz a mensagem visual através das imagens obtidas durante a passagem presidencial pelo Paraná, nesse sentido, a fotografia deve ser considerada muito além da imagem que ela nos traz, ela age também como forma de comunicação não verbal, Stancik (2009). Formas de expressão produzidas tendo em vista determinados usos, individuais ou coletivos, e que nos revelam pistas sobre diferentes maneiras de pensar, sentir e agir. Formas que não são necessariamente, correspondentes às daqueles que dele se apropria posteriormente (STANCIK, 2009, p. 446).

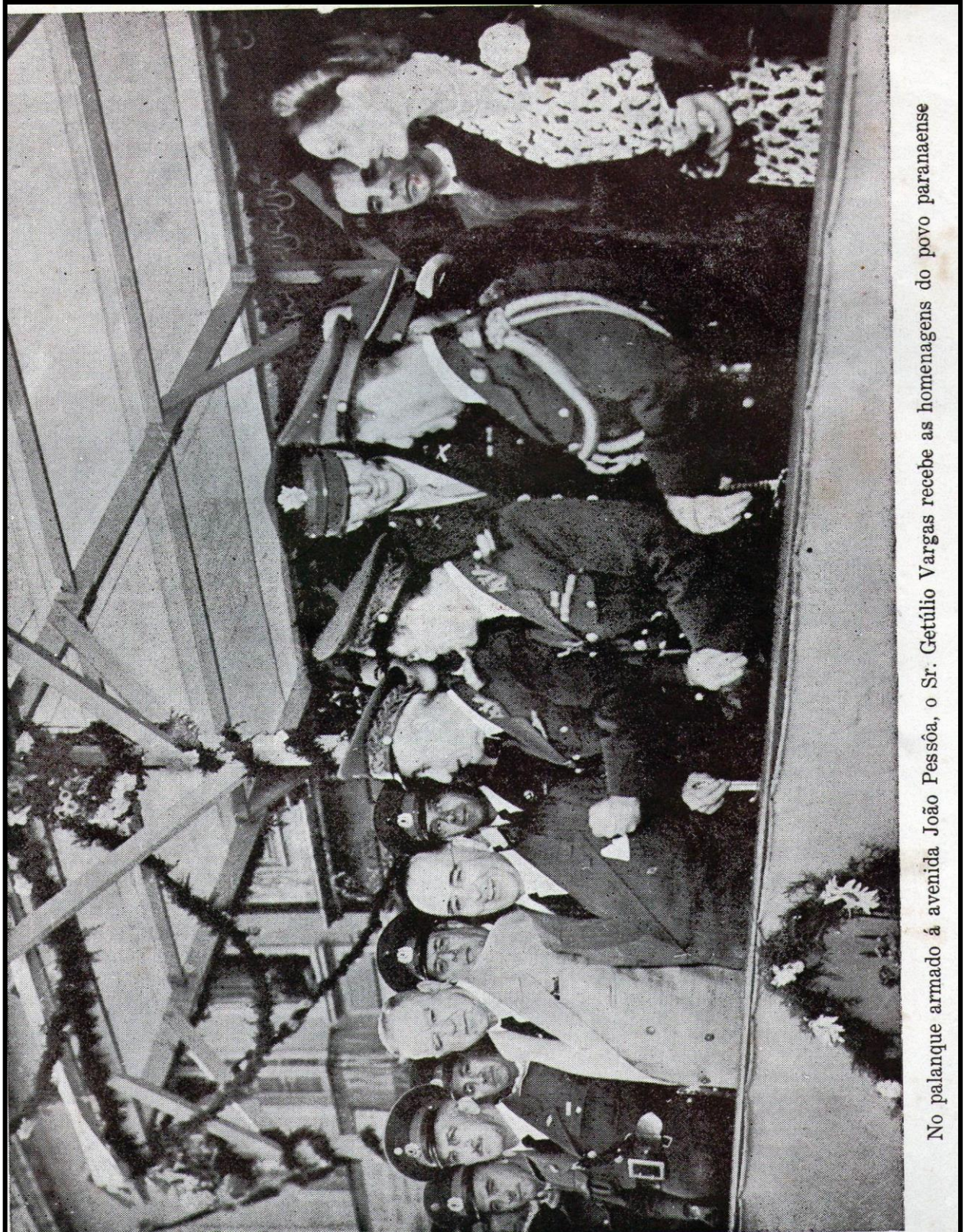
Dessa maneira as fotografias de Getúlio Vargas, são uma produção cultural que nos trazem em forma de representação aspectos de um passado. No caso das fotografias contidas no *Álbum* a demonstração intencional de obras públicas, da figura do presidente, da participação da sociedade em eventos em comemoração pela visita do mesmo, assim como encontros estratégicos entre políticos locais, era para fomentar a figura de Getúlio Vargas, engrandecendo não só sua imagem enquanto mito político, mas também de todas as ações de seu governo. Dessa maneira as arbitrariedades cometidas durante a ditadura varguista eram anuladas, em prol das realizações que o governo propagandeava fazer.

A seguir na imagem 12, temos a representação do presidente ladeado por militares, pelo interventor do Estado Manoel Ribas e demais políticos paranaenses já posicionados, somente uma mulher é vista na imagem, há possibilidade que ela seja esposa de um dos políticos de destaque daquele dia, para que a mesma tenha tido a oportunidade de estar entre os que se posicionaram ao lado de Getúlio, visto que a inserção das mulheres na política nesse período era muito pequena. O palanque construído ficava na Avenida João Pessoa e por volta das 16 horas da tarde do dia 25 de janeiro de 1944 iniciava-se o desfile cívico.

Na legenda podemos perceber o tom de unidade dado pela publicação, ao relacionar o desfile cívico a uma homenagem prestada pelo povo paranaense como um todo. Segundo Fausto (2006) as lideranças carismáticas ocorrem geralmente em governos autoritários, criando-se uma relação simbólica com o líder. No Brasil, por exemplo, associou-se a figura do presidente a de um herói, com ligeiras conquistas tidas pela população mais carente, onde essa figura se mitifica. Em uma sociedade sedenta por “salvadores” ter características nesse sentido se tornou imprescindível para ser o eleito.

as lideranças marcadamente carismáticas são mais associadas a regimes totalitários, nos quais o poder se concentra numa figura em que há uma relação simbólica direta entre o líder e as massas. (FAUSTO, 2006, p.121).

Figura 12 GETÚLIO VARGAS EM PALANQUE CONSTRUÍDP PARA VISUALIZAÇÃO DO DESFILE CÍVICO EM CURITIBA, RODEADO DE MILITARES E POLÍTICOS



No palanque armado á avenida João Pessôa, o Sr. Getúlio Vargas recebe as homenagens do povo paranaense

(ÁLBUM, 1944, p.10)

Também no trecho do jornal *O Diário da Tarde*, inserido no Álbum, divulga-se a visita do presidente, com o título *O homem e a Obra*. A publicação engrandece o crescimento do país. Ainda segundo a publicação Getúlio Vargas havia em sete anos colocado o país no cenário da América Latina e do mundo, visto que no momento estava em “armas” juntamente com as Nações Unidas. Termina lamentando que as manifestações políticas e cívicas não seriam suficientes para o real esmero que o presidente merecia ter.

A expressão estar em “armas” se referia ao recente ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Segundo Dähne,

a “neutralidade” ou “jogo duplo” do governo Getúlio Vargas com ambos os países até a tomada de um posicionamento de aliado dos Estados Unidos em 1942 vem sendo discutida, principalmente buscando responder como um país no qual estava estabelecido um regime com características ditatoriais e autoritárias se une em uma guerra para lutar juntamente com um governo democrático. (DÄHNE, 2015, p.26).

Apesar do discurso governista que buscava incutir na mentalidade da população a ideia de civismo/patriotismo ao mandar seus filhos para a Guerra, grande parte da sociedade passou a questionar o ingresso do Brasil na guerra ao lado de um país democrata, na luta contra um regime autoritário, enquanto que aqui a democracia havia sido destituída.

e que o Brasil se prepara para uma nova luta, não dentro de suas fronteiras, mas para uma guerra externa, afim de vingar as ofensas sofridas e testemunhar perante o futuro que o brasileiro não suporta afrontas e aquele que foi manchado com sangue, com sangue será lavado. Pela sua vibração, pelas suas atividades fecundas, pela sua capacidade de trabalho e pelas suas enormes possibilidades, a gente paranaense fará do Paraná a Terra da Promissão. Terminado este imponente desfile deveis persistir no mesmo caminho. A marcha que empreendemos é a do próprio progresso e da própria civilização do Brasil. (ÁLBUM, 1944, p. 15).

Na imagem de número 13, podemos observar o desfile protagonizado pela classe trabalhadora de Curitiba, onde operários e patrões se uniram para prestigiar a visita do “pai dos trabalhadores”.

a parada prosseguiu em meio a grande e permanente entusiasmo popular, desfilando as organizações sindicais de trabalhadores e empregadores pelo trajeto que une as praças Santos Andrade e General Osório. Acerta altura do desfile os aplausos ganharam maior intensidade, pois, passavam conduzidas por jovens operárias as bandeiras das Nações Unidas. Outro momento de grande vibração verificou-se à passagem da banda de música do Tiro de Guerra Rio Branco, tradicional sociedade militar de Curitiba. (ÁLBUM, 1944, p.19).

**Figura 13 DESFILE TRABALHISTA EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE
GETÚLIO VARGAS**



A grande parada trabalhista em homenagem ao Presidente.

(ÁLBUM, 1944, p. 13)

O desfile é marcado pela presença maciça de homens, os quais desfilam em fileiras semelhantes às paradas militares, todos usam ternos e grande parte traz consigo um chapéu à mão. Não se podem identificar sorrisos nos semblantes destes operários, o desfile foi tratado com seriedade e disciplina, ideais pregados pelo Estado Novo. A legenda chama a imagem de “a grande parada trabalhista em homenagem ao presidente”, ao enfatizar que o grupo que desfilava era de trabalhadores provavelmente de empresas instaladas em Curitiba e região, o *Álbum* nos remete novamente a um dos mais importantes pilares da política de Getúlio Vargas, as leis trabalhistas.

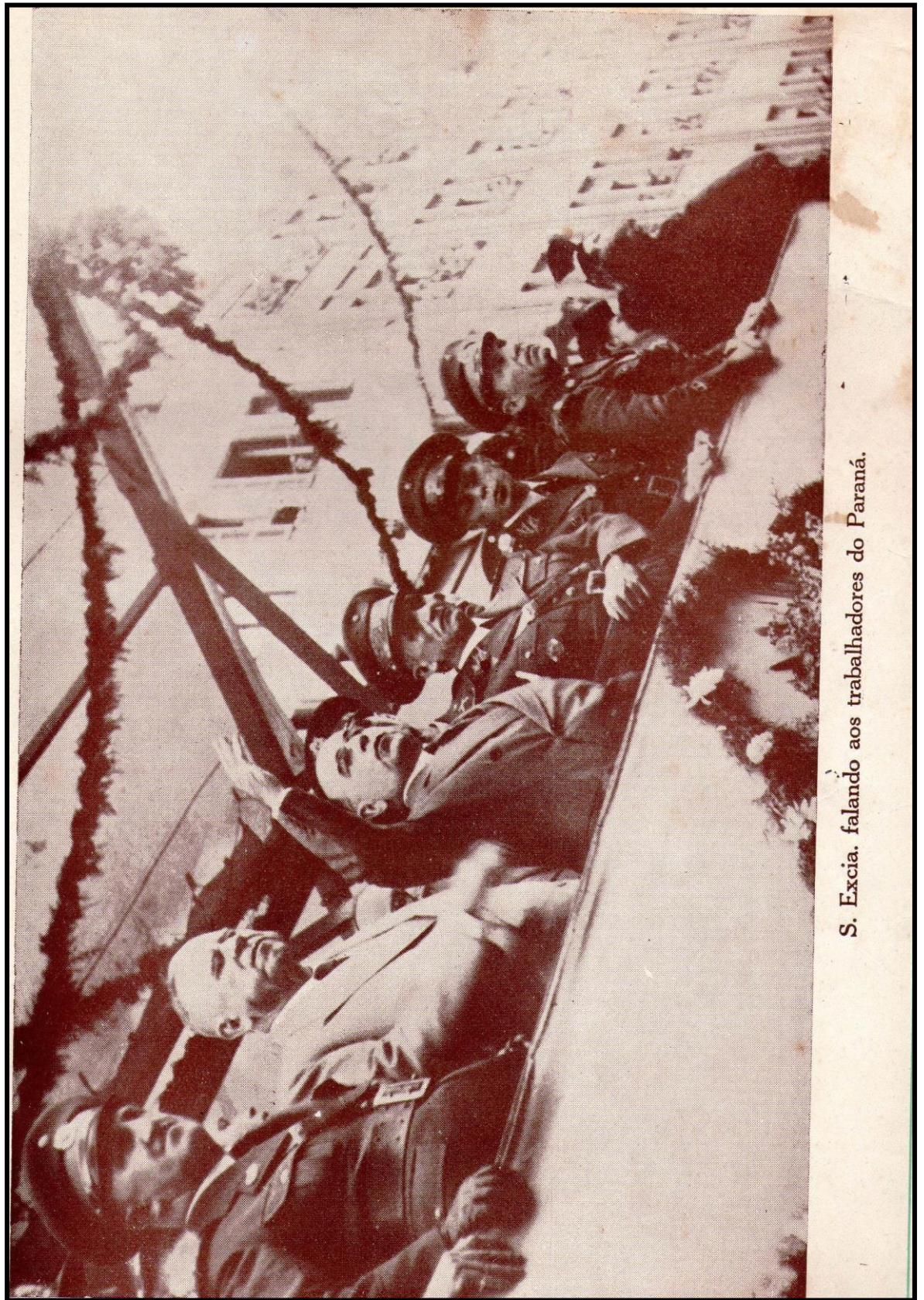
Na sequência, na imagem 14, reflete-se o próprio presidente Vargas durante o desfile cívico em sua homenagem, em pé diante do palanque erguido em decorrência do evento, Vargas aparece com o braço direito elevado sobre a cabeça num gesto de aceno à multidão que ali se apresentava. Seu rosto traz uma expressão que conota seriedade assim como os demais homens que estão ao seu lado. Novamente a figura predominante dos militares, acompanhados pela presença do interventor Manoel Ribas.

Ao fundo da imagem podemos ver os edifícios com diversas janelas abertas onde se tem expectadores, assim como pode se perceber que a ornamentação utilizada para a decoração do palanque se estende pela rua. Na legenda da fotografia, comenta-se que o presidente estaria discursando aos trabalhadores naquele momento do desfile.

Na imagem 15, podemos ver claramente a Rua João Pessoa, em Curitiba tomada, segundo a legenda a população ovacionava a figura de Getúlio Vargas, havia como podemos observar na fotografia toda sorte de pessoas entre homens, mulheres e crianças. Esta fotografia provavelmente foi produzida logo após o desfile cívico do qual participou o Exército e também a classe trabalhadora de Curitiba, devidamente uniformizada.

Destaca-se também a profundidade da fotografia, que em sua perspectiva nos mostra a Avenida João Pessoa ao longe, dando uma noção da quantidade de pessoas que estavam ali para ver o presidente instalado no palanque. Instrumentos musicais da banda se confundem na multidão que também carrega faixas, bandeiras e cartazes. A avenida desde ao longe se mostra ornamentada com faixas que se unem de lado a lado, das fachadas dos prédios espalham-se também bandeiras.

Figura 14 GETÚLIO VARGAS ACENA PARA TRABALHADORES DURANTE DESFILE CÍVICO



S. Excia. falando aos trabalhadores do Paraná.

(ÁLBUM, 1944, p.14)

Figura 15 MULTIDÃO QUE OVACIONAVA O PRESIDENTE EM CURITIBA



Vista parcial da grande massa popular que, estacionando de frente ao palauque, ovacionava, incessantemente o Chefe da Nação.

Segundo Lisovsky (2014) outro desafio proposto com a criação de álbuns fotográficos era a de transformar a figura de Getúlio Vargas em “chefe” o que conduziria melhor com a ideia de modernização do país, visto que até aquele momento a figura do mesmo ainda estava muito ligada ao do coronel ou do caudilho, muito comum na história do Brasil até aquele momento.

Na sequência, na imagem de número 16, podemos ver claramente a Rua João Pessoa, em Curitiba tomada pela massa, segundo a legenda a população ovacionava a figura de Getúlio Vargas, havia como podemos observar na fotografia toda sorte de pessoas entre homens, mulheres e crianças. Esta fotografia provavelmente foi produzida logo após o desfile cívico do qual participou o Exército e também a classe trabalhadora de Curitiba, devidamente uniformizada.

Destaca-se também a profundidade da fotografia, que em sua perspectiva nos mostra a Avenida João Pessoa ao longe, dando uma noção da quantidade de pessoas que estavam ali para ver o presidente instalado no palanque. Instrumentos musicais da banda se confundem na multidão que também carrega faixas, bandeiras e cartazes. A avenida desde ao longe se mostra ornamentada com faixas que se unem de lado a lado, das fachadas dos prédios espalham-se também bandeiras.

A publicação traz o discurso do presidente e do interventor federal Manoel Ribas. Getúlio inicia seu discurso exaltando mais uma vez, segundo ele a imprescindível participação do Paraná na Revolução de 1930. Logo após uma série de elogios sobre o crescimento do Estado, fala sobre a sua dificuldade em encontrar tempo para voltar ao Paraná, pois, o trabalho no governo lhe sugava todo o tempo.

Em seguida em declaração demonstra a busca pela unidade nacional, onde fala que o Paraná assim como os demais estados da nação para ele tem o mesmo valor, todos os estados são equiparados da mesma maneira. Ainda sugere que mesmo visitando várias regiões do país, o Paraná nunca lhe saiu da memória, visto que num dos momentos mais importantes de sua carreira, o estado foi crucial naqueles dias de outubro.

como chefe de governo não costumo distinguir no Brasil regiões ou zonas, Estados Grandes ou Pequenos. A todos equiparo na minha estima e nos cuidados com a administração. Tenho percorrido o país em diversas direções, visitando os principais centros de atividades, e no contato com suas populações, sempre me orgulhei, tanto com aqui, de ser brasileiro e de trabalhar pelo engrandecimento da Pátria. A vossa terra, porém, nunca me saiu da memória, de tal forma que me parece ligada as mais caras lembranças da minha vida pública. Não poderei esquecer a vossa vibração cívica, o vosso destemor, naqueles memoráveis dias de Outubro. O Paraná

foi um dos mais denotados combatentes da primeira hora, integrando-se de corpo e alma no empolgante movimento que abalou o país e viria abrir novos rumos ao seu progresso material e a reforma dos costumes políticos. Vencemos, e estou seguro que a Revolução não vos decepcionou. (ÁLBUM, 1944, p.24).

Finalizando seu discurso o presidente, faz comentários sobre a situação político administrativa do Paraná no período da Revolução, Vargas comenta os esforços do governo federal para reorganizar as finanças, e tece elogios sobre a “gente laboriosa” do Paraná, que logo reergueu seu estado através de suas terras férteis. Após a Revolução, segundo Getúlio Vargas, o Paraná além de ter suas contas em dia conseguiu exponencial crescimento. Destaca também o valor investido em educação, o qual ultrapassou os demais estados, assim como o valor indicado pelo governo federal.

No discurso do interventor Manoel Ribas, o político inicia sua fala comentando sobre o jubiloso trabalho do presidente por todo o país, assim como agradece enormemente a visita do presidente ao estado do Paraná. Manoel Ribas enfatiza que foi através de Getúlio que se criou o incentivo ao trabalho no Brasil. De acordo com o texto foi através do governo democrático e do estado nacional que o presidente conseguiu fazer suas inúmeras obras impossíveis de serem enumeradas.

O interventor ainda comenta sobre a situação da época, o momento de guerra, onde segundo ele, a população atenderia aos interesses do governo numa atitude patriótica. Getúlio Vargas ainda recebe o mérito do governo local, pelo desenvolvimento do estado do Paraná, segundo Ribas o governo do presidente deu segurança ao povo para que caminhasse em seu desenvolvimento. A reconstrução política e econômica que se processa nesse Estado, em todos os seus aspectos, é uma decorrência lógica e natural dos seguros planos que V. Excelência, norteia os rumos da causa pública. (ÁLBUM, 1944, p.28).

Durante sua passagem pela cidade de Ponta Grossa, o presidente foi recebido com desfiles cívicos e grande número de populares que se reuniram na principal avenida da cidade para acenar ao presidente. Na imagem 16, vemos uma tomada feita de um ângulo um pouco mais baixo, como nas demais fotografias, está também busca mostrar, um horizonte maior que o da imagem focada. Podemos ver, que a grande concentração de pessoas se vai a perder de vista. A cidade de Ponta Grossa teve uma citação especial na publicação,

“Ponta Grossa, evocando, cheia de saudade, o passado de lutas e vitórias e o presente, também de lutas com o mesmo ardor cívico, saúda a pessoa do ilustre hóspede de ontem e de hoje, o Chefe com quem todos os brasileiros depositam todas as esperanças que se abrem para a vitória e para as conquistas do porvir”. (ÁLBUM, 1944, p 33).

Figura 16 RECEPÇÃO AO PRESIDENTE EM VISITA À CIDADE DE PONTA GROSSA



Na cidade de Ponta Grossa — O povo recebe festivamente o Chefe da Nação.

(ÁLBUM, 1944, p.32)

Homens, mulheres e crianças se amontoavam perante a corda de isolamento, bem como podemos ver a quantidade de pessoas apinhadas nas sacadas dos prédios buscando o melhor ângulo para ver o presidente. Percebe-se que a população aplaude o desfile com entusiasmo, os olhares se dão para um ponto mais alto, provavelmente onde Getúlio Vargas estava posicionado. Na imagem também não vemos nenhum sujeito que pudesse estar mal vestido ou confrontando com a ideia de sociedade justa ditada pela política vigente, a imagem do Estado Novo, era a imagem dos aplausos e do progresso humano e industrial.

A cidade de Ponta Grossa já era conhecida do presidente desde a Revolução de 1930, segundo Dähne (2015), a população pontagrossense era incentivada ao comportamento cívico em alusão ao fato da cidade ter sido considerada “Capital Cívica do Brasil”, no momento em que Getúlio Vargas ainda estava às voltas com a Revolução de 1930. Dessa maneira, “atribuída aos festejos da população à notícia que colocava Getúlio Vargas na presidência da República durante sua passagem pela cidade, reforçando que as atitudes dos pontagrossenses naquele momento deveriam ser exemplares para toda a nação” (DÄHNE, 2015, p. 51).

O uso espetacular do poder ocorre em todos os governos, porém, a maneira como cada qual usa dos signos difere. O uso das festas e espetáculos grandiosos se configurou de maneira recorrente em governos autoritários, à época de Vargas os regimes nazista e fascista utilizavam de forte propaganda política com grande apelo ao espetáculo, visando estádios, avenidas, e datas com grande apelo social. Para Capelato (1997), a política sempre busca eliminar os conflitos e promover uma sociedade justa, nessa busca o estado cria a chamada “sociedade em festa”. Ainda segundo a autora, Mikhail Bakhtin observou que as festas representam uma nova ordem estabelecida, porém, no caso do governo Vargas a nova ordem veio dada pelo governo e não através da sociedade.

Como nos governos autoritários na Europa, o Brasil passou a ter em todas as datas nacionais grandiosas festas. Organizadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o Ministério da Saúde também auxiliava e montava postos próximos aos locais de festa (CAPELATO, 1997, p.70). A autora também destaca que a população ia mesmo que a pé para tais eventos, onde buscavam sempre uma maneira de assistir aos desfiles e apresentações, mesmo que isso implicasse em subir em árvores ou escalar sacadas de prédios.

há forte relação entre festas oficiais e a utopia da sociedade feliz. Os jornais varguistas, nas ocasiões festivas, expressavam essas imagens, de formas variadas: “a feição animada do centro da cidade”, “o grande entusiasmo e alegria”, “vibrantes manifestações operárias”, “o aspecto festivo da cidade”, “entusiasmo popular”, “carinhosas manifestações”, “multidão vibrante”. Na propaganda política estadonovista eram enfatizadas a cordialidade, a

afetividade, a animação, a alegria do povo brasileiro. (CAPELATO, 1997, p.70).

Para Schemes (2013), as festas cívicas eram uma espécie de teatralização da sociedade, onde a imagem da população feliz e sorridente escondia as atrocidades cometidas pelo governo autoritário. Segundo a autora, ao assumir em 1930, Vargas elegeu a palavra “novo” ou “nova” como pilar de seu governo. Ao destacar que tudo que ocorreu após sua chegada como novo, desmerecia aquilo que tinha vindo anteriormente. Por isso as denominações daquilo que foi como República Velha e com Getúlio, Estado Novo.

O caráter pedagógico da festa é que possibilitava a transmissão dos valores dos novos regimes, ou seja, as festas eram as responsáveis pela manutenção da lembrança e, como tal, representavam instrumentos adequados para incutir, na massa, os ideais que os regimes queriam perpetuar (SCHEMES, 2013, p.344).

A autora Schemes (2013) segundo (Arendt, 1978, p.399), ao analisar as massas e os movimentos totalitários disse que eles recrutaram seus membros dentre uma “massa de pessoas aparentemente indiferentes, que todos os outros partidos haviam abandonado por lhes parecerem demasiado apáticas ou estúpidas para lhes merecerem a atenção”. Ainda, segundo a autora, os indivíduos isolados na sociedade de massa são de uma total fidelidade ao líder, pelo fato de estarem marginalizados socialmente.

Evidente que havia aqueles que não se identificavam com o governo Getúlio Vargas, assim como promoviam formas de protesto contra suas ideologias, porém, nessa pequena amostra de imagens e textos perfilados, compreende-se que as manobras publicitárias do governo massificavam a população. O poder das imagens ratificou a ideia de modernização e desenvolvimento pregada pelo discurso político, assim como enalteceu a imagem de líder de Getúlio Vargas.

Durante o período Vargas as festas e comemorações foram de extrema importância para a propaganda governista, ao passo que as imagens eram produzidas com conotações utópicas em grandes desfiles cívicos, paradas trabalhistas, discursos, entre outras formas de exaltação da figura do presidente como em produções impressas e jornalísticas como o caso do *Álbum* fotográfico analisado aqui.

há uma forte relação entre as festas oficiais e a utopia da sociedade feliz. Os jornais varguistas, nas ocasiões festivas, expressavam essas imagens de formas variadas: “a feição animada do centro da cidade”, “o grande entusiasmo e alegria”, “vibrantes manifestações operárias”, “o aspecto festivo da cidade”, “entusiasmo popular”, “carinhosas manifestações”, “multidão vibrante”. (CAPELATO, 1997 p.70).

O governo Vargas, especialmente por intermédio de políticos que observavam intensamente a maneira como os regimes nazifascistas, empenhava-se para controlar suas populações através dos meios de comunicação usando dessa força física e simbólica para manipular a opinião pública. O Estado Novo não queria necessariamente ser comparado a esses governos, mas em boa parte buscou assemelhar as propagandas políticas de Vargas às desses modelos em busca da forte dominação ideológica então presente na Alemanha e Itália.

Nesse sentido Capelato (1997) cita a preferência do governo brasileiro por situações propagandísticas que envolvessem multidões para que o sentimento de “empolgação” transpassasse nas mensagens políticas, a autora ainda usa de uma frase proferida por Goebbels “não falamos para dizer alguma coisa, mas para obtermos um determinado efeito”. No Brasil Vargas buscava o apoio popular ao seu governo, tomado diante de um golpe (Revolução de 1930) e posteriormente através de outra artimanha política a migração para um regime ditatorial.

A cultura política do regime Varguista passa pelo controle da produção cultural da mesma maneira como os regimes na Europa, a cultura esteve todo o tempo a serviço da política. Segundo Capelato (1997) os pensadores do Estado Novo acreditavam que deveriam unificar as esferas culturais e políticas do homem formando assim uma “cultura política”. Ainda seguindo essa lógica a política seria o elemento disciplinador enquanto a cultura estaria a serviço do Estado.

3. “CAMINHOS NOVOS PARA RIQUEZAS NOVAS: A CONQUISTA DO OESTE PARANAENSE”

3.1 A POLÍTICA DE (RE) POVOAMENTO DO OESTE PARANAENSE NO PERÍODO GETÚLIO VARGAS

Durante o Estado Novo, segundo Capelato (1997) o interior brasileiro tomou um novo rumo dentro do discurso propagandístico, anteriormente visto como terra de atrasos, onde viviam homens ignorantes, o espaço rural passa a ser visto como terra de oportunidades, depositária de energias da nacionalidade. A autora comenta sobre a obra *Marcha para o Oeste* de Cassiano Ricardo³⁰, que nesse momento indicava a necessidade de integração dos espaços considerados vazios, buscando integração nacional, cultural e econômica.

Ainda segundo Capelato (1997), a obra foi entendida não somente como uma necessidade, mas sim como uma oportunidade de superar os atrasos do país, transformando o Brasil numa grande potência.

esse sonho de hegemonia, acalentado no passado e recuperado fortemente nesse período, era justificado pelas dimensões territoriais do país que indicavam seu destino de grandeza. Afirmava-se que o povoamento, a colonização e a exploração do sertão constituíram as bases do progresso e da grandeza futura. As imagens do interior/sertão constituíram um dos pilares da construção da nova identidade nacional coletiva. (CAPELATO, 1997, p. 228).

Para a autora, o símbolo do bandeirante também foi recuperado nesse momento, como o desbravador do interior, diferente do europeu que se estabeleceu no litoral afim apenas de explorar a terra, Capelato (1997) cita Beired (1996), ao analisar o sentimento de incompletude que o país ainda tinha em relação aos seus territórios. Segundo a autora, para que estes sentimentos fossem transformados eram necessárias várias atitudes como centralização do poder político, reconhecimento da autoridade do estado em todo o país, comunhão entre as religiões.

Nessa busca de integração nacional e ocupação de vazios surge o movimento de ocupação de áreas do oeste paranaense. Segundo Reolon (2007), a partir de 1910, as taxas de imigrações diminuíram muito no Brasil, porém, as migrações de brasileiros em direção ao

³⁰ Ideólogo do Estado Novo, produziu o livro *Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*, o qual foi publicado no ano de 1940. <http://doc.brazilia.jor.br/Historia/Marcha-para-Oeste-Cassiano-Ricardo.shtml>

interior do país aumentaram. Nesse sentido ocorre a ocupação da Mesorregião do Oeste do Paraná, muito estimulada durante o governo Vargas.

Segundo o autor a Marcha para o Oeste, buscava fomentar os brasileiros a viverem em regiões centrais do país visto que até aquele momento grande parte se estabelecia no litoral. Nesse sentido o movimento contribuiu para a tomada do espaço que até então era conhecido como “Sertão Paranaense”, região onde argentinos exploravam as matérias primas da região como a erva-mate e a madeira.

no campo político a medida mais significativa foi a criação da política da “Marcha para o Oeste” em 1938, um ano após a instalação do Estado Novo (1937-1945), a fase autoritária do governo varguista. A Marcha era um programa do governo federal para colonização do Oeste brasileiro, para expansão da fronteira agrícola e contenção do êxodo rural e da migração para centros urbanos, com políticas de doação de terras, “pacificação” indígena, implantação de colônias agrícolas nacionais, entre outras medidas. (SILVA, 2014, s.p).

Ainda segundo o autor, a Marcha para o Oeste contou com o apoio dos demais apoiadores do regime, através da produção de propaganda pró-marcha, com a publicação de artigos. “Essa produção intelectual ecoava em consonância com os princípios da Marcha para o Oeste, com destaque para os discursos presidenciais, que, por sua vez, se apropriavam dos elementos simbólicos criados e divulgados por seus intelectuais”. (SILVA, 2014, s.p).

As regiões ainda não exploradas do país passaram a serem retratadas de maneira mítica como um novo eldorado, lugar de grandes oportunidades a espera de quem as tomasse para si. Segundo Silva (2014), durante o período em que o Brasil esteve presente na Segunda Guerra Mundial, esse discurso se intensificou, junto com o momento nacionalista influenciado pelo Estado.

Para Reolon (2007), os dois principais propósitos da Marcha para o Oeste no Paraná eram a busca da extração da madeira e o desenvolvimento agrícola, visto que durante o período da Segunda Guerra o país ficou impossibilitado de importar vários produtos, e buscou-se produzi-los para abastecimento interno.

no intuito de ocupar o Oeste do Paraná, fora decretado, em 1930, que o quadro funcional das empresas instaladas na região deveria ser composto por, no mínimo, dois terços de brasileiros, dificultando sobremaneira o ingresso e permanência de estrangeiros nessa faixa de fronteira (GREGORY, 2002). Outras medidas adotadas foram o desenvolvimento do Programa Rodoviário Marcha para o Oeste, que resultou na construção da BR-035,

inaugurada em 1944, e a criação do Território Federal do Iguaçu, em 1943 (SPERANÇA, 1992), (REOLON, 2007, p.51).

No período dos anos de 1940, o Brasil cria diversos territórios federais³¹, sob o pretexto de assegurar as áreas fronteiriças do país. O Paraná era uma região conhecida por ter conflitos em relação à questão de terras como já havia ocorrido no período do Contestado³². Para Freitag (2007), a “Marcha Patriótica” incentivada por Getúlio Vargas a partir do ano de 1937, tinha o intuito de unificar a nação que segundo a autora, nas palavras de Getúlio Vargas no período, parecia um arquipélago. Esta política se efetivaria nos anos seguintes no Paraná, através da disciplinarização dos territórios e fronteiras, com a produção agrícola e com a imigração, principalmente de povos do sul já acostumados com o trabalho na lavoura.

Para divulgar os atrativos da região, segundo Freitag (2007) e com isso atrair mais moradores para o interior do estado do Paraná, o governador usou de publicações em revistas da capital e cidades do interior, como também de programas de rádio a fim de fazer o estado conhecido regional e nacionalmente.

No período de colonização da área que vai desde os anos 1940 até meados de 1950, houve também uma política que buscava selecionar aqueles que iriam povoar a região, num sentido de evitar a entrada de estrangeiros no país, segundo Freitag (2007), Vargas queria evitar com isso a entrada de ideias “exóticas” que poderiam fomentar problemas.

as posturas federal e estadual propunham em comum, portanto, corrigir desequilíbrios existentes entre campo e cidade, procurando povoar o primeiro, preservando ao mesmo tempo, a segurança dos territórios fronteiriços. De um lado, pretendiam resolver os problemas de ocupação espacial por meio de correntes migratórias deslocadas para novas áreas de colonização e por outro, conforme afirma Lenharo (1986, p. 14): "tinha-se

³¹ A criação do Território do Iguaçu foi realizada pela Comissão da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, segundo Priore (2012), a partir do ano de 1943 vários territórios federais foram criados, como o do Iguaçu que abrangia terras do Paraná e Santa Catarina. Para Reolon (2007), o governo paranaense não demonstrou entusiasmo com a criação do chamado Território do Iguaçu, pois apesar de ser feita a interligação do Oeste do estado com a faixa litorânea, muito esperada pela população, os mesmos paranaenses ficavam impedidos de explorar a região, ocasionando assim temor ao governo, de que não conseguisse obter lucros futuros provenientes daquela região. Mesmo diante desses impasses o território criado seria governado por um oficial militar, que ficaria encarregado de organizar a utilização das terras e promover o povoamento da região.

³² De 1912 a 1916, ocorreram em Santa Catarina, numa área em litígio com o vizinho Paraná, os fatos mais sangrentos da sua história, quando a população do Planalto pegou em armas e deu o grito de guerra, no episódio conhecido por Guerra do Contestado. Foram várias as causas do conflito armado, pois, na mesma época e no mesmo lugar, ocorreu um movimento messiânico de grandes proporções, uma disputa pela posse de terras, uma competição econômica pela exploração de riquezas naturais e uma questão de limites interestaduais. Simultânea e coincidentemente, o Contestado reuniu, no mesmo tempo e no mesmo espaço geográfico, mais de 30 mil pessoas – habitantes da região da época – desde fazendeiros em defesa de suas propriedades, posseiros, tentando se manter em terras devolutas, ou “fanatizados” por promessas messiânicas, e oportunistas, que viam no movimento ocasião para exercerem pressões políticas acerca dos limites disputados entre Santa Catarina e o Paraná. (FRAGA, 2005, p. 237).

em mente regularizar o abastecimento urbano dos grandes centros, através da produção das novas áreas colonizadas”. (FREITAG, 2007, p. 94).

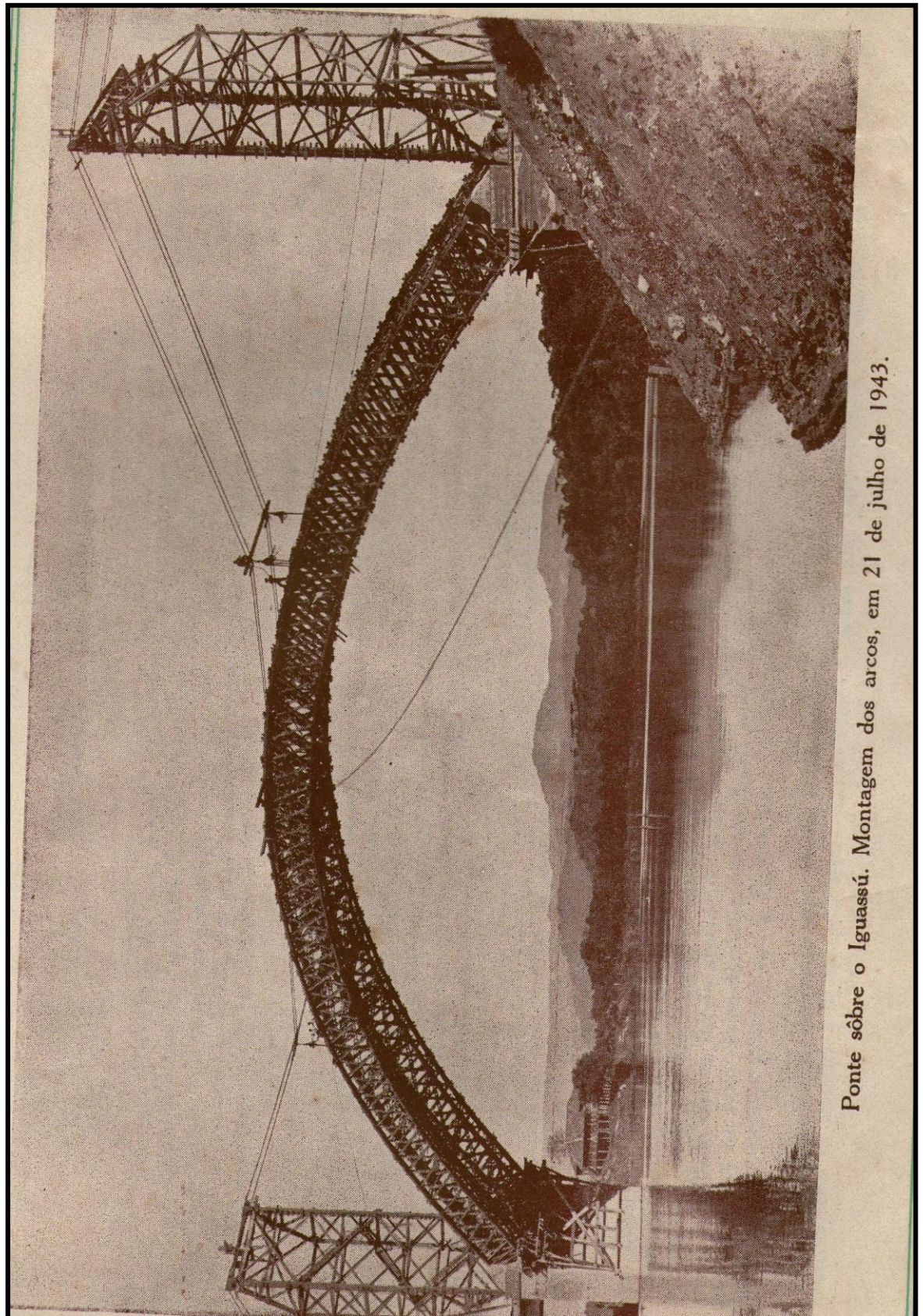
Segundo a autora, a situação do Paraná causou preocupação entre lideranças políticas, pois, através de relatos de viajantes, soube-se da grande presença de paraguaios e argentinos na região e de que quase não se via brasileiros, além do que usava-se dinheiro também proveniente da Argentina e Paraguai, assim como a grande maioria falava castelhano ou guarani. Estes estrangeiros também exploravam a madeira e a erva mate da região. A autora comenta sobre a grande quantidade de estrangeiros na região, logo no início do governo Vargas, “... no ano de 1931, a população residente na região, girava em torno de 10.000 habitantes. Desse número, Wachovicz (1987, p. 182) computa a presença de 500 habitantes de nacionalidade brasileira” (FREITAG, 2007, p. 95). Isso fez com que medidas começassem a serem tomadas na busca de efetivar as fronteiras.

Após as medidas de colonização, a região começou a tomar novos traços de brasilidade, mas como ressalta a autora, a formação do “homem paranaense” estava passando ao largo daquele ideal paranista publicado nos anos de 1920, e havia-se tornado um modelo produzido pelo empresariado. No pensamento paranista, o “homem paranaense” nasceria de uma mistura de etnias, provenientes das imigrações e migrações que formaram o corpo social do estado, enquanto para o empresariado buscava-se uma unidade étnica.

A autora destaca que a nova ocupação das terras, assim como a nova formação social do Oeste do Paraná, tendeu a ser tratada como um processo de (re) ocupação, esse processo iniciado ainda no século XIX, com a intenção de integrar territórios do país percebidos como “vazios”, a fim de integrá-las à lógica capitalista. A noção de “vazio” se dava pelo fato de não se levar em consideração as populações que já residiam na região anteriormente à nova ocupação, como os colonos, indígenas ou estrangeiros.

A partir da produção empresarial onde antes o espaço era considerado “vazio”, foram necessárias aberturas de estradas, a construção de casas, formação de pequenos núcleos, o que passou a atrair mais pessoas a essa região. Na imagem 17, temos a construção da ponte sobre o rio Iguaçu, ainda em fase de acabamento, pode-se ver operários trabalhando na montagem das peças que compunham a estrutura. O desenho arquitetônico mostra que havia também o interesse em construir as obras com apelo artístico além de sua proposta inicial que era a de unir regiões ainda inexploradas do estado paranaense.

Figura 17 - CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO IGUAÇU



Ponte sobre o Iguassú. Montagem dos arcos, em 21 de julho de 1943.

(ÁLBUM, 1944, p.61)

A imagem é datada no ano de 1943, portanto é anterior a visita de Getúlio Vargas ao Paraná, assim como o próprio não visitou essa construção, porém, como o *Álbum* se propõe a ser uma propaganda de Estado, traz em seu corpo imagens que mesmo que não tenham feito parte da visita presidencial, que possam favorecer sua política. O *Álbum* não traz nenhuma menção textual à construção da ponte nem o porquê de sua fotografia estar inserida no conjunto da obra, o que reforça a ideia de uso de obras públicas de grande porte serem usadas na propaganda de Estado.

As imagens de obras públicas contidas na publicação fazem coro ao corpo textual do *Álbum*, na propaganda acerca das condições do Paraná no contexto dos anos quarenta. O texto da publicação sugere que o estado paranaense é o que mais se destaca dentre todos os da nação em desenvolvimento econômico e social.

Símbolo do Brasil Novo. O Paraná é hoje um símbolo do Brasil Novo. Outros estados talvez, possam exibir iguais índices de progresso: nenhum porém, o fará em melhores condições, nem apresentará condições nem apresentará credenciais mais válidas á primazia desse simbolismo. Todas as virtudes que marcam, definitivamente a reestruturação do Brasil excedem no Paraná, de tal forma que, si necessário destacar uma unidade da federação para servir de exemplo dos fecundos benefícios da administração do presidente Vargas à frente dos destinos brasileiros nenhum outro lograria disputar-lhe essa representação. Não há um setor na vida paranaense que não tenha experimentado o influxo creador da era nova. Nem, tampouco, um só aspecto social, cultural e econômico que não exhibia provas múltiplas dessa renovação. As palavras dificilmente podem dar uma ideia da transformação; apenas os fatos, concretos e indiscutidos, são capazes de assegurar a plena avaliação de um surto progressista inédito na vida brasileira. (ÁLBUM, 1944, p. 35).

Com o título “Símbolo do Brasil Novo”, a publicação afirma que o Paraná se tornou um símbolo de desenvolvimento e assegura que isso se deu a unidade nacional, assim como do governo de Getúlio Vargas. Novamente temos a palavra “novo” empregada, tomando o sentido de algo que teria ocorrido durante o Estado Novo.

Segundo Pereira (1997), os intelectuais dos anos vinte no Brasil, inclui-se aí os socialistas, integralistas, positivistas, envolveram se num projeto de criação de um “novo” Estado. A ideia de “novo” para o Brasil era baseada nos moldes dos regimes totalitários em ascensão na Europa. A autora comenta que Getúlio Vargas usava de palavras de ordem para o estabelecimento do “novo” Brasil com bases autoritárias.

A cultura política brasileira teria se estabelecido em dois pilares, segundo Pereira (2007), um deles seriam as raízes brasileiras e o outro a modernização do país. O “novo” se

encaixaria na proposta de modernização do Brasil, o “novo” o “moderno” nesse sentido seria ser brasileiro, ter orgulho das suas raízes, assim como a valorização das tradições nacionais.

o pensamento estadonovista recusava os modelos importados, valorizando o nacional e o tradicional. Segundo Lúcia Lippi (1992, p.32), essa tradição brasileira foi “construída pelo esforço de recuperar uma dimensão do passado e contribuir decisivamente para a legitimação da autoridade política. (PEREIRA, 1997, p. 115).

A autora salienta que no período estadonovista pela primeira vez os intelectuais participaram ativamente na história política do país. O Estado burocratizou a intelectualidade a fim de centralizar o poder, o discurso do Estado passa a incorporar a todos na construção do país, trazendo o sentido de unidade étnica econômica e política.

3.2: A ENERGIA ELÉTRICA E O TURISMO COMO ENGRENAGEM DA ECONOMIA NO PARANÁ

Ao partirmos da ideologia do Estado Novo que buscava então a integração nacional, temos na publicação aqui estudada, divididos em vários subtítulos que trazem os assuntos considerados pelo governo mais relevantes do período na região, como o uso e exploração da madeira, dos rios enquanto produtores potenciais de energia elétrica, do turismo, do desenvolvimento da agricultura entre outros. Trataremos aqui dos subtítulos mais relevantes em relação a análise das imagens fotográficas do *Álbum*, não cabendo a essa pesquisa o esgotamento dos temas propostos pelo corpo textual da publicação.

Um dos subtítulos analisado intitula-se, “O significado da visita do Presidente Vargas na política da Marcha para o Oeste”, onde se traz considerações sobre o desenvolvimento dessa política de ocupação.

Nesse trecho a publicação inicia falando das terras propostas como “abandonadas” na região Oeste do país, como afirmava ser o caso da Matogrossense, onde o presidente teria visitado e segundo a publicação teria tido o “pensamento criador” do programa de reconquista das terras, também chamado de imperialismo interno. A publicação ainda cita que o presidente definia seu sonho heroico aos exemplos de Raposo Tavares³³ e Anhanguera³⁴, dois

³³ Nascido em São Miguel do Pinheiro, Portugal, em 1598, Antônio Raposo Tavares foi um bandeirante que servia aos interesses da Coroa na expansão do território brasileiro.

³⁴ Anhanguera (1672-1740) o filho de Bartolomeu Bueno, que nasceu em Parnaíba, no vale do rio Tietê, São Paulo, estava estabelecido em Sabará, onde em 1701 foi nomeado assistente do distrito.

bandeirantes que teriam aberto caminho no interior do Brasil no século XVIII em busca principalmente de ouro.

A publicação trata o Paraná como cenário da Revolução, onde a Marcha para o Oeste integraria as terras ricas que estariam esquecidas, terminando assim de concluir aquele que constituiria o sonho de Vargas, proposto como o de unificar o território brasileiro, sonho esse segundo o texto trazido do período em que serviu ao Exército nas regiões de fronteira com a Bolívia.

o Paraná que fora o último acampamento de guerra da Revolução que reintegrou o Brasil em suas tradições e destinos, deveria ser, outra vez, acampamento, agora de uma grande campanha de paz e de trabalho, da reocupação integral e civilizadora dos territórios ricos esquecidos do lado do sol poente. O Chefe civil que comandou a arrancada que tiraria o Brasil das mãos da politicagem sem escrúpulos, para entregar-lhe o comando e a posse ao povo, queria ver os caminhos da marcha completadora do seu sonho, talvez, nascido quando o moço cadete de São Borja corria às fileiras, para ir bater-se, nas distantes fronteiras da Bolívia.(ÁLBUM, 1944, p. 52).

O trecho a seguir, retrata o que teria sido uma entrevista feita com Manoel Ribas, onde o autor descreve o interventor como sendo o primeiro homem a ter criado os territórios do oeste paranaense. O autor ainda salienta que Ribas teria o dito isso com energia, numa alusão talvez a euforia, em virtude de a ação ter sido contrária segundo o texto, aos secretários de seu governo o então Capitão Fernando Flores e Ângelo Lopes.

o interventor do Paraná foi o primeiro paranaense que teve a compreensão brasileira da grande medida que criou os territórios novos do oeste. Disse-o na energia de uma divulgada entrevista concedida ao repórter que estas notas redige e publicada com as que, então, concederam corajosamente, afrontando a confusão intrigante, os secretários de seu governo, capitão Fernando Flores e engenheiro Ângelo Lopes. (ÁLBUM, 1944, p. 52).

A publicação ao tratar especificamente da região paranaense, usa de expressões, de conceitos, de elogios infundáveis ao governo de Manoel Ribas, porém, sempre salientando que as ações de seu governo só foram proporcionadas e possíveis através das mãos de Getúlio Vargas. O texto é escrito em forma de narrativa, de maneira que o autor descreve aquilo que Vargas possivelmente havia relatado daquilo que viu e ouviu enquanto esteve no estado.

Ao falar sobre a visita à “Terra dos Pinheirais” como era conhecido o estado naquele momento, o presidente não teria deixado de se mostrar entusiasmado e impressionado com as realizações daquele governo no estado, onde as ações de Ribas teriam facilitado à organização

social e econômica no Iguaçu, demonstrando mais uma vez que o Paraná era a terra do futuro num país do futuro. Nesse trecho, o autor usa a expressão “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”, dando a ela um novo sentido para explicar as tentativas de exploração dos rios que anteriormente pareciam intransponíveis. A expressão Ninho da Hulha Branca, dá-se para denominar a região rica em quedas de água com potencial elétrico.

a luta perene da água mole contra a pedra dura tem, no Paraná-Oeste, a sua eloquente fotografia, os rios a cavarem a serra, que se apresenta como um obstáculo intransponível, formam as corredeiras, os saltos, as cachoeiras, as cataratas, os cânions de paredes a pique, que dão, por todos os motivos, aquele recanto, a denominação justa de NINHO DA HULHA BRANCA. (ÁLBUM, 1944, p. 53).

O texto frisa que somente Manoel Ribas como governante do Estado atentou para o potencial hidráulico do mesmo, construindo junto ao governo federal, diversos planos para construções de hidrelétricas que dariam ao Paraná uma situação ímpar dentro do país, até este momento as grandes quedas d’água só serviam de cartões postais ao estado, referindo-se a região do Iguaçu. Sabe-se, porém, que a construção de hidrelétricas no estado começou a ser pensada ainda na década de 1920, porém, naquele período até o início do governo de Ribas, essas ações foram feitas e pensadas dentro da iniciativa privada.

No seguinte subtítulo “Um panorama que maravilha, estimula e entristece”, continua-se a falar sobre o potencial energético dos rios paranaenses, é possível compreender que a produção de energia era uma das principais bandeiras do governo Ribas em acordo com Vargas. Critica-se a utilização mínima desses recursos até então, assim como o uso da madeira para produção de energia através do carvão.

A produção de energia elétrica na região das Cataratas como cita o texto, teria o propósito de iluminar todo o estado, até mesmo as regiões mais inóspitas, assim como daria suporte a industrialização e desenvolvimento viário principalmente do Oeste que se abria, mas também para todo o Paraná.

a energia hidráulica pulula por todos os lados, sem ser aproveitada, na conformação do conceito do inacessível Rio Branco de que o Brasil é uma colmeia onde sobra mel. Ridícula parcela de incontável energia é aproveitada. Em Guarapuava vê-se pequena usina a se utilizar das águas em tributário do Jordão, para iluminar a cidade, e, no mais, a verdade é dura de dizer-se: preferem desnudar a terra, derrubando a mata, para movimentarem suas energias, utilizando-se da energia calorífera! Daquelas cascatas e cataratas sobraria eletricidade para como luz ou como força, realizar a metamorfose da lendária e formosa região. Não faltariam lâmpadas para iluminar as cidades, vilas, aldeias, povoados e casas isoladas de caboclos em plena jungla ou na amplidão dos campos. Jamais escassearia força para movimentar os engenhos de preparar erva-mate, as serrarias passariam a

beneficiar a madeira para economizar os transportes e as estradas de ferro que levariam seus trilhos de aço à todas as direções daquela terra tão prodigalizada por Deus e tão desprezada pelos homens. (ÁLBUM, 1944, p.54).

Para Arruda (2008), a inserção do homem no ambiente natural acaba por transformá-lo, com os rios isso não é diferente. O autor nos fala que os rios sempre foram usados como elementos de marcação de fronteiras, estradas, ferrovias, assim como a produção de energia elétrica através das hidrelétricas.

O autor comenta sobre a inauguração da primeira hidrelétrica do Paraná, na cidade de São José dos Pinhais em 1931, segundo ele, a partir de então deu-se início a chamada era das barragens no estado. Até o início dos anos trinta a utilização dos cursos de água para a construção de hidrelétricas tinha sido insignificante. No início dos anos quarenta, iniciou-se um plano de desenvolvimento nessa área.

em 1942, o interventor Manoel Ribas informava no seu relatório a Getúlio Vargas que o “aproveitamento da energia hidráulica”, apesar da existência de um contrato com a Companhia Força e Luz do Paraná desde 1928, “(...) só foi levada a efeito a construção de uma usina, a de “Chaminé”, com aproveitamento das águas do rio São João, no Município de São José dos Pinhais”. Portanto, a apropriação dos rios para a produção de energia elétrica ainda era uma atividade privada. (ARRUDA, 2008, p. 169).

A seguir no texto, o autor apela para o potencial turístico da região, com o subtítulo “Terras de encantamentos”. Discute-se não somente a questão das quedas d’água que chamam a atenção de turistas bem como da mata fechada, porém, atenta-se sobre a falta de condições de recebimento desse contingente turístico, pois faltavam estradas, infraestrutura e hotéis que pudessem trazer segurança e conforto para o lazer.

Para Hammerl (2013) a criação do Departamento de Turismo em 1938 ocorreu por insistência da filha e secretária de Getúlio Vargas, Alzira Vargas, que tendo visitado a cidade de Poços de Caldas, pode ao conversar com o prefeito da mesma, constatar o grande nicho econômico/rentável o qual o turismo de belezas naturais poderia trazer ao Brasil, e que até aquele momento era desprezado.

O DIP ficou responsável pela propaganda externa e interna estimulando o turismo, unificando as empresas de transporte, fiscalizando agências de turismo.

acrescentando-se a todas essas funções de organização e fiscalização, a Divisão de Turismo também dava “incentivo à construção de hotéis, abrindo financiamento através do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes no valor de 30 mil contos”(AMARAL, 2002, s.n). Analisando as funções atribuídas à Divisão de Turismo do DIP, nota-se que as mesmas

são muito similares às funções do Instituto Brasileiro de Turismo, criado anos mais tarde. (HAMMERL, 2013, p. 11).

Segundo a publicação, Manoel Ribas percebeu a deficiência na infraestrutura turística e mesmo com poucos recursos no início de seu governo teria conseguido abrir e manter transitável uma estrada que levava até Foz do Iguaçu, cidade que também promoveu a construção de um hotel para acomodar os turistas que lá chegaram. Essa ação também era considerada uma maneira de efetivar a fronteira, e como cita o trecho representado “tornar o Brasil mais brasileiro”, ou seja, buscava promover mais a inserção do cidadão brasileiro a região expulsando os estrangeiros que lá residiam. “O Ribas lega uma grande obra ao Paraná e uma grande lição ao Brasil”, segundo Vargas.

foi ainda o Interventor Manoel Ribas o único homem de governo da terra de Rocha Pombo que olhou este panorama e o assistiu com minguados recursos que o tesouro oferecia, nos primeiros anos de sua administração, olhando com penetração a situação política e os valores econômicos, tornou transitável um mau caminho de tropeiros, permitindo alcançar-se no conforto do automóvel, o encantamento de Foz do Iguaçu. A cidadezinha nascente, deu edifícios públicos, escolas e um hotel capaz. Chamava, com o seu esforço, as atenções para um sério problema nacional que o Presidente Vargas solucionaria, traçando limites um território novo, que fará maior o Paraná, mais rico o país e melhor definida a nossa fronteira e mais brasileiro o Brasil. (ÁLBUM, 1944, p. 55).

Na sua viagem, o presidente, segundo o *Álbum* teria estudado a abertura imediata da construção de estradas, Vargas teria dito que deveriam se buscar novos modos de se concluir as estradas que o Exército teria construído de maneira silenciosa, ressaltando que o mesmo não havia buscado honras e méritos por ser trabalho. No trecho citado, o autor volta a falar sobre a influência estrangeira na região, que estaria já de antemão se aproveitando das riquezas do estado, o autor usa o termo alienígena para designar os estrangeiros.

como o Interventor Ribas viu, certificou-se o presidente de que para abrir-se as portas do tesouro do oeste-paranaense, as palavras cabalísticas de Ali Babá são: aproveitamento da energia hidráulica e as vias de comunicações. O tesouro já está aguçando a cobiça dos aventureiros alienígenas, é mister uma ação nossa decidida e rápida, ao mesmo tempo, monumental, porquanto, para grandes males, grandes remédios. (ÁLBUM, 1944, p. 56).

Para a publicação o presidente teria concluído que havia muitas riquezas no Paraná a serem exploradas, porém, havia também a necessidade de implantar uma rede viária realmente eficiente e assim como promover a produção de energia via hidráulica, essas melhorias levariam um contingente populacional para as regiões ainda com população rarefeita.

Ao citar as florestas paranaenses, a publicação usa da expressão “floresta imponente”, nesse trecho o autor comenta a exuberância das florestas nativas do Paraná, nela cita as madeiras naturais da região consideradas nobres, como cedro, embuia, canela, assim como a erva mate. Indo de encontro ao incentivo prestado ao potencial turístico do Paraná, ressalta que somente nessa região do país é possível ver florestas inteiras do pinheiro araucária, podendo ser facilmente retiradas para venda.

Naquele período toda floresta era vista como rentável e deveria ser derrubada e vendida, nesse momento não havia questionamento acerca da preservação ambiental por parte do governo. No próprio texto é falado sobre a tentativa de criação de parques florestais os quais o governo de Ribas proibiu com o aval de Vargas.

a floresta se apresenta em andares. Em cima a araucária brasilienses, a imbuia, a peroba, o cedro, a massaranduba, de porte gigantesco. Logo abaixo a erva mate a canela e algumas louríneas e mirtáceas. Próximas ao solo, sombreadas pelos andares superiores, vivem as gramíneas. Enleando o conjunto, como uma defesa contra o homem e o machado, avultam os cipós, as lianas e as trepadeiras. (ÁLBUM, 1944, p. 58).

Trecho onde é comentado sobre a não preservação florestal,

aliás, em certas medidas de defesa das vastas glebas cobiçadas pela ambição de grileiros, na criação de parques florestais, nas exigências de reflorestamento e nas restrições aos processos empíricos do aproveitamento das madeiras, mostra o interventor Manoel Ribas os seus propósitos e os seus projetos. Tudo isso que se chamam violências de governo desmandado, teve a aprovação do presidente Vargas e tem aplauso do país. (ÁLBUM, 1944, p.58).

No trecho citado, lê-se que Ribas tinha projetos que incluíam o aproveitamento da madeira, e aquilo que muitos chamavam de violência havia sido permitido pelo presidente Vargas. Segundo Ostos (2012) o governo Vargas oscilava entre a exploração dos recursos naturais assim como também colocava no papel várias ações de preservação, até muito avançadas para o período, leis estas presentes tanto na Constituição de 1934 como na de 1937.

o governo Vargas tratou de regulamentar, ao máximo, todas as questões relativas à exploração dos recursos naturais, promulgando diversos Códigos, como o Florestal e o de Minas. Nesses dispositivos legais procurou-se chegar a um acordo entre os principais grupos sociais que possuíam pontos de vista diversos sobre a utilização da natureza, contemplando tanto medidas de proteção, bastante avançadas e, no papel, rigorosas, como também de incentivo à exploração dos recursos. A participação desses diferentes segmentos sociais no aparelho burocrático do Estado, alguns com formação mais científica e vinculados a institutos de pesquisa, outros adeptos de uma abordagem predominantemente técnica, voltada para o manejo das

atividades produtivas, além daqueles diretamente vinculados aos interesses empresariais, resultou na criação de projetos, e medidas oficiais, de todo tipo, que ora garantiam a salvaguarda da natureza, ora privilegiavam o aproveitamento intensivo de suas riquezas.(OSTOS, 2012, p. 594).

Além disso, a partir do ano de 1934, houve início de estudos voltados para a criação de Parques Nacionais, para a proteção de florestas, monumentos naturais, virgens ou não. Ainda segundo Ostos (2012), durante o Estado Novo foram criados três Parques Nacionais.

Ainda sobre a (re) ocupação do oeste paranaense, temos o subtítulo “O que o presidente viu olhando para o oeste”. Segundo a publicação, Getúlio Vargas teria percebido o potencial da região oeste paranaense através de suas terras férteis além das suas várias formas de extração da matéria prima, o que deixou o presidente preocupado foi a ocupação irrisória das terras, quase não havia pessoas morando naquela região bem como não havia cidades se desenvolvendo.

A publicação cita a lenda do guerreiro indígena Guairacá³⁵ que dizia que aquela terra tinha dono, faz se a comparação da lenda indígena com a ação dos bandeirantes no século XVII, onde usando da violência sem precedentes conquistaram muitos territórios para o Brasil que antes eram dos espanhóis com a região das águas do Paraná.

3.3 A OCUPAÇÃO INDO-EUROPEIA: EUGENIA COMO PROJETO DE ESTADO

No período uma das maiores preocupações do governo era a falta da colonização em determinadas regiões do estado paranaense. O momento segundo a publicação era oportuno para aproveitar se das populações que fugiam da Europa destroçada pela guerra, o texto cita que não era o desejo do país se aproveitar do sofrimento alheio, mas seria como juntar a necessidade com a ocasião. “E, nesse momento, façamos ótima escolha, sem tripudiar sobre a desgraça de ninguém, procedendo na conformidade da diretriz de servir exclusivamente o Brasil”. (ÁLBUM, 1944, p. 56).

³⁵ Guairacá, cuja terminologia significa Lobo dos Campos e das águas, era o cacique intrépido, o defensor formidável da sua raça e da sua terra, que se estendia do Paranapanema ao baixo do Iguaçu e do Vale do Tibagi à margem oriental do Paraná. Todas as expedições que visavam à conquista dessa imensurável região se defrontaram com o valor guerreiro de Guairacá, com seus cem mil arcos vencedores. O cacique sucedeu-se no comando dos povos de cem tribos e de outros tantos cacicados, Por muitos anos, o nome de Guairacá, abreviado para Guairá pelos castelhanos e portugueses, foi o nome da região de seu famoso domínio sem contraste e também o nome e flâmula de guerra e de defesa hercúlea. Guairacá impediu que sua terra e sua gente fossem dominadas pelos estrangeiros. Ele é o exemplo que se levanta, aos primeiros clarões de nossa história, decidido e sublime na defesa da pátria. Disponível em <http://cidadesdoparana.blogspot.com.br/2009/10/estatua-do-indio-guairaca-guarapuava.html>

Nesse momento da discussão textual, surge o conceito de eugenia, segundo o texto da publicação, as raças que deveriam ser cogitadas para a colonização das regiões ainda inóspitas do Brasil, deveriam ser ricas em traços eugênicos. Nesse caso citam os indo-europeus como o povo preferencial e o único de interesse em se trazer para o Brasil, a publicação sugere que estes povos detinham uma riqueza cultural proveniente de seus elementos eugênicos, que poderiam favorecer a economia social.

para nós portanto, que pelo fato mesmo de termos uma formação em que predominam dois sangues inferiores (o negro e o índio), somos um povo de eugenismo pouco elevado, o grande problema é a eugênização intensiva da nossa composição étnica. Tudo quanto fizemos em sentido contrário a essa eugênização é obra criminoso e impatriótica. (ÁLBUM, 1944, p. 56).

O *Álbum* traz à tona a discussão eugênica buscando incentivar a formação social do estado paranaense de acordo com o que era discutido na época em meios científicos, na busca da formação de uma nação com homens e mulheres que não trariam cargas genéticas consideradas degeneradas, ou que desenvolvessem doenças hereditárias. Acreditava-se no período que as raças superiores seriam as arianas, ou europeias, o que fugia completamente ao povo miscigenado encontrado no Brasil. Diante disso como comenta Janz (2013), criaram-se políticas públicas que buscavam promover o melhoramento genético do povo brasileiro.

O conceito de eugenia segundo Stancik (2006), teria surgido de estudos produzidos por Francis Galton, inspirados na teoria de Charles Darwin, então seu primo. Seus estudos deram origem a uma teoria que buscava a regeneração racial do homem, que ficou conhecida como eugenia.

esses mecanismos se resumiriam na eugenia, um conjunto de leis e métodos estatísticos que favoreceriam a reprodução dos melhores indivíduos – uma seleta elite eugênica -, impedindo ainda a reprodução dos representantes das raças inferiores, ou menos aptos. Tais indivíduos superiores, os quais se acreditava dotados de superiores qualidades, seriam os únicos aptos a construir sociedades verdadeiramente civilizadas e a realizarem os mais altos objetivos imagináveis para o gênero humano. (STANCIK, 2006, p. 249).

Ainda segundo o autor, buscava-se através desse mecanismo reverter uma situação criada pelas sociedades civilizadas, que teria acabado por permitir a sobrevivência de indivíduos menos aptos a sobrevivência e que teriam sido eliminados naturalmente em outra situação. Na teoria eugênica, o ser humano não herdaria geneticamente somente aspectos físicos, mas também, características emocionais, de caráter e intelectuais.

No início do século XX, segundo Stancik (2006), Galton teria chegado à conclusão que suas suposições haviam ido longe demais, e que seria inimaginável o Estado controlar as relações interpessoais a fim de criar uma sociedade superior seguindo os moldes da eugenia. Mas como salienta o autor, as ideias lançadas por Galton se espalharam mundo afora, chegando inclusive a terras brasileiras, como podemos constatar estampada nas páginas do Álbum em questão, ao propor que o povo brasileiro era considerado inferior por ser formado principalmente por sangue negro e indígena, dessa maneira segundo a publicação, era dever do Estado, buscar conter a miscigenação do povo brasileiro.

Segundo Stancik (2006) os intelectuais, médicos e cientistas brasileiros não apenas importaram as ideias de Galton, mas buscaram aplicar e divulgar as ideias eugênicas. Os discursos eugênicos pretendiam enfatizar sua importância diante do destino da humanidade, e até mesmo da espécie humana, dependendo da aplicação do modelo eugenista dependeria o sucesso ou a decadência de uma determinada sociedade.

Na busca do melhoramento étnico da sociedade brasileira, as ações de incentivo a imigração surgiram como uma solução. O texto da publicação comenta sobre a situação dos primeiros imigrantes vindos para o Brasil ainda no final do século XIX, os quais relataram muito sofrimento nos trabalhos pesados e mal remunerados na substituição da mão de obra escrava, segundo o texto, dessa vez os imigrantes encontrariam não mais um hinterland³⁶ e sim regiões já previamente exploradas, com estradas e maiores facilidades que seus antecessores haviam encontrado.

No estado do Paraná, segundo Janz (2013), a política eugenista foi imposta a partir da exigência dos exames pré-nupciais, do processo de higienização, e da educação, buscando segundo os médicos do período melhorar o cidadão paranaense. No estado do Paraná, um dos nomes mais expressivos no estudo e divulgação das pesquisas em eugenia foi o médico Milton de Macedo Munhoz, o qual teve sua formação na cidade do Rio de Janeiro, que no período era voltada a formação de seus médicos a fim de erradicar doenças epidêmicas que assolavam o Brasil.

Ainda segundo Janz (2013), a eugenia era tratada como medida de higiene, onde as populações negras e pobres estavam associadas às epidemias, diante disso muitos médicos acreditavam que o simples convívio com outras raças pudesse transmitir doenças. Dessa maneira o autor salienta que,

³⁶ A palavra em alemão significa interior ou sertão. Disponível http://michaelis.uol.com.br/escolar/alemao/definicao/alemao-portugues/hinterland_46045.html

assim sendo, era necessário orientar a população com um saber superior, mantendo sua saúde e atingindo o aperfeiçoamento da raça. Para Milton, os “conselhos” da medicina deveriam ser seguidos desde a infância no intuito de impedir a propagação de patologias, contribuindo, dessa forma, para a constituição de uma população regenerada. (JANZ, 2013, p.291).

Para Janz (2013), Munhoz associou a higiene social à eugenia, essa visão foi muito usada no Brasil onde a tentativa do melhorando de raças veio atrás do higienismo, onde deveriam se combater o nascimento de crianças com anormalidades na busca de uma sociedade totalmente regenerada. O autor ainda destaca que o médico paranaense no início dos anos 1930, teve ideias eugenistas inspiradas nas práticas ocorridas nos Estados Unidos, onde defendia se a esterilização compulsória, Munhoz julgava essa pratica algo realmente efetivo no melhoramento das raças.

Naquele período, outro médico brasileiro chamado Renato Kehl, considerado um dos maiores nomes do país quando o assunto era eugenia, havia trazido consigo ideias também radicais de higienização social, vindas da Alemanha, país que ele havia visitado ainda no final dos anos 1920. Algumas dessas ideias de Kehl inspiraram o médico paranaense que o citou em seus escritos e falas, Janz (2013), comenta que para Kehl os fatores disgênicos eram hereditários e com isso transmitiriam aos descendentes, doenças como, alcoolismo, doenças venéreas, loucura.

No estado paranaense, portanto, a medicina eugênica buscou através dos chamados exames pré-nupciais, promover o melhoramento das raças, como cita Janz,

Baseando-se, sobretudo na possibilidade da transmissão maléfica de características hereditárias, a intervenção no casamento por meio do exame pré-nupcial passou a ser uma das bandeiras da eugenia no país. No Paraná, Munhoz atrelaria os problemas sociais à hereditariedade e embasaria suas explicações no conhecimento popular: “À observação popular não passou despercebida a hereditariedade que tem dado motivo, em todos os tempos, para provérbios mais ou menos pitorescos: filho de peixe, peixinho é [...]” (JANZ, 2013, p.300).

Dessa maneira, os exames anteriores aos casamentos funcionariam como uma espécie de peneira e dessa forma poderiam segregar indivíduos portadores de alguma patologia. Nesse momento da história do Brasil, os problemas sociais ainda continuavam assolando a população, e desse modo a eugenia encontrou espaço dentro do processo de higienização.

3.4 “UNIDADE E CONFIANÇA: MANOEL RIBAS UM VALOR PARANAENSE”

A publicação retrata em vários pontos de seu texto a política estadonovista em prol do sentido de nação e união dos estados brasileiros. Ao tratar do estado do Paraná, o *Álbum* traz em seu discurso uma visão sempre positiva e engrandecedora das políticas do governo estadual e federal aplicadas no estado, sempre exaltando a figura de Manoel Ribas e Getúlio Vargas, como tendo sido os homens a colocar em prática ações que fizeram do Paraná um dos estados de maior crescimento econômico e social no período, segundo o discurso da publicação.

Como já mencionado nesse trabalho, o estado do Paraná nos anos de 1930, ainda detinha grande parte do seu território tomado por florestas, indígenas e colonos. Porém, para a efetivação das fronteiras, e o desenvolvimento da produção agrícola a fim de reverter mais lucros aos cofres do estado, que vinha de uma crise financeira pelo declínio da exploração da erva mate, muitas dessas terras foram dadas a empresas colonizadoras, que deveriam além de produzir riquezas, efetivar a colonização das regiões onde se instalavam.

é necessário destacar que, neste momento, a situação econômico financeira do estado do Paraná era de déficits crescentes e a postura do governo era a de que não se podiam fazer mais empréstimos externos para pagar os empréstimos antigos. O mate e a madeira, principais produtos de exportação paranaense encontram-se, neste momento em situações opostas: enquanto a exportação da madeira era crescente a do mate era declinante. (TOMAZI, 1997, p. 162).

Sobre as empresas colonizadoras o autor destaca,

as empresas colonizadoras poderiam comercializar livremente as terras, mas deveriam implantar um mínimo de infra-estrutura necessária à segurança e à prosperidade do loteamento. Elas teriam oito anos para a demarcação e o loteamento das terras. Se não fizessem isso, no prazo determinado, a área não colonizada voltaria ao domínio do estado do Paraná, sem ônus para o mesmo. (TOMAZI, 1997, p.163).

Dentro dos textos que compõe o *Álbum*, temos o intitulado “Obra simbólica do Brasil novo”, onde o discurso governista dá sua tônica em vários aspectos perpassando o crescimento do estado do Paraná. Nele exalta-se a visita do presidente que teria ficado impressionado com as mudanças que viu, mesmo estas segundo a publicação, tendo ocorrido em decorrência de seu governo.

O título do texto insere as palavras, “simbólica” e “novo”, dando a entender que o Paraná teria se tornado o modelo a ser seguido dentro da nação, no ideal de desenvolvimento do Estado Novo.

janeiro de 1944 assumiu assim a importância magna. Permitiu que o chefe da revolução vitoriosa e o povo que nela confiara, decisivamente, reajustassem seus sentimentos e renovassem o seu contacto de há catorze anos. Sobretudo a visita permitiu ao presidente Getúlio Vargas apreciar como no Paraná a revolução continua. Os princípios de recuperação história de 1930 animam, ainda hoje, a ação dos dirigentes da terra Paranaense. Normas inflexíveis de moralidade administrativa e correção pública, que o programa da Aliança Liberal prometeu ao povo brasileiro continuam a ser seguidas com a mesma fé de então, pelo governo estadual. Os princípios de progresso econômico e de reajustamento social com que o candidato acenou às massas sequiosas de justiça são, no Paraná, uma realidade de cada dia a cimentar o apoio que o povo dispensa à administração (ÁLBUM, 1944, p.34).

Nesse trecho do texto o Paraná é chamado de “Terra dos Pinheirais”, exaltando a participação daqueles que tiveram a oportunidade de participar da visita de Getúlio Vargas e puderam assim sentir a pujança e alegria das festividades daquele momento, que segundo a publicação, ficaram marcados não somente para a história do Paraná mais a de todo o Brasil diante da unidade nacional em que o povo se colocou.

Segundo a publicação a visita de Getúlio Vargas permitiu que ele pudesse ver que no Paraná a Revolução havia continuado trazendo transformações, fazendo alusão ao crescimento e mudanças ocorridas na região durante seu governo. O governo estadual teria dado continuidade às obras de moralidade política instaladas pela Revolução em 1930, também os princípios econômicos assim como os de ordem social indicadas pelo governo federal, ainda eram levadas à risca pelo governo do estado, no caso Manoel Ribas.

Ainda falando do crescimento do Paraná, durante o governo Vargas, a publicação traz a questão do trabalhador, tão exaltada na política varguista. Com o subtítulo “Um povo que trabalha” o texto fala do papel do povo paranaense no crescimento do estado, dado segundo o texto, através de seu trabalho.

O *Álbum* retrata o povo paranaense como um povo trabalhador e promotor das mudanças, mas ressalta que o trabalho particular é orientado pelo trabalho do estado, relegando o progresso da região a ação do governo. A publicação comenta que os paranaenses seriam um povo laborioso por natureza, e que estavam apenas esperando um governo que os orientasse para o trabalho.

Segundo o *Álbum*, a receita econômica do Estado teria crescido vertiginosamente,

não há como fugir a eloquência das cifras que nos mostram que a receita do Estado subiu de 24 milhões de cruzeiros em 1930, para mais de 115 milhões de cruzeiros, em 1943. Isto prova que pouco vale o esforço do particular se não tem para orientá-lo o administrador esclarecido e ativo que é a frente do governo, sabe como conduzir a gestão de negócios públicos de maneira a transformar seu afan em insuperável alavanca da riqueza coletiva (ÁLBUM, 1944, p. 35).

O *Álbum*, ao elogiar o trabalhador paranaense, bem como ao conceder o status de trabalhador nato, está reafirmando a política estanovista de exaltar a figura do trabalhador, porém, do trabalhador ordeiro. Segundo Gomes (1999), o trabalho dentro da ideologia do Estado Novo, seria a ponte para a saída da pobreza para a riqueza e os direitos de cidadão, portanto o estímulo e valorização do trabalho durante o governo Vargas foi tão enfatizado. A autora ainda sugere que essa política buscava formar na mentalidade do brasileiro, valores que somente o trabalho assalariado poderiam lhe atribuir, visto que o país havia tido séculos de escravidão que fizeram com que o trabalho não fosse associado à crescimento social e econômico.

o trabalho, desvinculado da situação de pobreza, seria o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania. A aprovação e a implementação de direitos sociais estariam, desta forma, no cerne de uma ampla política de revalorização do trabalho caracterizada como dimensão essencial de revalorização do homem. O trabalho passaria a ser um direito e um dever; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão. A complexidade dessa autêntica transformação de mentalidade — como os ideólogos do pós-30 a encaravam — talvez só possa ser razoavelmente dimensionada com o registro de que o Brasil foi uma sociedade escravista por quatro séculos, sendo o último país do mundo a realizar a abolição. Ou seja, a formulação liberal clássica que associa o ato de trabalhar com riqueza e cidadania sempre estivera ausente do país e produzir uma identidade social e política para o trabalhador era um esforço muito grande. (GOMES, 1999, p. 55).

Durante o Estado Novo, o trabalho ganhou um valor social, moral, onde o indivíduo sem trabalho era considerado marginalizado. A ascensão social relacionada ao trabalho inclusive estava ligada a questão geracional, segundo Gomes (1999), o futuro do homem estava ligado ao trabalho honesto, que não deveria ser visto de maneira negativa como um castigo, somente os homens alienados pensavam dessa maneira, o homem honesto deveria trabalhar em busca de deixar aos seus filhos mais do que havia herdado de seus pais.

Segundo Gomes (1999), o Estado Novo buscava valorizar o trabalho e, por conseguinte, o trabalhador num momento em que a força das máquinas começava a retirar do homem seus postos de trabalho, e por consequência colocar o operário em situação de exclusão. O discurso varguista buscava empreender na mentalidade do trabalhador, que sua

força de trabalho não servia e produzia somente para si próprio, mas sim, que servia à construção da pátria.

Ao falar sobre o avanço do Estado o *Álbum* relega o desenvolvimento a administração de Manoel Ribas, citado como um “valor brasileiro”, onde os interesses do Estado não suplantam o querer do governo federal. Segundo o *Álbum*, o seu governo esclarecido mostrava que os anseios do Brasil eram os dos paranaenses, visto que o presidente teria notado o surto de transformação do estado, “O interventor, Manoel Ribas, é, sem dúvida a legítima expressão da sua terra e da sua gente. Para ele o governo não é lugar de ostentação ou vaidade e sim posto de trabalho e dedicação” (ÁLBUM, 1944, p.35).

Para Albuquerque (1994), o interventor, teria aceitado o cargo de governante do Paraná, mesmo com o estado tendo poucas fontes de renda capazes de financiarem grandes mudanças. O autor ainda frisa que o interventor sempre foi muito enérgico, rude, porém, justo, como seu biógrafo, Albuquerque (1994), transparece em seu texto grande tendência a mostrar uma imagem sempre positiva de Manoel Ribas, assim como o *Álbum* o faz, mesmo suas atitudes que soaram no período extravagantes e até violentas, passam a ser minimizadas pelo autor, como o grande corte de pessoal do funcionalismo público paranaense, o qual segundo Albuquerque teria lhe rendido o apelido de “maneco facão”.

simples e por vezes rude, mas sem a malícia de um político profissional, suas atitudes se apresentavam sempre com esse vigor claramente demonstrado por uma fisionomia que impunha, de imediato, um respeito evidente. Não ria sem motivos e quando o fazia, era um sóbrio e comido. (ALBUQUERQUE, 1994, p.53).

O texto segue com elogios sobre a personalidade do povo paranaense, tais como, modéstia, tenacidade, ousadia no empreender, estes adjetivos todos podiam ser vistos e personificados na figura do interventor. Essas virtudes teriam sido inerentes a permanência do mesmo no poder, fazendo com que o povo paranaense fizesse sua parte na estruturação do Brasil. “A frente do governo do Paraná, Manoel Ribas é, acima de tudo, um paranaense que sabe como trabalhar para que os paranaenses cumpram dignamente a parte que lhes cabe na estruturação da nacionalidade” (ÁLBUM, 1944, p.35).

O texto do *Álbum* ainda ressalta que Getúlio Vargas sabia já de antemão à sua visita os feitos de Manoel Ribas no estado paranaense, ainda segundo a publicação, Vargas detinha uma aguçada percepção sobre como seguiam os trabalhos de seus governantes, e Manoel Ribas estando integrado aos desejos do povo obteve tais resultados. A visita do presidente ao

Estado teria sido, portanto uma oportunidade para que o presidente pudesse avaliar de perto a visão do povo paranaense acerca do seu governo.

O texto ao se referir a “Integração e Adesão Popular” fala sobre a facilidade com que o povo paranaense tem em se relacionar com o interventor do estado, e assim como o presidente o interventor também era aclamado pelo povo. A publicação cita o desfile cívico feito em Curitiba na data da visita do presidente Vargas, onde a imagem de Manoel Ribas em meio à multidão era tão exaltada quanto à de Getúlio Vargas pelos paranaenses. O texto sugere que durante a visita presidencial, Manoel Ribas era sempre questionado pela população sobre assuntos administrativos, o que demonstrou que no Paraná, o povo não precisava de intermediários para tratar com seu governo.

Ao comentar sobre as realizações políticas administrativas no estado, em “Panorama de Realizações” a publicação nos fala que decorrente do entendimento entre governo estadual e federal o estado pôde apresentar tamanho crescimento. Getúlio Vargas teria visto uma agricultura moderna com variedade de produção, assim como a pecuária, além da instalação e desenvolvimento industrial. Em todos esses casos, ressaltava-se a participação do governo quando não estadual, o federal em auxílio da produção, ao terminar esse tópico a publicação ainda salienta que todas essas mudanças só puderam ser feitas graças ao temperamento do interventor Manoel Ribas, o qual fez do Estado do Paraná um exemplo para o Brasil.

dessa forma o presidente Vargas, descobriu no Paraná os benefícios sem conta que a nova estrutura da administração propiciada pelo Estado Nacional só dar na prática, quando em atividades por homens do governo da têmpera do Interventor Manoel Ribas. Nem um só dos postulados essenciais do Brasil Novo está ausente do Paraná dos nossos dias. Dos setores da produção às atividades de ensino, passando pelas manifestações artísticas e pelos empreendimentos culturais, por toda a parte, os paranaenses realizam, nos dias de hoje, um trabalho admirável. Dinâmicos e empreendedores, levantam no seu Estado uma civilização que, repetimos, bem merece ser apontada como espelho do Brasil atual (ÁLBUM, 1944, p. 36).

Nesse sentido, o Paraná teria se tornado, segundo a publicação, o exemplo de política bem feita aos moldes do Estado Novo. Onde todas as tarefas ordenadas pelo presidente eram bem executadas, levando a população à um caráter civilizatório que o Brasil daquele período buscava.

3.5 DO JOVEM ESTUDANTE AO TRABALHADOR OBEDIENTE: ESTADO NOVO UM PROJETO DE DOUTRINAÇÃO

A publicação retrata diversos aspectos considerados bandeiras do Estado Novo, como desenvolvimento, progresso, educação e o trabalhador. Ao continuarmos a análise da fonte

voltados principalmente ao estado paranaense, nos deparamos com os temas educação e trabalhadores, ao termos retratadas imagens de alunos e trabalhadores no interior do Paraná.

Para a discussão desses temas iniciamos a análise do subtítulo “Nem rivalidades nem Preconceitos”, onde o *Álbum* cita que no Paraná não existiriam problemas sem solução. Os trabalhadores agiriam de maneira harmônica, assim como as diversas nacionalidades que compuseram o estado teriam se fundido em amor a terra de onde teriam vindo ou onde se estabeleceram, os industriais teriam se entrosado com os homens da agricultura, e os agricultores por sua vez com o solo. O texto volta a comentar sobre a variedade de etnias a comporem o estado, novamente evidenciando que isso não seria um problema, a seguir,

as próprias minorias raciais que, em determinado momento, assumiram tão perigosa atualidade no Brasil, ao influxo do imperialismo totalitário, então no Paraná, integrados de maneira exemplar, na comunhão nacional. Quer na parada trabalhista de Curitiba, quer no desfile militar de Ponta Grossa, o presidente Vargas sentiu a integração nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros que, orgulhosamente desfilaram em continência ao Chefe do governo e da Pátria (ÁLBUM, 1944, p.37).

A publicação frisa que o presidente Vargas, pode em sua visita presenciar a integração dos povos estrangeiros radicados no Brasil, a exemplo de alemães, ucranianos, poloneses, italiano, através dos desfiles cívicos promovidos em razão de sua visita, tanto na cidade de Curitiba como em Ponta Grossa. O texto sobreleva que razões como a integração da população, a aptidão para o trabalho, a grande riqueza de matérias primas a serem exploradas no estado do Paraná, fizeram com que o mesmo tivesse um desenvolvimento não visto antes em sua história.

na base dessa vontade coletiva de trabalhar, sem rivalidades e preconceitos, o Paraná vive hoje um ciclo econômico insuperado em toda a sua história. Agricultura e pecuária avançam, seguramente, pelos caminhos da racionalização dos métodos culturais, a mineração toma insuspeitado impulso, ao arrancar das entranhas da terra minérios em quantidades crescentes, a indústria, surgindo com características próprias, algumas até singulares no Brasil, abre ao Paraná, tão bem dotado para o aproveitamento das suas matérias primas, novos e futuros campos de atividades (ÁLBUM, 1944, p. 37).

A unidade nacional pregada pela política do Estado Novo teve no Paraná seus traços reforçados como podemos observar até então no sentido de reocupar o território, assegurar as áreas de fronteira, e integrar a população estrangeira aos costumes brasileiros, evitando assim comportamentos desaprovados pelo governo federal. Na imagem 18, analisada nesse capítulo, temos uma fileira de moças à espera de Getúlio Vargas, algumas trazem consigo bandeiras, outras veem de bicicleta.

Figura 18 MOÇAS CARREGAM ESTANDARTES E BICICLETAS ORNAMENTADAS DURANTE A VISITA DE GETÚLIO VARGAS



Nos mais longínquos rincões paranaenses, recebe-se com alegria o Snr. Getúlio Vargas.

(ÁLBUM, 1944, p.64)

Pode se notar que todas estão vestidas de maneira formal, e tem a expressão de seriedade e ordenamento. Segundo a legenda, “Nos mais longínquos rincões paranaenses, recebe-se com alegria o Snr. Getúlio Vargas”, o texto procura induzir o leitor a crer que a figura do presidente esteve em locais onde poucos homens e mulheres já haviam estado. O *Álbum* não traz informação acerca da localização das moças, mas percebe-se que elas estão posicionadas em campo aberto, dando a entender de tratar-se de uma região do interior do estado.

A seguir na imagem 19, temos novamente moças a receberem Getúlio Vargas, nesse momento a fotografia nos permite ver um jovem menino em meio as moças. Todas esboçam grande entusiasmo ao ouvirem a fala de Vargas direcionada a elas naquele instante. Ve-se pela imagem que havia uma grande quantidade de jovens naquele ambiente.

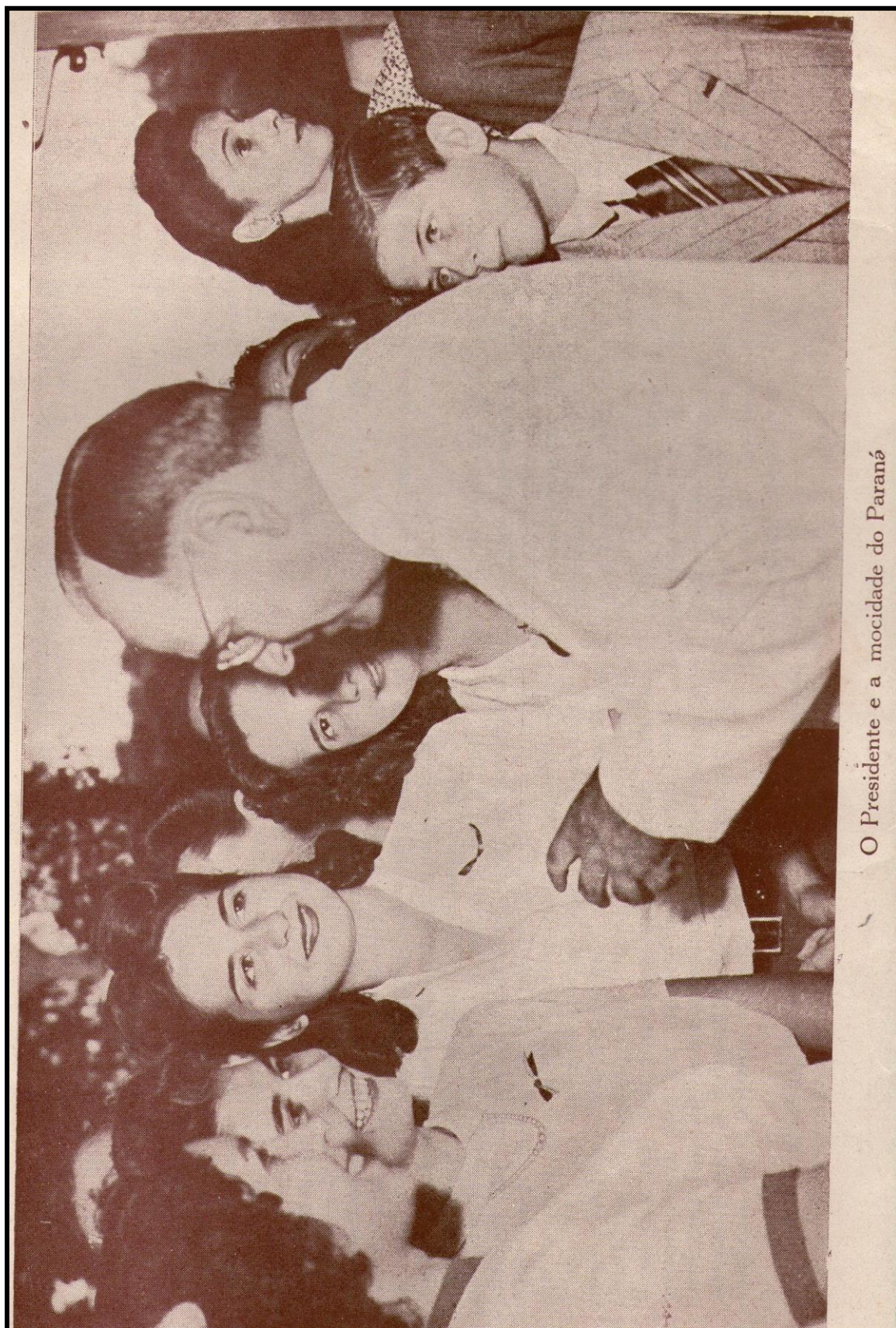
O Estado Novo, segundo Gomes (1999) ao dar ênfase numa política de proteção da família e do trabalhador, não poderia deixar de lado a educação, pois através dela efetivamente poderia ocorrer mudanças no povo. Nesse período o governo fixou os postulados que iriam nortear a educação do brasileiro como, o culto a nacionalidade, disciplina, moral e o apreço ao trabalho.

“A Escola Brasileira Nacionalizadora, adaptando-se às necessidades decorrentes da época e respeitando os princípios fundamentais do Estado Nacional, tornou-se a Escola do Trabalho, da iniciativa e da fortaleza moral. Ela não só adentra a mão do futuro operário, como lhe educa o cérebro e fortalece o corpo (...). O trabalho na escola brasileira constitui um verdadeiro sistema pedagógico (...)”. (GOMES, 1999, p.63).

Na prática o ideal de trabalho, passou a ser disseminado através da pedagogia de que se fazendo aprende-se, aplicada principalmente nas escolas técnicas que passaram a ser disseminadas nesse período. Na década de 1940, segundo Gomes (1999) houve uma grande mudança no Ministério da Educação e Saúde, com a implementação do ensino secundário ao mesmo tempo em que nasce o Serviço Nacional de Ensino Industrial (SENAI), através do Ministro da Indústria e Comércio Alexandre Marcondes Filho.

Na imagem de número 20, Getúlio Vargas surge em meio os jovens estudantes. O presidente se mostra de maneira mais simples, sem chapéu e ostenta um sorriso no rosto, as crianças estão todas uniformizadas com jalecos brancos. Ao lado direito vê-se a figura de uma mulher, provável professora dos jovens. Ao fundo os militares são representados pelos quepes que se sobressaem em meio aos alunos.

Figura 19 JOVENS RECEBEM GETÚLIO VARGAS



O Presidente e a mocidade do Paraná

(ÁLBUM, 1944, p.65)

Figura 20 GETÚLIO VARGAS E ALUNOS DA FAZENDA MONTE ALEGRE



O Presidente Getúlio Vargas entre os escolares da Fazenda Monte Alegre.

(ÁLBUM, 1944, p.51)

Mesmo com a valorização do ensino voltado ao trabalho, o Estado Novo também se preocupou principalmente com as manifestações culturais expressas pelo povo, como as festividades folclóricas (ou não) e a música popular. Gomes (1999) cita o caso do samba, que no período varguista costumava criticar o trabalho e exaltar a figura do malandro, a partir da censura feita pelo DIP, bem com as mudanças relacionadas ao trabalhador urbano, até mesmo as letras musicais passaram a exaltar o trabalho e o operário urbano.

no Estado Novo, uma política de valorização do trabalho era, sobretudo, uma política de valorização do esforço humano, considerado a base e o fundamento de toda a riqueza social. Uma política de valorização do trabalho estaria, portanto, centrada na idéia de que a pobreza era um mal a ser evitado e que a riqueza era um bem comum, isto é, a riqueza devia ter uma função social à qual se subordinariam os interesses particulares dos indivíduos e dos grupos. (GOMES, 1999, p. 66).

Também para Capelato (1997), o governo Vargas continuava pregando que o maior problema do país ainda era o da educação. Segundo a autora, para Vargas a simples destruição do analfabetismo não seria suficiente para acabar com a ignorância do povo, pois essa ignorância era um atraso para o desenvolvimento da nação e o ensino seria a salvação pública. “Com instrumentos próprios de educação extra-escolar, hoje tão diferentes – cinema, teatro, desportos -, será possível levar a todas as populações do Brasil o culto da Pátria e das suas tradições gloriosas” (10 nov. 1938) (CAPELATO, 1997, p.230).

A política educacional do regime Vargas, era implementada principalmente nos materiais didáticos, onde a ideologia de progresso buscava moldar os indivíduos como cidadãos dentro do ideal estadonovista. Para Capelato (1997), o principal meio de doutrinação ocorria dentro da disciplina de História do Brasil, onde conteúdos ligados a civismo eram transmitidos, porém, outras áreas do conhecimento buscaram levar os jovens a serem integrados no ideal patriótico, como as atividades culturais e esportivas.

No período, segundo Capelato (1997), foram realizadas conferências onde o tema principal era a discussão da “unidade nacional”, buscava-se através dessa ênfase criar uma nova identidade nacional. A educação brasileira naquele momento também não usufruía do uso de livros didáticos no ambiente escolar, “...Proibia-se o livro didático que inspirasse o sentimento de superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país com relação as demais...” (CAPELATO, 1997, p. 233).

O livro didático deveria atender aos interesses do Estado na busca da unidade nacional. Segundo Capelato (1997) incluía -se o sentimento de civismo, também eram

vedados textos que expressassem culturas regionais, incitações de ódio a determinadas raças, assim como o questionamento da luta de classes.

na construção de uma moral nacional associada a uma memória histórica, eram negados, enfaticamente, o regionalismo, o ateísmo, os conflitos sociais e outras ideias consideradas prejudiciais. As medidas pretendiam controlar não só o passado, indicando como ele deveria ser representado, mas também o futuro, ao proibir qualquer afirmação ou sugestão que induzisse ao pessimismo, ao contrário, era esperado que se estimulasse o otimismo nos dias vindouros. (CAPELATO, 1997, p. 233).

O ensino de História tinha a função de criar nos jovens o conhecimento das tradições do país. Para Capelato (1997) a intenção era trazer aos alunos o sentimento de patriotismo, o apelo sentimental buscava neutralizar os conflitos. Essa política educacional buscava formar uma sociedade que reagiria contra qualquer doutrina internacional em detrimento do patriotismo, Capelato (1997) cita o comunismo e o nazismo como ideias internacionais que buscavam ser erradicadas do país. “O discurso estadonovista atribuía especial importância à questão nacional. O conceito de nação que prevaleceu no Estado Novo aproximava-se do modelo romântico com ênfase na ideia de comunidade”. (CAPELATO, 1997, p.234).

Dando andamento na análise textual do *Álbum* em paralelo a presença dos estudantes temos a discussão sobre o crescimento industrial do estado comentado segundo a publicação. Para essa discussão o *Álbum* traz trecho de uma entrevista concedida pelo Capitão Fernando Flores, com o título “Ecos da viagem do presidente ao Paraná: Fala ao “Estado de São Paulo”, o cap. Fernando Flores³⁷. Satisfeito o senhor Getúlio Vargas ao presenciar o surto de industrialização do Paraná”. A publicação usa um trecho do texto publicado no jornal onde o Capitão Fernando Flores, Secretário de Justiça e Segurança do Paraná, fala sobre as impressões do presidente durante sua visita.

Rio 29 de fevereiro _ (Estado) Via Vasp)_Para se tratar de interesses pessoais e de assuntos ligados à administração paranaense, está no Rio, o Capitão Fernando Flores, Secretário de Justiça e Segurança do Estado do Paraná. É um dos mais antigos e mais constantes colaboradores do Interventor Manoel Ribas, tendo-lhe cabido destacada ação no esforço da nacionalização dos velhos isolados núcleos coloniais, que cresciam como perigosos quistos, no quase inacessível hinterland da Terra dos Pinheirais. Hoje é bem brasileiro, nas aspirações e nos sentimentos, o Paraná renascido _o Paraná de Getúlio Vargas, como os paranaenses querem que se diga (ÁLBUM, 1944, p. 69).

³⁷ Durante a interventoria de Manoel Ribas (1937-1945), exerceu a chefia de polícia do Paraná de 1939 até 1941, quando foi designado secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública do mesmo estado. Participou do Conselho Censitário do Paraná no censo nacional realizado em 1940, e em abril de 1945 foi promovido a major. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/flores-fernando>

O texto informa que as notas publicadas foram colhidas diretamente do Cap. Fernando Flores, após sua visita ao DIP na cidade do Rio de Janeiro. Ao ser indagado sobre a visita do presidente ao Paraná, o secretário de justiça não mediu esforços para elogiar o presidente da república, assim como em seu depoimento, endossa a figura do trabalhador em harmonia com Getúlio Vargas.

referindo-se á visita do Presidente da República ao Paraná, assim se manifestou: “ Na manifestação dos operários o Chefe da Nação mandou que se quebrassem os cordões de isolamento para que o povo se aproximasse. O povo avançou com delírio, reclamando a palavra do Presidente, que se deixou tomar pelo comunicativo entusiasmo e de improviso falou de coração aberto ao homem da rua que o aclamava. O presidente levava na imaginação, retratado, certamente, o acampamento de guerra onde passou os primeiros dias incertos da arrancada de 1930. Encontrou agora, uma usina em plena produção. Observou o ambiente de trabalho e uma coordenação perfeita de esforços. Toda essa harmonia, decorrente da completa sincronização das atividades civis e militares do patrióticos entendimento entre a ação do governo civil e dos Chefes do Exército, produz no Paraná uma situação de ordem e equilíbrio e de eficiência econômica, que devemos considerar modelo e exemplo (ÁLBUM, 1944, p. 69).

O secretário também cita o trabalho de Manoel Ribas, assim como o papel dos Generais Heitor Borges e Agostinho dos Santos e demais oficiais do Exército, como protagonistas das mudanças no estado paranaense, e ainda credita os elogios que prestou ao governo, ao fato dele mesmo estar inserido em sua gestão. O capitão ainda frisa que talvez somente num futuro, poderia se ter a real dimensão das mudanças, visto que estando nela, a isenção ao falar do momento do Paraná, se tornava impossível.

O capitão continua sua fala e mais uma vez cita o trabalhador paranaense, onde segundo o próprio presidente teria dito na ocasião da visita, que se via homens trabalhando bem vestidos, não havia mocambos, nem pés no chão, demonstrando que o trabalhador no Paraná tinha uma boa qualidade de vida.

os seus olhos inquiridores não viram pés descalços, corpos mal cobertos e mocambos, pondo notas melancólicas na paisagem. O padrão de vida do proletário paranaense é dos mais altos do Brasil e o serviço de assistência social, dos mais perfeitos. (ÁLBUM, 1944, p. 69).

Segundo Araújo (2003), Getúlio Vargas a partir da propaganda política, da historiografia produzida acerca do Estado Novo, e também através de seu carisma, obteve o título de patrono da legislação social, como tendo sido o estadista a aprovar as leis do trabalhador.

há que lembrar que essas leis foram conseguidas graças, principalmente, aos esforços dos trabalhadores e da sociedade brasileira e não apenas ao pioneirismo do Estado. Nesse sentido, a ideia veiculada no Estado Novo de que a legislação trabalhista fora outorgada por um Estado protetor deixa de lado uma tradição organizativa e reivindicativa. E as razões para apagar essa memória eram políticas. (ARAÚJO, 2003, p. 03).

Como bandeira política no Estado Novo, o trabalhador teve diversas mudanças no seu dia a dia como ressalta Araújo (2003), sendo elas a carteira de trabalho, a fundação dos Institutos de Aposentaria e de Pensões, o salário mínimo, a própria CLT (Comissão de Leis do Trabalhador). Porém, a autora discute que esses benefícios eram dados somente aos trabalhadores urbanos-industriais.

o lado perverso desse modelo é que criou várias categorias de brasileiros, criou privilégios e exclusões, deixou intocada a questão da terra e dos direitos rurais. Deixou também uma ampla rede burocrática para gerenciar esses direitos trabalhistas, que acabou consumindo grande parte dos recursos que deveriam chegar às mãos dos trabalhadores. O lado positivo desse legado é ter dado ao trabalhador brasileiro uma perspectiva nova de valorização: passou a acreditar em direitos e em uma justiça que o protegesse. Não por acaso, também, a legislação social da era Vargas foi, entre toda a legislação brasileira, a que mais resistiu a mudanças. (ARAÚJO, 2003, p. 06-07).

Outra maneira que o Estado controlava o trabalhador era através dos sindicatos. Segundo Araújo (2003), a partir de 1930 ocorreu à criação do Ministério do Trabalho, onde a partir dele surgiram as leis e organização do trabalho no país. Nesse momento os sindicatos passam a ser parte do governo, estavam com isso proibida quaisquer manifestações políticas ideológicas.

Na imagem de número 21, podemos ver Getúlio Vargas muito próximo dos homens e mulheres que estava ali para prestigiar o presidente em detrimento de sua visita ao canteiro de obras da Klabin. Na imagem, podemos ver que crianças também estão presentes, alguns deles olham para a câmera, enquanto o homem olha diretamente o presidente que parece lhe dirigir a palavra.

Figura 21 GETÚLIO VARGAS E OS OPERÁRIOS



O Presidente em contacto com os operários

(ÁLBUM, 1944, p.49)

O governo nesse momento também proibiu que patrões não permitissem que seus funcionários se sindicalizassem, porém, o mesmo buscava expurgar todo e qualquer viés político principalmente de esquerda. Ainda segundo Araújo (2003), a área sindical foi onde o governo mais promoveu mudanças, não sem a resistência dos trabalhadores, apesar desses teriam sido reprimidos de forma violenta.

Os sindicatos sofreram diversas mudanças durante toda a década de trinta, porém, segundo Araújo (2003) a repressão à liberdade de organização dos trabalhadores aumentou depois da instauração do Estado Novo em 1937, a partir desse momento as greves passaram a ser proibidas, além de que o governo nesse momento passou a administrar as contas dos sindicatos, e até mesmo as eleições administrativas feitas em seu interior.

3.6 “O SURTO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO PARANÁ”

O Brasil sempre foi considerado como um país agrícola, devido ao seu histórico de produção na área. Porém, no final dos anos de 1920, mas precisamente com a crise de 1929, o país viu se numa situação difícil diante de sua condição de exportador de café. O ouro negro como era conhecido no período era de onde se retiravam os maiores lucros econômicos do país. Segundo Furtado (2003), várias medidas protecionistas foram estabelecidas a fim de salvar os produtores de café e todo o mercado que dele provinha.

Ainda para Furtado (2003), durante a crise o setor de exportação passou por dificuldades, o que por um lado resultou num aumento de produção interna, nesse momento esse setor se diversificou dando andamento no processo de industrialização do país.

o crescimento da procura de bens de capital, reflexo da expansão da produção para o mercado interno, e a forte elevação dos preços de importação desses bens, acarretada pela depreciação cambial, criaram condições propícias a instalação no país de uma indústria de bens de capital. (FURTADO, 2003, p. 196).

Nos anos trinta, segundo Leopoldi (1999), várias medidas foram tomadas no campo da industrialização, muitas dessas medidas de proteção. Também foram sendo implementadas as leis trabalhistas e sindicais o que facilitou a organização do trabalho e do capital.

Ainda segundo Leopoldi (1999), com o desenrolar da II Guerra Mundial, o Brasil teve dificuldade no crescimento industrial, porém, em 1942 o desenvolvimento da indústria entra em ascensão, impulsionada pelas exportações para a América Latina.

“...a política industrial do governo Vargas tornou-se logo uma das políticas centrais e estratégicas para o desenvolvimento brasileiro no período de 1930 a 1945. A adaptação que os industriais fizeram de suas associações, formadas ainda na Primeira República, ao modelo corporativo sem dúvida contribuiu para consolidar a relação empresário-Estado que levou o país a crescer puxado pela indústria do Sudeste”. (LEOPOLDI, 1999, s.p).

Nesse sentido, a publicação dedica parte de seu corpo textual a tratar sobre a industrialização do estado paranaense. O *Álbum* exerce maior visibilidade à instalação da indústria de papel e celulose Klabin, que já de início era cotada a se tornar a maior da América Latina. Além desse aspecto industrial, o *Álbum* traz fotografias que mostram as modificações na região como a Barragem de Mauá construída em decorrência da instalação da Klabin.

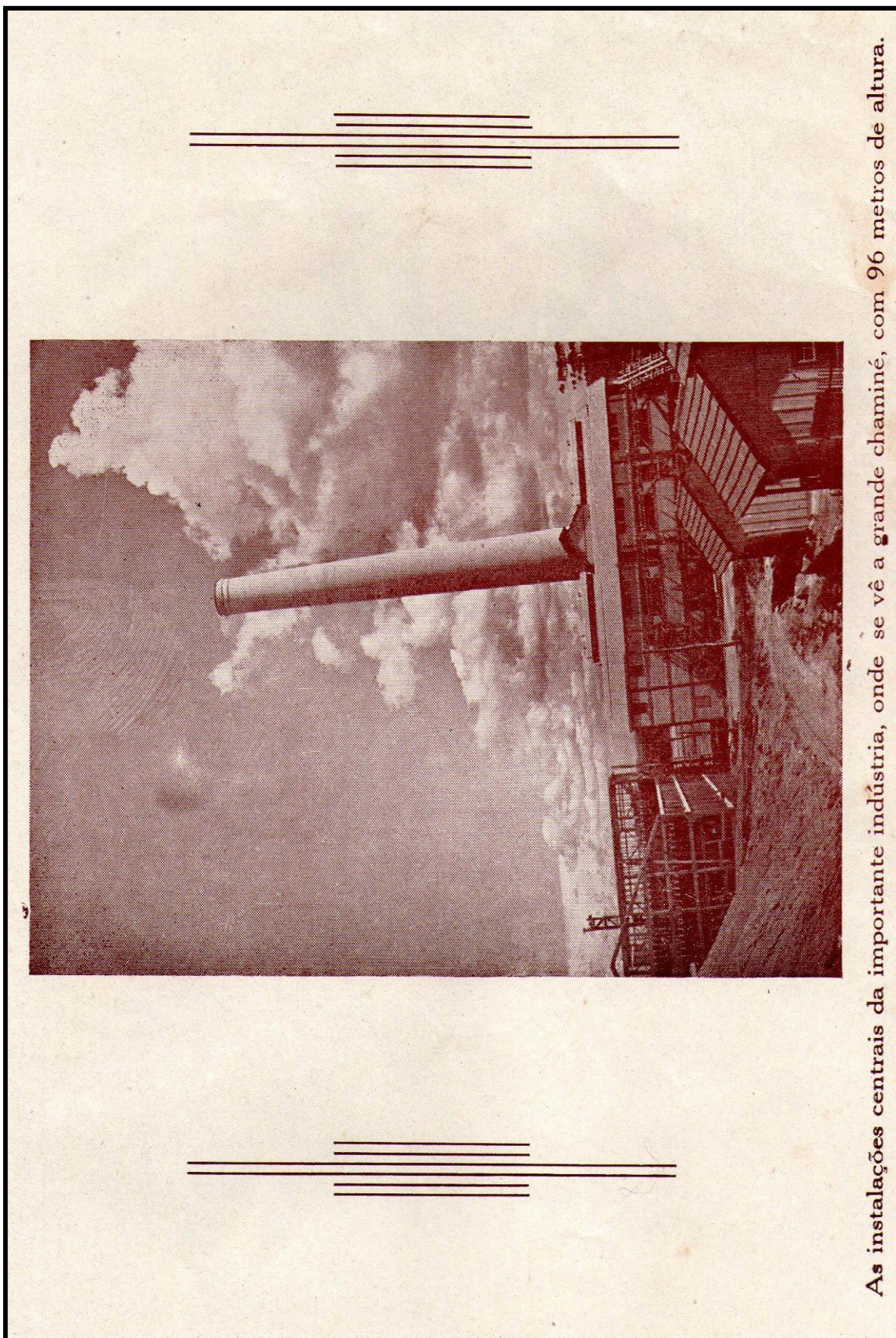
Para discussão da industrialização do estado paranaense analisa-se o subtítulo “Bandeirismo Industrial”, nesse ponto a publicação torna a exaltar a figura do governo, dando a Getúlio Vargas o título de presidente “clarividente”, segundo a publicação, esse título se deu pelo fato do mesmo não ter deixado passar despercebido o potencial da região. O trecho do texto ainda enfatiza que a região onde seria instalada a indústria de papel, em pouco tempo, haveria de se tornar uma das grandes cidades do estado, e ainda um dos maiores polos industriais do país.

O *Álbum* traz na imagem de número 22, a tomada de umas das chaminés da Klabin, já erguida. Nota-se que a fotografia foi feita em um plano que de destaque não somente à construção da mesma, mas sim, de todo o entorno da fábrica, ainda em fase de construção. Como já mencionado nesse trabalho, as fotografias feitas de um ângulo inferior tinham a função de dar magnitude aos elementos fotografados e por conseguinte dar maior dimensão a obras realizadas dentro do Estado Novo.

Segundo Trajano (1996), a Indústria Klabin³⁸ foi estabelecida onde anteriormente havia algumas propriedades, como “... a propriedade denominada Monte Alegre composta das antigas fazendas Monte Alegre, Agudo, Anta e Prata num total de 144 mil hectares, localizada no município de Tibagi no interior do Paraná...” (TRAJANO, 1996, p.130). Ainda segundo a autora, a Companhia Agrícola e Florestal e Estrada de Ferro Monte Alegre, estabelecida em Paris na França, havia adquirido as terras em leilão, e investido muito dinheiro em pesquisas acerca da exploração da madeira e produção agrícola, porém, nunca efetivando nada daquilo que foi levantado através desse trabalho.

³⁸ A partir desse momento irei me referir às Indústrias Klabin somente com o nome de Klabin.

Figura 22 CHAMINÉ DA INDÚSTRIA KLABIN PAPEL E CELULOSE



(ÁLBUM, 1944, p.48)

Com a falência da Companhia, as terras passaram a ser do Banco do Estado do Paraná, como pagamento pelas dívidas adquiridas pela antiga dona da área. Segundo Trajano (1996), em 1934 a família Klabin compra as terras, com o intuito de utilizar o pinheiro do Paraná para produção de papel e seus derivados. Trajano (1996), nos fala sobre a dependência do Brasil nesse momento da importação de papel, principalmente dos Estados Unidos o que demonstrava um espaço no mercado interno para a própria produção de papel e derivados.

A instalação de indústrias do ramo papelero custava caro e precisava de incentivos governamentais que motivassem o setor privado a investir nesse ramo. Segundo Trajano (1996), essa necessidade de estabelecimento da própria produção de papel, surge com força durante o Estado Novo, período onde o governo passa a dar incentivos e promover facilidades para a implementação desse tipo de indústria no país.

Segundo a autora, o próprio Getúlio Vargas teria proposto a Assis Chateaubriand que ele investisse na atividade de produção papelera, ao declinar da proposta, o mesmo sugere ao presidente a família Klabin. Com o aval do presidente apoio financeiro, com um monopólio comercial caso a família se dispusesse a construir a fábrica, além de mercado consumidor garantido e uma estrada de ferro a disposição, os Klabin's aceitaram a proposta.

Para entendermos melhor como se desenrolou o processo de instalação das Indústrias Klabin, temos a reflexão de Margalho (2013) que segundo nos fala, em meados dos anos de 1932, o interventor do estado do Paraná, Manoel Ribas, viaja para a capital federal tratar de assuntos administrativos com Vargas, o interventor queria promover a instalação de uma indústria de produção de papel em seu Estado, que no período possuía uma enorme reserva florestal, que poderia ser usada no abastecimento da mesma.

Segundo o autor, Manoel Ribas e Wolf Klabin já eram conhecidos e amigos pessoais desde o período em que o interventor residia no Rio Grande do Sul, e foi através dele que o empresário soube das terras da Fazenda Monte Alegre.

a atuação do Interventor no Paraná foi importantíssima para o grupo Klabin. Ribas tinha conhecimento do potencial da região porque a empresa que havia falido: Cia. Agrícola e Florestal e Estrada de Ferro Monte Alegre contratou os serviços de pesquisa de diversas missões estrangeiras, que fizeram sérios estudos acerca do potencial da região. Apenas uma dessas missões vindas do exterior custou 400.000\$000 a empresa. Em sondagens feitas em cerca de oito hectares de matas calcularam que havia 9.000.000 m³ (1928) de madeira de pinho utilizável. Estudaram ainda a idade das árvores e concluíram que 70% dos pinheiros tinham entre oitenta e cem anos de idade. (MARGALHO, 2013, p. 09).

Assim como Trajano (1996), o autor Margalho (2013), também destaca a atuação do governo federal, através de Getúlio Vargas, sobre a proposta quase irrecusável para a construção da fábrica, mas além do presidente o autor ainda destaca o papel de Manoel Ribas que segundo ele, teria tido papel fundamental na decisão da família Klabin.

no entanto as vantagens que seriam oferecidas tanto por Getúlio Vargas quanto por Manuel Ribas acabaram convencendo os membros da família. Cabe lembrar que o governo de Ribas no Paraná fez significativas melhoras no estado, investindo na construção de rodovias, assim como de um ramal ferroviário. Enquanto o governo federal atuou concedendo benefícios fiscais, creditícios e empréstimos que viabilizaram o investimento, o Banco do Brasil foi um dos grandes financiadores do projeto. Ainda no ano de 1932 Salomão Klabin enviou seu filho Samuel Klabin ao Paraná, afim de conhecer propriedade que o Interventor estava oferecendo. (MARGALHO, 2013, p. 09).

Segundo Margalho (2000), a indústria papelreira no Brasil era relativamente antiga, porém, não abastecia o mercado interno. Além disso, segundo o autor, a matéria prima utilizada para a produção de papel na época, era composta por trapos de panos velhos ou celulose importada, o que aumentava os custos da produção.

no entanto, a partir dos anos 1920/30, tornou-se fundamental para os interesses de certos setores empresariais que houvesse um investimento na criação de indústrias que fossem capazes de produzir celulose destinada à fabricação de papel para atender às necessidades do mercado interno. Cabe ainda destacar que com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, no Estado Novo, se acentuou o interesse de uma parte do governo em facilitar o investimento na construção de indústrias de celulose e papel, posto que havia a necessidade de papel para alimentar a máquina publicitária do DIP.(MARGALHO, 2013, p. 11).

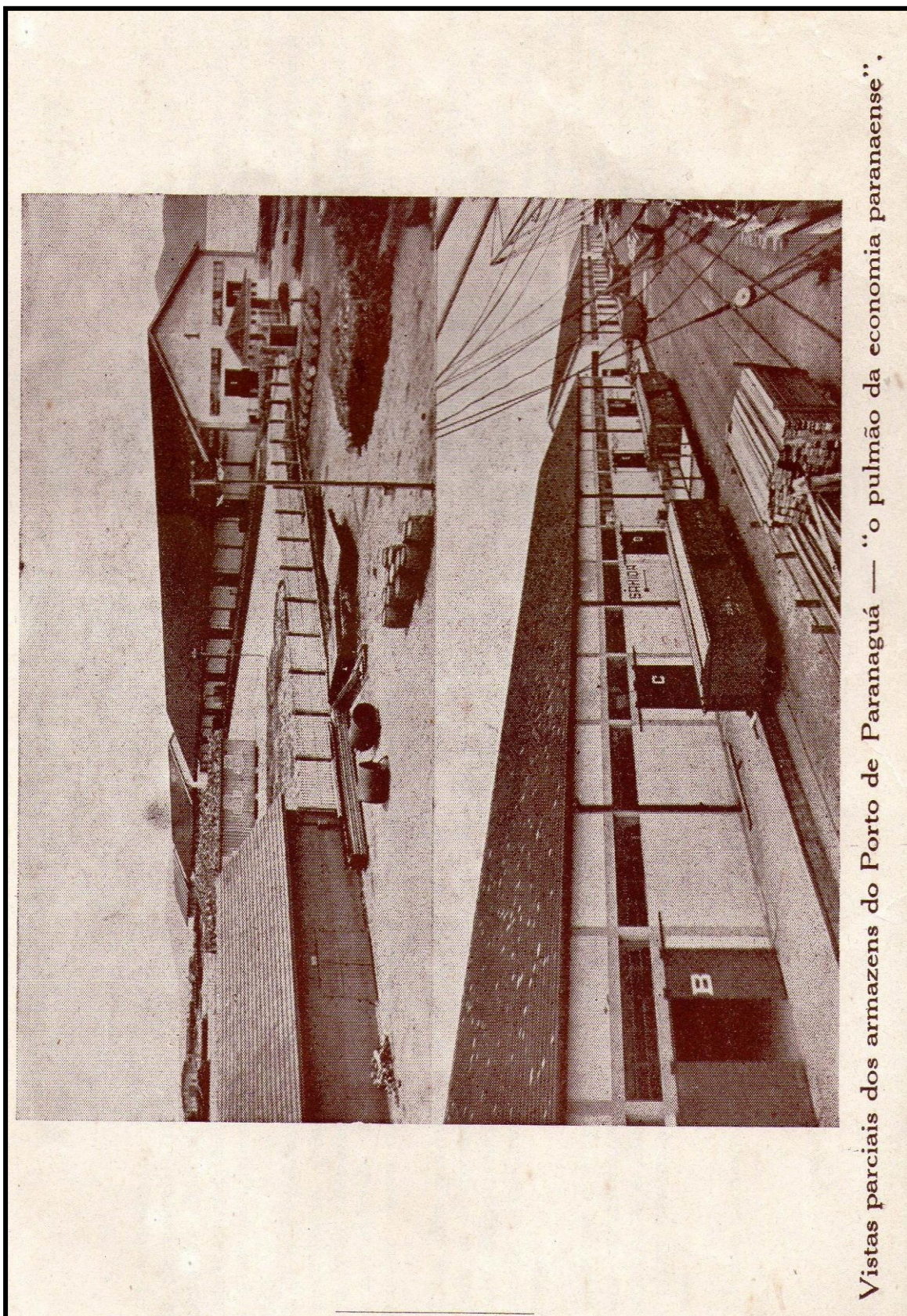
Como destaca Margalho (2013), vários setores industriais do Brasil estavam interessados na produção de celulose/papel no país, com intuito de abastecimento do mercado interno. Assim como Trajano (1996), Margalho (2013) também cita Assis Chateaubriand como o articulador entre Vargas e os Klabin's durante a negociação para a decisão da instalação da fábrica.

gostaríamos de enfatizar, novamente, a relevância política que a rede de contatos feita pelo grupo Klabin. Conforme dissemos, Chateaubriand teve um papel de destaque, constituindo um valioso aliado para o grupo. Com o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a KIC dependeu cada vez mais da sua capacidade de ampliar suas alianças políticas. Mais do que nunca a família contou com a valiosa ajuda de poderosos aliados. Ardoroso defensor da Klabin assim como do empreendimento realizado pelo grupo, Assis Chateaubriand afirmava que: Monte Alegre é a 'free enterprise', é a

liberdade de iniciativa, é uma família tocada por um quase messianismo. É preciso ter o sangue do povo eleito, a sua tenacidade, sua perseverança, sua iluminação interior, para projetar-se a um empreendimento da envergadura de Monte Alegre. [Trata-se de] (...) um terrífico esforço (...) produzido por uma jovem geração de pioneiros de São Paulo. (MARGALHO, 2013, p. 14).

Segundo Margalho (2008), ao apresentar um trecho do relatório de governo de Manoel Ribas entre 1932-1939, o interventor teria destacado o desenvolvimento das vias terrestres, portuárias como o Porto de Paranaguá e ferroviárias, bem como sabia do potencial de extração da madeira do pinheiro. Na imagem a seguir de número 23, temos a tomada aérea do Porto de Paranaguá, após a reforma dos galpões de armazenamento no ano de 1944. A fotografia nos mostra também alguns vagões de trem, como indicativo da atividade ferroviária, a legenda da imagem considera o Porto como “o pulmão da economia paranaense”, uma alusão à tarefa de escoamento de toda a produção agrícola/industrial no Estado, sendo também ponto de partida de vários produtos para exportação assim como de recebimento de importações desde aquele período.

Figura 23 GALPÕES DO PORTO DE PARANAGUÁ



Vistas parciais dos armazens do Porto de Paranaguá — “o pulmão da economia paranaense”.

(ÁLBUM, 1944, p.44)

Ainda acerca do tema industrialização a publicação lança o subtítulo “Terra de energias moças”, onde reforça o Paraná como estado com o clima ideal para o crescimento. Cita a presença de povos de origem europeia como uma das suas maiores qualidades a produzir riqueza, evidenciando a predileção por povos de origem indo-europeia levando em consideração o projeto eugênico de nação desenvolvido no governo Vargas, já discutido nesse trabalho.

O *Álbum* dedica uma seção a falar sobre a visita de Getúlio Vargas ao canteiro de obras da Klabin, com o subtítulo “Visita do Parque Industrial de Monte Alegre”. Nesse trecho a publicação afirma que o desenvolvimento do interior do país não ocorria por conta da tendência da população a se estabelecer nas regiões litorâneas, levando em consideração as dificuldades que existiam para se colonizar regiões ainda inexploradas como era o interior brasileiro.

Segundo o texto, o presidente Vargas teria sido o responsável por influenciar a população a adentrar o território, oferecendo facilidades novas para tal façanha. Nesse sentido o Paraná teria sido um dos primeiros lugares a serem indicados como ponto para estabelecer moradias, visto que, a iniciativa privada já havia aberto espaço em meio às matas fechadas, e proporcionado à construção de comunidades. Dessa ação de povoamento e de beneficiamento das terras paranaenses teria nascido a Klabin.

a Fábrica ergue-se às margens do Rio Tibagi, a 105 kl de Pirai, próximo, à Rede de Viação Paraná-Santa Catarina e compreende uma área de 70 alqueiras, abrigando, presentemente, 8.000 pessoas, sendo 3.000 operários. O corpo fabril será instalado em doze edifícios, dos quais, quatro já estão concluídos e sete serão inaugurados dentro em pouco. Esse estabelecimento produzirá pasta de celulose para papel imprensa, custando a iniciativa cerca de duzentos milhões de cruzeiros. Em agosto do corrente ano, a fábrica começará a produzir pasta de celulose e, em março do ano próximo, papel para imprensa. (ÁLBUM, 1944, p. 45).

Ainda sobre as proporções da indústria a ser instalada,

para ter-se ideia do gigantesco empreendimento, basta dizer-se que possuirá a maior caldeira da América do Sul e uma usina de trinta e cinco mil cavalos de força. Por antecipação já foram plantados dois milhões de pés de pinheiros e um milhão de eucaliptos. A água contida na barragem daria para uma cidade de quinhentos mil habitantes. A capacidade de produção da fábrica está prevista para cento e vinte toneladas de papel imprensa, cinquenta toneladas de carvão e cem toneladas de celulose por dia, sem contar com os extra-produtos. (ÁLBUM, 1944, p. 45).

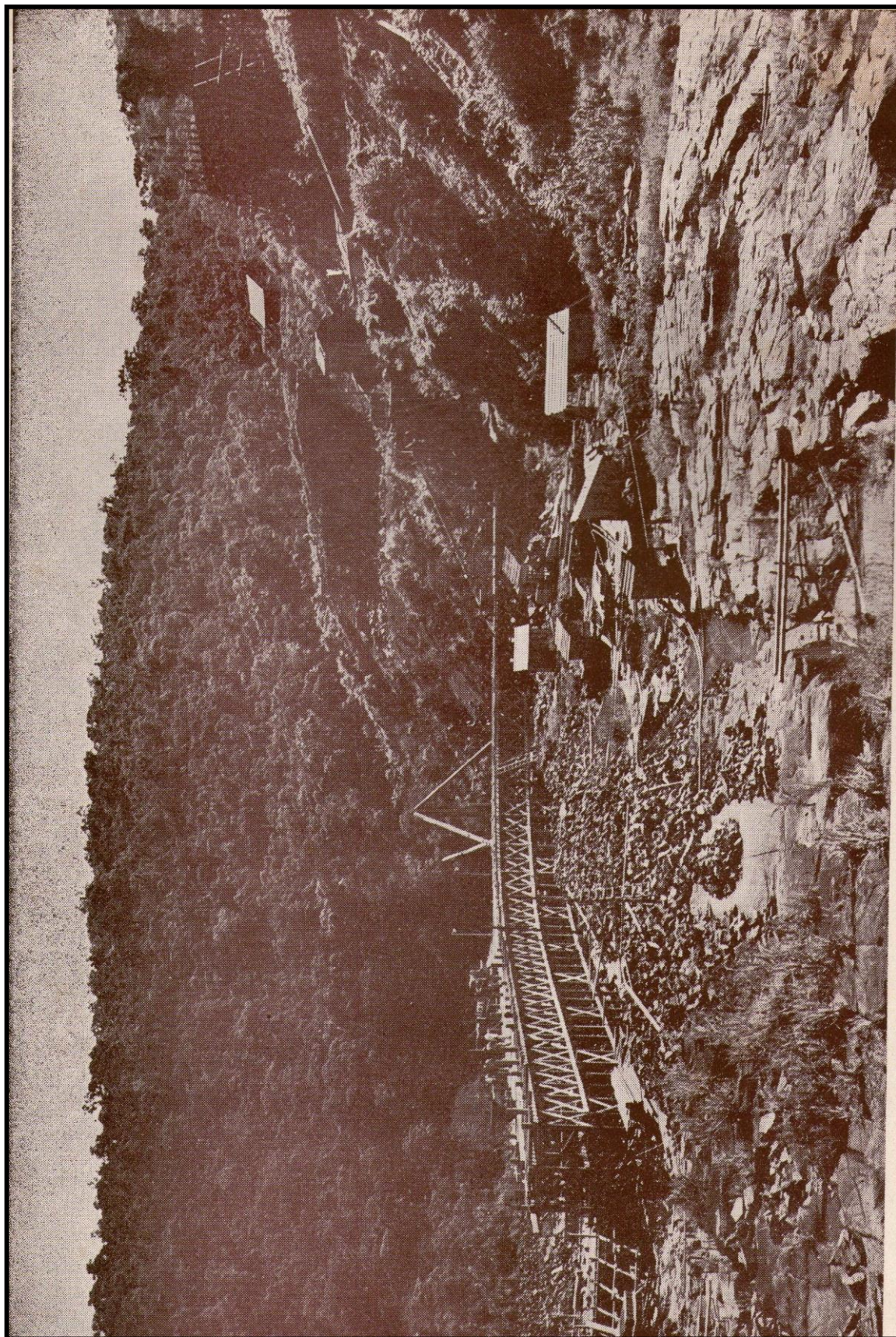
Na imagem 24, temos uma tomada panorâmica da instalação da barragem e Mauá, a fotografia mostra como a construção abriu uma clareira na região que anteriormente era de floresta fechada, ainda existente ao redor. O uso da madeira é visível na construção do dique, ao longe pode se notar a presença de operários na estrutura erguida em meio às pedras.

Na imagem 25 temos mais uma fotografia que contempla a construção da Barragem de Mauá, fornecedora de água da indústria. A imagem deixa clara a magnitude da construção para o período, abaixo do lado direito pode se ver uma fileira de operários durante seu trabalho. Mais uma vez a imagem demonstra o tamanho da clareira aberta em detrimento da obra em meio à mata fechada.

A instalação da indústria Klabin, trouxe para a região que anteriormente não tinha nada além de fazendas cobertas de florestas construções de grande porte, que proporcionaram tecnologias que ainda eram raras no interior paranaense como o acesso a energia elétrica. Mesmo durante o período de construção da indústria, um grande contingente de pessoas migraram para a região em busca de trabalho o que trouxe o tal almejado povoamento do centro do estado paranaense.

O bandeirismo que se prevê será eminentemente industrial e a primeira parada da sua primeira investida é essa cidade, já erguida em plena mata paranaense, numa bela fazenda de sessenta mil alqueires, que oito milhões de pinheirais enriquecem. Nessa experiência, o que a de marcante não é a realização industrial, a maior do Continente, depois das forjas e altos fornos do alti-plano de Barra Mansa; é o princípio de uma nova política econômica, o caminho da máquina ao encontro da matéria prima, a instalação da fábrica perto das fontes de produção. Trilhos, motores e maquinaria são o equipamento que o criador do Estado Nacional pretende que se de aos bandeirantes de hoje, aos pioneiros ousados deste instante, que caminham, no rumo do sol poente, em busca das maiores riquezas do Brasil. (ÁLBUM, 1944, p.71).

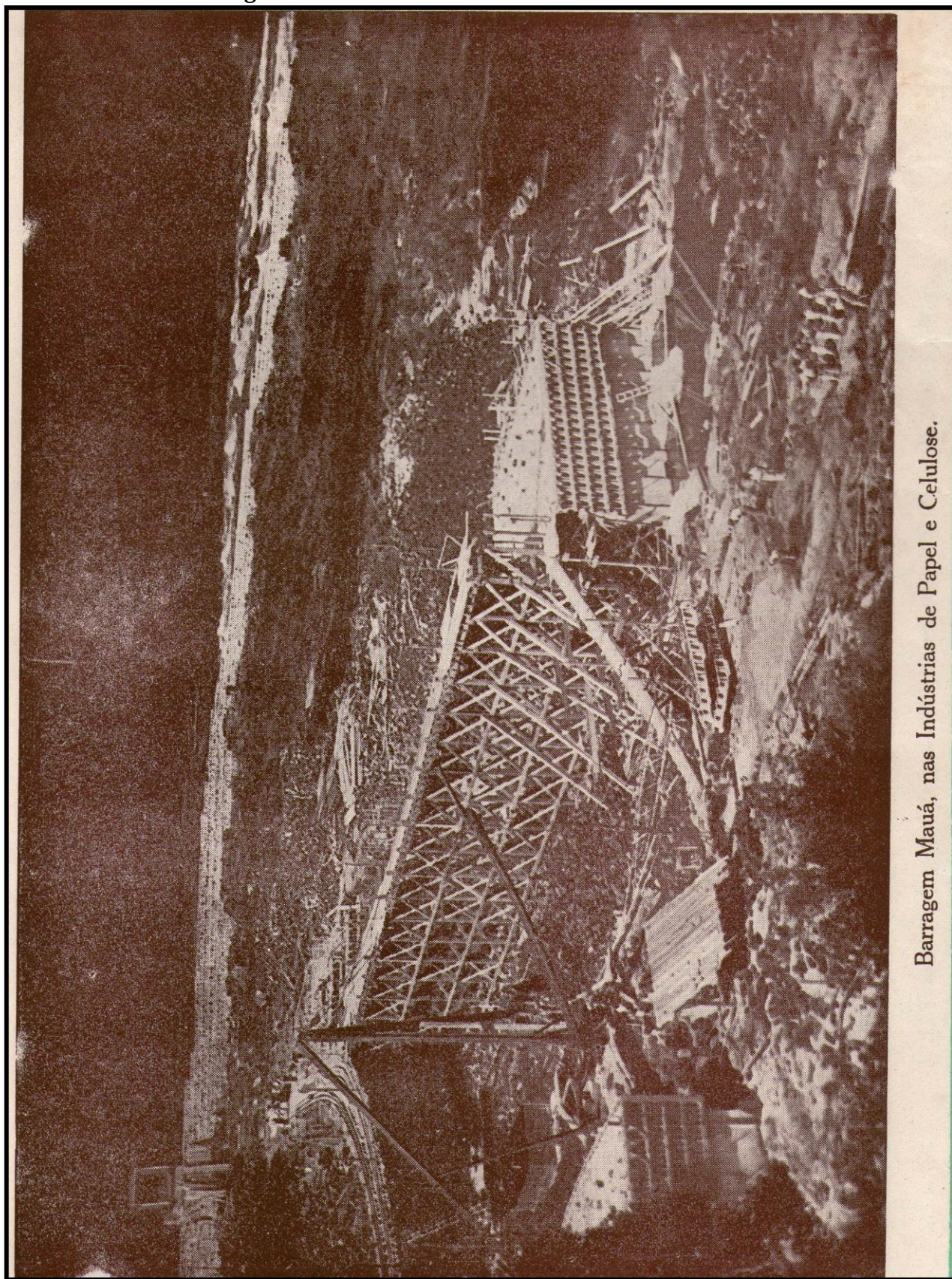
Figura 24 BARRAGEM DE MAUÁ



Vista parcial das grandes instalações da Empresa Klabin de Celulose e Papel do Paraná Ltda.

(ÁLBUM, 1944, p.46)

Figura 25 BARRAGEM MAUÁ NA KLABIN



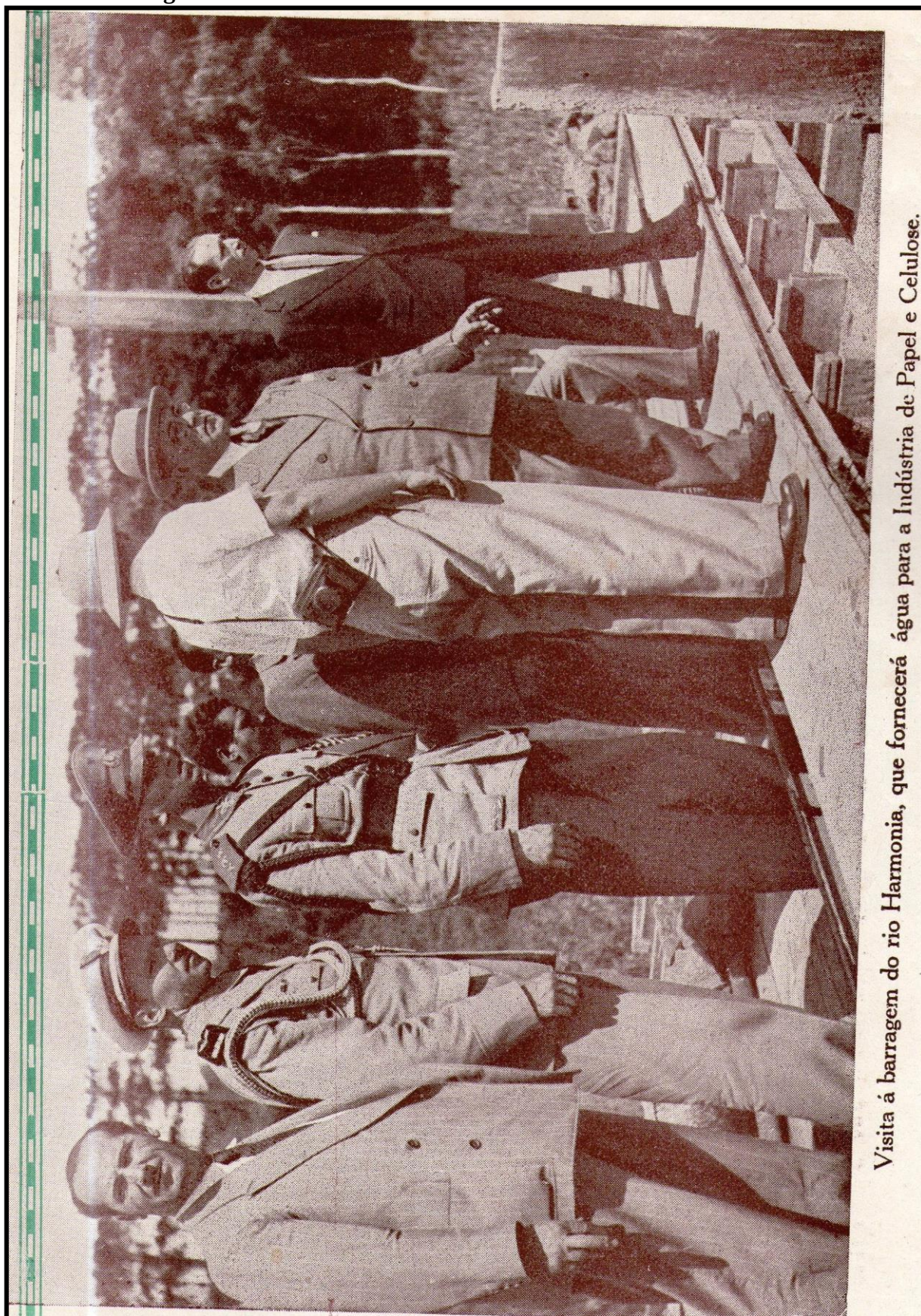
Barragem Mauá, nas Indústrias de Papel e Celulose.

(ÁLBUM, 1944, p.50)

A seguir na imagem 26, temos Getúlio Vargas conhecendo de perto a construção da barragem no rio Harmonia, o qual garantiria água para a indústria. Cercado de militares, um fotógrafo e demais homens, o presidente se equilibra em peças de madeira ainda rudimentares, conotando a precariedade ainda da obra que estava em plena fase de construção. Ao fundo da fotografia ainda se pode ver a existência de grande quantidade de árvores, ainda demonstrando mata fechada ao redor da clareira aberta.

A visita do presidente ao parque de instalação das indústrias Klabin, foi um dos aspectos mais representados nas fotografias escolhidas para compor a publicação, pode se entender essa escolha pelo teor propagandístico de modernização que o Estado Novo pretendia passar. A indústria que ali estava se erguendo era sinônimo de crescimento e expansão nacional, tanto porque em vários momentos do corpo textual ela é tratada como a maior indústria da América Latina a ser erguida naquele momento, isso remete aos discursos de exaltação da nação.

Figura 26 GETÚLIO VARGAS VISITA O RIO HARMONIA



(ÁLBUM, 1944, p.47)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo Getúlio Vargas empenhou-se em tornar a propaganda política mais eficiente através do uso de novas ferramentas e recursos como a fotografia a arquitetura e o rádio.

A elaboração da imagem do presidente, bem como sua ratificação perante a sociedade dependeu de forte apelo da propaganda política estatal, aliada a censura das opiniões contrárias. Sua imagem de político chefe era sempre retratada de maneira a demonstrar seriedade em ocasiões públicas, porém, pudemos observar nesse trabalho, também o uso da imagem do presidente em momentos de relativa descontração onde aparece sorrindo, ou conversando de maneira a demonstrar informalidade com militares, populares, e demais personagens do *Álbum*.

Não somente a imagem do presidente Vargas foi projetada para moldar um chefe de Estado que detinha características como a sisudez, mas toda a narrativa do período passou por transformações, para isso o passado oligárquico era proposto como um período de atraso na história nacional, defendendo-se assim que fosse esquecido, portanto, a palavra “novo” toma o papel de comprovar o período de supostas mudanças que se inicia a partir de Getúlio Vargas.

No Brasil a propaganda política usou de inspiração de regimes nazi-fascistas em voga na Europa no período, porém, nunca sem declarar isso abertamente. Adotou-se o uso dos discursos inflamados do presidente, a censura midiática, a utilização da imagem do governante em todos os repartimentos públicos e também privados e o discurso fortemente nacionalista.

Ainda nesse propósito, a propaganda política do período Vargas, criou através do uso incisivo de imagens fotográficas do presidente, muitas vezes o denotando como “patrão versus operário” a sensação de um presidente mais próximo das camadas populares, o que lhe rendeu no período o título de “pai dos trabalhadores”, característica essa do governo populista que ele havia implementado no país. As fotografias do regime se tornaram aliadas na disseminação do ideário do governo, num país que naquele momento ainda dependia muito da leitura de imagens, no contexto de uma população majoritariamente pobre e analfabeta.

Sobre o uso de artifícios para a educação do olhar do povo brasileiro durante o governo Vargas, temos a utilização das festas cívicas, que nesse período tomam um novo sentido e uso. O governo Getúlio Vargas, usou de datas simbólicas como o dia 01 de maio, dia do

trabalho, para enaltecer o próprio governo através de desfiles cívicos, onde sua imagem era elevada a de chefe da nação, também numa alusão ao sentido de “chefe e empregado”.

A tendência ao uso do espaço público através das festas cívicas teve inspiração no pensamento positivista, filosofia a qual Getúlio Vargas comungava, onde se previa a construção de estátuas e a valorização dos atos cívicos, sempre buscando a sensibilização da população através da imagem.

As fotografias trazidas no *Álbum* buscam demonstrar um governo moderno, um país em expansão e crescimento. Ao relatar os aspectos da chamada “Marcha para o Oeste”, a publicação traz imagens de vazios demográficos, como pinheiros araucárias em meio a paisagens inóspitas, estradas abertas através da floresta nativa, no interior do Paraná, em regiões ainda não exploradas. Nesse sentido, as fotografias corroboraram com o movimento paranista, nascido em meios intelectuais paranaenses no início do século XX, onde buscava se criar uma identidade para o homem paranaense daquele momento através de símbolos.

O movimento procurou investigar e criar símbolos para o estado do Paraná, elegendo assim aspectos naturais do local, como o pinheiro Araucária, o pinhão, a gralha azul. Dentro desse sentido a publicação traz em seu corpo textual várias ressalvas sobre a gente paranaense considerada laboriosa, assim como a exaltação dos aspectos naturais, evidenciando seu potencial econômico como o uso da água para produção energética e da exploração da madeira das florestas ainda virgens.

O corpo textual do *Álbum* expressou de maneira clara o seu papel de direcionar o olhar do leitor a respeito do governo Vargas/Ribas em relação ao estado do Paraná. A figura do interventor Manoel Ribas foi transmitida como a de um grande político, que teria feito inúmeras transformações numa região ainda inexplorada, usufruindo do auxílio do presidente Vargas que lhe teria dado condições de promover a modernização e desenvolvimento do estado paranaense.

Ainda seguindo a linha textual da publicação, o discurso do *Álbum* sugere que a formação do povo paranaense tendo se dado pela colonização de povos de origem indo-europeia demonstrou maiores resultados positivos, em qualidade e crescimento. Esse pensamento estava alicerçado na teoria eugênica que promoveu no período exposto, políticas de incentivo ao “branqueamento” da população brasileira, desestimulando a miscigenação, considerando que a mesma degenerava o homem, tanto no aspecto físico quando intelectual.

O crescimento do estado do Paraná ao qual sugere o *Álbum*, está relacionado a implementação de indústrias, ao crescimento do Porto de Paranaguá, aberturas de estradas e repovoamento de regiões como o Oeste. Podemos observar que essas obras tiveram sim apoio do governo Vargas, porém, a iniciativa privada teve liberdade para explorar não somente a terra mas também expulsar povos camponeses que já ocupavam determinados territórios ou passaram a explorar sua mão de obra.

Nesse trabalho a análise das imagens se deu a partir da iconografia e iconologia, buscando desvendar através do desmonte dos signos impressos na fotografia, como também a análise de suas legendas e contexto de sua produção, encontrar elementos de interesse para a discussão proposta que não estavam tão claras a princípio, buscando demonstrar o papel da fotografia como fonte história na produção da historiografia.

O que foi possível observar, é a força do aparato do estado na construção da imagem do presidente, assim como na formação da imagem que o regime de ditadura do Estado Novo buscava ter. Em todo decorrer da publicação, as imagens fotográficas, bem como o corpo textual são empregadas de forma a tentar demonstrar tratar-se de um governo preocupado com o povo, progressista, com discursos que prezavam a adesão popular as ideias do governo, bem como reprimia manifestações e comportamentos considerados subversivos.

A publicação também pretende atribuir ao governo de Vargas o desenvolvimento do estado do Paraná demonstrado através das fotografias e textos contidos na publicação. A figura do interventor Manoel Ribas, surge em conjunto a do presidente, como o homem que teria colocado em prática tudo aquilo que Vargas teria sonhado para o Paraná.

A partir das discussões suscitadas através das fotografias bem como de parte do corpo textual do *Álbum* analisado nesse trabalho, pudemos notar o direcionamento da propaganda de Estado no período, o qual buscou trazer em suas páginas um presidente e o interventor de estado como dois representantes da política que eles julgavam ser modernizadora tendo eles segundo a publicação transformado o estado do Paraná em potência nacional.

Acredita-se que as discussões feitas nesse trabalho, não esgotam as inúmeras possibilidades de leitura e análise desse material enquanto fonte histórica. Diversas são as formas de expressão usadas por todo decorrer do governo Vargas, sejam em produção e reprodução de sua imagem, seja em textos produzidos pela equipe do DIP, publicações jornalísticas e até literárias. Assim como a história do Paraná, abordada aqui de maneira ainda sucinta necessita cada vez mais de pesquisas e discussões em várias temporalidades para que possamos redesenhar o passado do estado Paranaense como um todo.

REFERÊNCIAS:

Álbum Comemorativo da visita do Presidente Getúlio Vargas ao Paraná em 01 de maio de 1944. Curitiba: Tipografia Mundial Curitiba, 1944.

ALBUQUERQUE, Mário Marcondes de. Manoel Ribas. **O mito que ficou.** 1994.

ALVES, Hosenildo Gato. **Imprensa e Poder: A Propaganda Varguista na Imprensa Amazonense (1937-1945).** 2009. 208 f. Dissertação. Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2009.

ANGELI, Douglas Souza. SIMÕES, Rodrigo Lemos. A nova história política e a questão das fontes históricas. **Revista Cippus – Unilasalle** ISSN: 2238-9032 v. 1 n. 2 nov/2012.

ANKERSMIT, F. **Representação e referência.**

ARAÚJO, Maria Celina D'. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. **ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História** – João Pessoa, 2003.

ARRUDA, Gilmar. Rios e governos no estado do Paraná – pontes e a “força hidráulica” e a era das barragens (1853- 1940). **Dossiê: História Ambiental e Cultura da Natureza.** Varia hist. vol.24 no.39 Belo Horizonte Jan./June 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752008000100008

ATHAIDES, Luciana Agostinho Pereira. A Ação Integralista Brasileira e os governos de Manoel Ribas no Paraná: repressão em tempos de democracia e interventoria. **VI Congresso Internacional de História.** Disponível em http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/303_trabalho.pdf, acesso em 24/07/2016.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et alii. **Enciclopedia Einaudi- Anthropos Homem.** Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **A busca de valores identitários: A memória histórica paranaense.** Curitiba, 2007. Link disponível em <http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2007/Aparecidavasdasilvabahls.pdf> acesso em 05/03/2016.

Biografia Anhanguera, disponível em <http://www.e-biografias.net/anhanguera/> acesso 26/07/2016.

BOMENY, Helena, M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**, Rio de Janeiro.

BURKE, Peter. A Revolução Francesa da Historiografia: **A Escola dos Annales (1929-1989).** 2ª Edição Editora UNESP. Fundação para o Desenvolvimento Da UNESP São Paulo, 1992.

BURKE, Peter. **Como confiar em fotografias.** Folha de São Paulo (Caderno MAIS!), p. 13, 04 fev. 2001.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro Zahar, 2008.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru SP, EDUSC, 2004.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. 2.ed. - São Paulo Editora UNESP, 2009.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das Almas**. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

CATROGA, f. **Memória, história e historiografia**.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural Entre Práticas e Representações**. 2ª Edição, Lisboa: DIFEL, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história e a leitura do tempo**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

CHARTIER, Roger. **Defesa e ilustração da noção de representação**. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 23, jan/jun. 2011.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. *Estudos Avançados*, Abr. 1991, vol.5, n.11, p. 173-191.

CHATIER, Roger. **Testemunha ocular: História e Imagem**. Bauru-SP.EDUSC, 2004, p.270.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Tinguis, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense**. Curitiba, 2009. Link disponível em <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/22147/Maria%20Julieta.pdf?sequence=1> acesso em 06/03/2016.

COSTA, Samuel Guimarães da. **A Revolução de 1930 no Paraná**. In: *História política da Assembléia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1994, v. I.

CPDOC, Verbetes. Davi Pernetta. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PERNETTA,%20Jo%C3%A3o%20Davi.pdf> Acesso em 25/07/2016.

CPDOC. Fernando Flores. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/flores-fernando> acesso 25/07/2016.

CPDOC. Dossiês. Aliança Liberal. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/AliancaLiberal> acesso em 24/07/2016.

CPDOC. Dossiês. Borges de Medeiros. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/borges_de_medeiros acesso em 24/07/2016.

CPDOC. Dossiês. Góes Monteiro. Disponível em
http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/goes_monteiro acesso em
 24/07/2016.

CPDOC. Dossiês. Júlio Prestes. Disponível em
http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/julio_prestes acesso em
 24/07/2016. Acesso em 25/07/2016.

CPDOC. Dossiês. Lindolfo Collor. Disponível em
http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lindolfo_collor acesso em
 24/07/2016.

CPDOC. Dossiês. Osvaldo Aranha. Disponível em
http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/osvaldo_aranha acesso em 24/07/2016.

CPDOC. Dossiês. Revolução Constitucionalista de 1932. Disponível em
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932> acesso em 24/07/2016.

CPDOC. Guerra do Contestado. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/contestado/abertura> acesso em 25/07/2016.

CPDOC. Movimento Tenentista. Disponível em
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/MovimentoTenentista>

DAGOSTIM, Maristela Wessler. **O imaginário político paranaense na “Era Vargas” : a representação social da figura pública de Manoel Ribas (1930 – 1937)**. Curitiba, 2008. Link disponível em
http://www.historia.ufpr.br/monografias/2008/2_sem_2008/maristela_wessler_dagostim.pdf
 acesso em 05/03/2016.

DÄHNE, Caroline Loise. **Patriotismo em páginas: os discursos da imprensa pontagrossense no contexto da Segunda Guerra Mundial (1945 – 1944)**. Ponta Grossa, 2015.

DECCA, Edgar. **1930 o silêncio dos vencidos**. Editora Brasiliense, 1981.

DIOCESE de Lins Pascon. **História da Diocese**. Disponível em
http://www.diocesedelins.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=77 Acesso em 25/07/2016.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. Historiografia e História. 9ª edição, 1983. Editora Brasiliense.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas. O poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil** – 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.

FÉLIX, Loiva Otero. A história política hoje: novas abordagens. **Revista Catarinense de História**, n05, 1998.

FIEP/PR. Heitor Stockler de França. Disponível em www.fiepr.org.br

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. As fontes do pensamento de Vargas e seu desdobramento na sociedade brasileira. Publicado em: RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (org.) **Intérpretes do Brasil; leituras críticas do pensamento social brasileiro**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 2001. p.103-124.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo. Companhia Editado Nacional, 2003.

FRAGA, Nilson César. **Contestado: A grande Guerra Civil Brasileira. Paraná espaço e memória: diversos olhares histórico-geográficos**. Curitiba, ed. Bagozi, 2005.

FREITAG, Liliane da Costa. **Extremo – Oeste Paranaense: História Territorial, região, identidade e (re) ocupação**. 2007, 209p. Tese de História. UNESP, 2007, Franca. Fundação Getúlio Vargas, 1999, cap. 08 p. 137- 167.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: **Repensando o Estado Novo**, PANDOLFI, Dulce. Cap. 04, p. 53-73, 1999. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p, 345.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. História regional e ideologias: em torno de algumas corografias políticas do norte paranaense – 1930/1980. 1995, 264p. **Dissertação de História**. UFPR, 1998, Curitiba.

HAMMERL, Priscyla Cristine. Política ambiental e o turismo na Era Vargas: análise do caso de Campos do Jordão-SP. XXVII Simpósio Nacional de História. **Conhecimento histórico e diálogo social**. 2013, p. 01-18. Natal –RN. **História & Ensino**, Londrina. 02: 129-137. 1996.
http://www.bdt.d.ndc.uff.br/tde_arquivos/6/TDE-2011-02-15T104821Z-2748/Publico/Dissert-2008_MARGALHO_Mauricio_Goncalves-S.pdf
<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/23319>

JANZ, Dones Cláudio Júnior. Eugenia em terras paranaenses: o médico Milton de Macedo Munhoz (1920-1940). In: MOTA, André; MARINHO, Gabriela S.M.C; (orgs). **Eugenia e história: ciência, educação e regionalidades**. Parte 2, p.287-306– São Paulo : USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013.

JAVORSKI, Maureen Elina. **De mito para história do Paraná: a produção historiográfica de Romário Martins**. 2015. Disponível em http://www.cih2015.eventos.dype.com.br/resources/anais/4/1435626405_ARQUIVO_JAVORSKI_MaureenElina.DemitoparahistoriadoParana.pdf

KLABIN, disponível em <https://www.klabin.com.br/pt/home/>

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUSCHINIR, Karina. CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: Cultura Política e Antropologia da Política. **Revista Estudos Históricos**, 1999.

LEAL, Elisabete da Costa. O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista, 2006, p. 66. **HISTÓRIA**, SÃO PAULO, v. 25, n. 2, p. 64-93, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/his/v25n2/03.pdf> acesso em 24/07/2016.

LEAL, Elisabete da Costa. O calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista. **HISTÓRIA**, SÃO PAULO, v. 25, n. 2, p. 64-93, 2006.

Lenda do Índio Guairacá, disponível em <http://cidadesdoparana.blogspot.com.br/2009/10/estatua-do-indio-guairaca-guarapuava.html> acesso 25/07/2016.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política. In: **Repensando o Estado Novo**, PANDOLFI, Dulce. Cap. 07, p. 115-135, 1999. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

LESSA, Orígenes. Getúlio e os pobres. **Getúlio Vargas na literatura de cordel**. (ensaio). 2 ed. revista pela autor. São Paulo: Ed. Moderna, 1982.

LEVINE, Robert M. **Pai dos Pobres? O Brasil e a era vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LISSOVSKY, Maurício. JAGUARIBE, Beatriz. Imagem fotográfica e imaginário social. **A invenção do olhar moderno na Era Vargas**. ECO-PÓS- v.9, n.2, agosto-dezembro 2006, pp.88-109.

LISSOVSKY, Mauricio. **Pausas do destino: teoria, arte e história da fotografia**. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

MARGALHO, Maurício Gonçalves. KLABIN IRMÃOS & CIA: os empresários, a empresa e as estratégias de construção da hegemonia (1930-1945). **Revista História e Perspectivas**.v.26,n.48(2013). Acesso em 24/07/2016.

MARGALHO, Maurício Gonçalves. **Klabin: Os empresários, a empresa e as estratégias de construção da hegemonia (1930-1951)**. Acesso em 24/07/2016.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: Fotografia e História interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol 1, n° 2, 1996, p.73-98.

NETO, Lira. **Getúlio 1882-1930. Dos anos de formação à conquista do poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Eliane de. **Na vanguarda da era da visibilidade: Getúlio Vargas e as imagens do 1º de maio**. III Encontro Nacional de Estudos da Imagem. Londrina, 2011.

OLIVEIRA, Luiz André Ferreira de. **Getúlio Vargas e o desenvolvimento do rádio no país: um estudo do rádio de 1930 a 1945**. 2006, 209p. Dissertação de História Contemporânea. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2125/CPDOC2006LuizAndreFerreiradeOliveira.pdf?sequence=1>

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, UFPR, n. 9, 1997.

OSTOS, Natascha Estefania Carvalho de. **O Brasil e suas naturezas possíveis (1930 – 1945)**. Revista de Indias, 2012, vol. LXXII núm. 255 Págs. 581-614, ISSN: 0034-8341doi:10.3989/revindias.2012.019.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro, Fundação Roberto Marinho, 1995.

PEREIRA, Eliane. M. C. Manso. **O Estado Novo e a Marcha para o Oeste**. História Revista 2 (1): 113-129 jan/jun, 1997.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo : Cultura e Imaginário no Paraná da I República**. Curitiba, 1996. Link disponível em <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/15868/TESE%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y> acesso em 05/03/2016.

PETERS, Ana Paula. **O Movimento Paranista. Paraná espaço e memória: diversos olhares histórico-geográficos**. Curitiba, ed. Bagozi, 2005.

PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes: e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)** / Anita Leocadia Prestes. -- São Paulo: Brasiliense, 2008.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. O Território Federal do Iguaçu. p. 59-74. ISBN 978-85-7628-587-8. Disponível em <http://books.scielo.org>

RÉMOND, René. **Por uma história Política, in: Uma história presente**. Trad. Dora Rocha, 2ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REOLON, Cleverson Alexander. **Colonização e urbanização da mesorregião oeste do Paraná (1940-2000)**. R. RA'E GA, Curitiba, n. 13, p. 49-57, 2007. Editora UFPR.

SANTANA, Samantha Perez. **Getúlio Vargas do homem ao mito político: A desconstrução de uma imagem (1930-1945)**. Texto integrante dos Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca.

SANTOS, Jessica Leme. **A Era Vargas no Paraná: análise historiográfica**. ANPUH XIII Encontro Regional de História- A escrita da História. Londrina, 2012.

SANTOS, Jessica Leme. **Cultura Política: A construção da identidade de Getúlio Vargas através das fotografias**. Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO. Produção e Circulação do conhecimento Histórico no século XXI. UEPG-UNICENTRO, 2015. Disponível em http://www.cih2015.eventos.dype.com.br/resources/anais/4/1430150454_ARQUIVO_CONG.UEPGcompleto.pdf

SANTOS, Jessica Leme. **Getúlio Vargas visita o Paraná. Discurso, fotografia e propaganda política na formação da imagem do presidente**. 6 Encontro Regional Sul de História da Mídia - Mídia Fluxo Migratórios e diásporas: perspectiva histórica. Ponta Grossa, 2016.

SANTOS, Jessica Leme. **Vargas e a música caipira: uma experiência em ensino de história**. VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História; III Encontro

Internacional de Ensino de História; Ensino de História: memórias, sensibilidades e produção de saberes. UNICAMP, Campinas, 2012. Disponível em <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/FEH/article/viewFile/6624/5504> acesso 26/07/2016.

SCHEMES, Claudia. O controle social e as festas cívicas no Brasil de Getúlio Vargas (1937/1945) e na Argentina de Juan Domingo Perón (1946/1955). **Dimensões**, vol. 30, 2013, p. 335-361. ISSN: 2179-8869. Link disponível em <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/6155/4496> , acesso em 05/03/2016.

SILVA, Sandro Dutra. TAVARES, Giovana Galvão. SÁ, Dominichi de Miranda. FRANCO, José Luiz de Andrade. Fronteira, História e Natureza: a construção simbólica do Oeste Brasileiro (1930-1940). **Revista de História Ibero Americana**. 10.3232/RHI.2014.V7.N2.03

SILVA, Tiago Ferreira. Antônio Raposo Tavares. Disponível em <http://www.infoescola.com/biografias/antonio-raposo-tavares/> acesso 26/07/2016.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Rogério Luiz. A arte de disciplinar os sentidos o uso de retratos e imagens em tempos de nacionalização (1930-1945). **Revista Brasileira de Educação** v. 19 n. 57 p. 399 a 416 abr.-jun. 2014.

STANCIK, Marco Antonio. **De médico a homem de ciência: a eugenia na trajetória de Aleixo de Vasconcellos no início do século XX**. 2006, p. 395. Tese de História. UFPR, 2006.

STANCIK, Marco Antonio. Entre flores e canhões na Grande Guerra (1914-1918): o final da Belle Époque e o começo do “breve século xx” em um álbum de retratos fotográficos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, nº 58, p. 443-465 – 2009. Link disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n58/a09v2958.pdf> acesso 05/03/2016.

TOMAZI, Nelson Dácio. **“Norte do Paraná” História e Fantasmagorias**. 1997, 342p. Tese de História. UFPR, 1997, Curitiba.

TRAJANO, Nilva Giane. **A constituição das Indústrias Klabin de Papel e Celulose S/A**.